

Relatório de Sustentabilidade **2013**



Ao longo de 60 anos, construímos uma trajetória de superação de desafios. Tornamo-nos líderes mundiais em tecnologia para exploração e produção em águas profundas e ultraprofundas, onde estão mais de 90% de nossas reservas. Com inovação e ousadia, somos a empresa brasileira que mais registra patentes no País e no exterior.

Atuamos de forma integrada na indústria de óleo, gás e energia, nos segmentos de exploração e produção, refino, comercialização, transporte, petroquímica, distribuição de derivados, gás natural, energia elétrica, gás-química e biocombustíveis.

Somos líderes nos mercados brasileiros de distribuição de derivados de petróleo e de gás natural e temos importante participação no setor elétrico brasileiro. Somos o maior refinador no Brasil e ocupamos a nona posição em refino no mundo, segundo o ranking da Petroleum Intelligence Weekly. Desenvolvemos fontes renováveis de energia, como o biodiesel, e buscamos ampliar a comercialização e a produção do etanol. No segmento petroquímico, atuamos no Brasil e na América Latina de modo integrado aos demais negócios. Além do Brasil, estamos presentes em 17 países.

MISSÃO

Atuar na indústria de petróleo e gás de forma ética, segura e rentável, com responsabilidade social e ambiental, fornecendo produtos adequados às necessidades dos clientes e contribuindo para o desenvolvimento do Brasil e dos países onde atua.

VISÃO 2030

Ser uma das cinco maiores empresas integradas de energia do mundo* e a preferida dos seus públicos de interesse.

(*) Métrica: uma das cinco maiores produtoras de petróleo, dentre todas as empresas, com ou sem ações em bolsa.

DIRECIONADORES CORPORATIVOS

- Rentabilidade
- Responsabilidade Social e Ambiental
- Crescimento Integrado

DESAFIOS PARA AS FUNÇÕES CORPORATIVAS

■ Recursos Humanos (RH)

Ter modelo de gestão de pessoas inovador e flexível, tendo como base a valorização dos empregados e que contribua para a sustentabilidade da Petrobras.

■ Responsabilidade Social (RS)

Assegurar o alinhamento e a integração da responsabilidade social nos processos decisórios e na gestão do negócio.

■ Segurança, Meio Ambiente, Eficiência Energética e Saúde (SMES)

Consolidar as questões de SMES como princípio das operações da companhia e compromisso permanente da força de trabalho.

■ Tecnologia

Manter o sistema tecnológico reconhecido por disponibilizar tecnologias que contribuam para o crescimento sustentável da companhia.

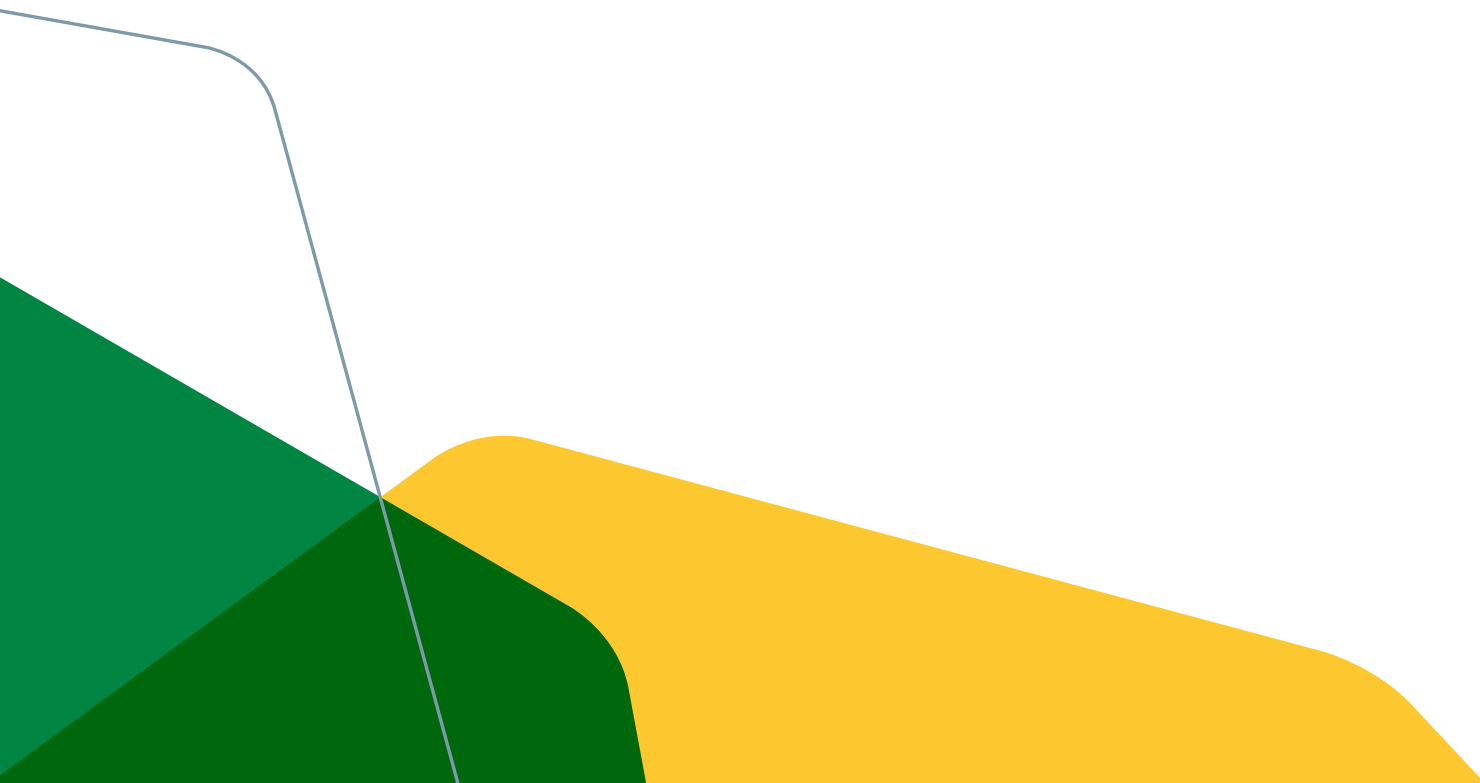
VALORES

- Desenvolvimento sustentável
- Diversidade humana e cultural
- Empreendedorismo e inovação
- Ética e transparência
- Integração
- Orgulho de ser Petrobras
- Pessoas
- Prontidão para mudanças
- Respeito à vida
- Resultados

TABELA DE DESEMPENHO					
	2009	2010	2011	2012	2013
MEIO AMBIENTE					
Vazamentos de óleo e derivados (m ³)	254	668	234	387	187
Consumo de energia (terajoule – TJ)	604.070	716.673	682.827	936.199	1.050.949
Emissões de gases do efeito estufa (milhões de toneladas de CO ₂ equivalente)	57,8	61,1	56,2	67,4	73,4
Emissões de dióxido de carbono – CO ₂ (milhões de toneladas)	52	57	52,2	63,1	69,4
Emissões de metano – CH ₄ (mil toneladas)	235	196	160,5	174	158,8
Emissões de óxido nitroso – N ₂ O (toneladas)	1.241	1.360	1.752	1.945	2.081
Emissões atmosféricas – NOx (mil toneladas)	222,04	227,75	222,21	251,49	251,42
Emissões atmosféricas – SOx (mil toneladas)	135,39	133,73	120,64	116,34	128,35
Material particulado (mil toneladas)	19,30	17,51	17,48	18,19	17,46
Retirada de água doce (milhões de m ³)	176,0	187,3	190,9	193,4	193,6
Descartes de efluentes hídricos (milhões de m ³)	197	173	188	217,9	230,6
SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL					
Fatalidades (inclui empregados e empregados de empresas prestadoras de serviço)	7	10	16	13	4
Taxa de Acidentados Fatais (fatalidades por 100 milhões de homens-horas de exposição ao risco – inclui empregados e empregados de empresas prestadoras de serviço)	0,81	1,08	1,66	1,32	0,4
CONTRIBUIÇÕES PARA A SOCIEDADE					
Investimentos em projetos sociais (R\$ milhões)	174	199	207	201	391
Investimentos em projetos culturais (R\$ milhões)	155	170	182	189	203
Investimentos em projetos ambientais (R\$ milhões)	94	258	172	101	104
Investimentos em projetos esportivos (R\$ milhões)	42	81	80	61	81

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS			
	2011	2012	2013
Receita de vendas (R\$ milhões)	244.176	281.379	304.890
Lucro antes do resultado financeiro, das participações e impostos (R\$ milhões)	45.403	32.397	34.364
Lucro líquido por ação (R\$)	2,55	1,62	1,81
Lucro líquido (R\$ milhões)	33.110	20.959	23.007
EBITDA (R\$ milhões)	61.968	53.439	62.967
Endividamento líquido (R\$ milhões)	103.022	147.817	221.563
Investimentos (R\$ milhões)	72.546	84.137	104.416
Margem bruta	32%	25%	23%
Margem operacional	19%	12%	11%
Margem líquida	14%	8%	8%

Sumário



Mensagem da Presidente

Prezadas e prezados,

Nosso lucro líquido em 2013 foi de R\$ 23,6 bilhões, um crescimento de 11% em relação ao resultado de 2012. Esse aumento é explicado pelos maiores preços de venda de combustíveis, em função dos três reajustes do diesel e dois da gasolina realizados ao longo do ano, pelo significativo aumento da produção de derivados em nosso parque de refino, pelos expressivos resultados de redução de custos e aumento de produtividade bem como pelos ganhos com as operações de venda de ativos.

Com relação aos investimentos, tivemos a maior realização financeira em todos os 60 anos de Petrobras. Foram R\$ 104,4 bilhões em 2013, 24% superior ao ano de 2012.

Nosso Plano de Negócios e Gestão 2014-2018 prevê investimentos de US\$ 220,6 bilhões, com destaque para as atividades de exploração e produção, que receberão US\$ 153,9 bilhões (70% do total), dos quais US\$ 82 bilhões serão aplicados no Pré-Sal.

Nossa produção média de óleo deve passar do patamar de 3 milhões de barris de petróleo por dia (bpd), no período de 2013 a 2020, para 4 milhões de bpd de 2020 a 2030. Somente para o ano de 2014, no Brasil, esperamos um crescimento de 7,5% (com variação de um ponto percentual para mais ou para menos) em relação a 2013 (1,93 milhões de bpd), com metas de eficiência operacional de 81% para a UO-BC e de 93,1% para a UO-Rio.

A sustentabilidade está presente no nosso Plano Estratégico Petrobras 2030 que estabelece os Direcionadores Corporativos, que orientam todas as atividades e negócios da Petrobras: Rentabilidade, Responsabilidade Social e Ambiental e Crescimento Integrado. Reforçamos nosso compromisso com o desenvolvimento do Brasil e dos países onde atuamos. Também apresentamos os desafios de nossas funções corporativas, que são Recursos Humanos, Responsabilidade Social, Segurança, Meio Ambiente, Eficiência Energética e Saúde (SMES) e Tecnologia.

Os excelentes resultados operacionais alcançados pela Companhia deram-se segundo rigoroso cumprimento da programação de normas e procedimentos de manutenção de suas instalações, mantendo-se asseguradas a integridade física das pessoas e dos equipamentos. Em decorrência, alcançamos em 2013 os menores valores, em toda a história da companhia, de taxa de ocorrências registráveis, de acidentes fatais e de volume vazado, mesmo com a crescente elevação do homem-hora exposto ao risco.

Complementando, registro que implementamos no segundo semestre de 2013 o Programa de Prevenção à Corrupção, que reafirma o compromisso da Diretoria da Petrobras e de seus empregados com a ética e a transparência em nossa organização. O programa se adéqua às iniciativas nacionais e internacionais de combate à fraude e à corrupção,

assim como às leis dos países nos quais a companhia atua, com impactos positivos no relacionamento com todos os seus públicos de interesse.

Completamos, em 2013, dez anos de participação no Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU). Reafirmo que continuaremos a desenvolver ações para avançar cada vez mais no alcance dos dez princípios da iniciativa, focados nas áreas de direitos humanos, padrões trabalhistas, meio ambiente e combate à corrupção. Neste contexto, envolvemos as empresas que compõem o Sistema Petrobras e estimulamos o engajamento de fornecedores, parceiros e outras companhias por meio das redes locais do Pacto Global.

Assim, estamos construindo uma Companhia de maior valor: a capacitação de nossos empregados, o domínio das tecnologias necessárias para a implantação dos projetos, nossas relevantes reservas de petróleo e produção crescentes no curto prazo conjuntamente com a incessante busca pelo aumento da eficiência, produtividade e disciplina de capital nos levarão à geração de resultados melhores.

Maria das Graças Silva Foster
Presidente

Sobre o relatório

O Relatório de Sustentabilidade é produzido anualmente com a finalidade de oferecer aos nossos públicos de interesse um relato conciso e confiável sobre nosso desempenho, nossas práticas de gestão e visão de futuro. Esta edição reúne os dados referentes ao exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013 e sucede a publicação de 2012. No que tange a estimativas e projeções futuras, as informações não se limitam ao ano-base de 2013. Isso ocorreu, por exemplo, com a utilização do Plano de Negócios e Gestão 2014-2018 e do Planejamento Estratégico 2030, publicados no início de 2014.

Para assegurar a qualidade e confiabilidade, os dados divulgados foram submetidos à verificação externa por auditores independentes da PwC, conforme descrito no [Relatório de Asseguração Limitada dos Auditores Independentes](#). Além disso, a cada edição publicada do Relatório de Sustentabilidade, realizamos análise crítica para identificar, a partir do relato corporativo, as oportunidades de melhoria e as vulnerabilidades de gestão, posteriormente encaminhadas às estruturas internas devidas.

PARÂMETROS

Elaboramos o Relatório de Sustentabilidade 2013 de acordo com as diretrizes para relato da sustentabilidade da Global Reporting Initiative (GRI), principal iniciativa mundial na definição deste tipo de parâmetros. Adotamos a versão mais recente destas diretrizes, a GRI-G4, conforme a opção abrangente de definição de conteúdo. Respondemos também aos indicadores do suplemento setorial para as empresas de óleo e gás (OGSS) da GRI.

Além disso, a publicação apresenta nosso progresso em relação aos dez princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), um dos principais compromissos que firmamos para a gestão e comunicação de aspectos críticos da sustentabilidade. Outra importante

ferramenta que orienta tanto nossa atuação quanto o relato de informações corporativas é a ISO 26000.

Com exceção da adoção das diretrizes GRI-G4, em substituição à G3.1, não houve modificações significativas de escopo ou abrangência em relação à versão anterior do relatório. Em casos de séries históricas cujos valores possam diferir dos publicados anteriormente, apresentamos as devidas explicações sobre atualização de dados ou mudança metodológica.

ABRANGÊNCIA

As informações reportadas neste relatório se referem às nossas atividades, no Brasil e em outros países, diretamente ou por meio de subsidiárias e controladas. As exceções são explicitadas ao longo do texto com a informação do limite de escopo utilizado. Priorizamos o relato de projetos e iniciativas da Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), Petrobras Distribuidora, Petrobras Transporte S.A. (Transpetro), Petrobras Biocombustível, Liquigás e Stratura e de controladas que operam unidades fora do Brasil, em virtude do porte significativo destas empresas ou de suas atividades.

LEGENDAS DO RELATÓRIO

Ícones do Pacto Global da ONU: indicam em quais capítulos são apresentados os avanços relativos a cada um dos dez princípios da iniciativa.

Sumário de Conteúdo GRI: apresenta onde podem ser encontradas as informações relativas aos conteúdos padrão gerais, como estratégia e perfil organizacional, e aquelas específicas que se referem a temas materiais das categorias econômica, ambiental e social, incluindo informações sobre a forma de gestão. Além destas, também inclui os indicadores específicos para empresas do setor de óleo e gás.

OS DEZ PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL SÃO:



1 RESPEITAR e apoiar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente na sua área de influência



2 ASSEGURAR a não participação da empresa em violações dos direitos humanos



3 APOIAR a liberdade de associação e reconhecer o direito à negociação coletiva



4 ELIMINAR todas as formas de trabalho forçado ou compulsório



5 ERRADICAR efetivamente todas as formas de trabalho infantil da sua cadeia produtiva



6 ESTIMULAR práticas que eliminem qualquer tipo de discriminação no emprego



7 ASSUMIR uma abordagem preventiva, responsável e proativa para os desafios ambientais



8 DESENVOLVER iniciativas e práticas para promover e disseminar a responsabilidade socioambiental



9 INCENTIVAR o desenvolvimento e a difusão de tecnologias ambientalmente responsáveis



10 COMBATER a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno

MATERIALIDADE

Para definir os principais temas a serem abordados neste relatório, realizamos reuniões e entrevistas com cerca de 230 representantes de nossos públicos de interesse, a fim de apurar suas percepções, expectativas e preocupações sobre a nossa atuação, especialmente, considerando aspectos de sustentabilidade. Ao confrontar o que foi apresentado por esses grupos com os nossos próprios posicionamentos, representados pela Diretoria Executiva, elencamos, de um conjunto de 24 temas, os 12 considerados mais relevantes, que denominamos “temas materiais”.

Dez dos 13 públicos de interesse corporativos foram priorizados para estas consultas com base em análises de relevância, que consideraram as necessidades de informações de cada público, seu potencial de influência e formação de opinião, oportunidades de consolidação de posicionamentos e fortalecimento da reputação corporativa junto a certos grupos.

A definição da materialidade, entretanto, começou antes das consultas internas e externas. Uma priorização inicial de temas foi realizada internamente, a partir de um conjunto abrangente de aspectos críticos para nossa atuação. Esse processo incluiu análise de documentos corporativos; compromissos firmados; informações oriundas de canais de relacionamento e comunicação com públicos de interesse já estabelecidos, como SAC Petrobras, Ouvidoria e Imprensa; bem como referências externas, tais como estudos e pesquisas, publicações de empresas e organizações do setor de óleo e gás, entre outros.

FALE CONOSCO

Envie comentários, dúvidas, sugestões e críticas referentes ao nosso Relatório de Sustentabilidade para o e-mail rs2013@petrobras.com.br. As contribuições ajudam a adequar cada vez mais o conteúdo às necessidades e demandas dos leitores.

TEMAS MATERIAIS	ABRANGÊNCIA
Prevenção de acidentes e vazamentos	<ul style="list-style-type: none"> Integridade de ativos e segurança do processo produtivo (gestão do risco operacional) Estrutura de resposta a emergências, incluindo parcerias para mitigação de vazamentos de grandes proporções Verificações, auditorias e certificações
Uso de recursos naturais e consumo de materiais	<ul style="list-style-type: none"> Gestão do uso de água Reutilização e identificação de fontes alternativas de suprimento de recursos naturais Descarte de embalagens e sobras de produtos e reciclagem
Gestão de impacto nas comunidades	<ul style="list-style-type: none"> Avaliação de riscos sociais de operações e empreendimentos Reassentamentos involuntários Descomissionamento de operações e empreendimentos Desenvolvimento local Acesso à energia
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico	<ul style="list-style-type: none"> Investimentos e incentivos à inovação tecnológica dentro e fora da companhia Apoio à formação de redes de tecnologia Pesquisa aplicada à melhoria da qualidade e eficiência de produtos, processos e equipamentos
Gestão de efluentes e resíduos	<ul style="list-style-type: none"> Geração, destinação e tratamento de efluentes e resíduos perigosos Lançamentos diretos ao meio ambiente terrestre e marítimo
Viabilização dos negócios em longo prazo	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia de curto, médio e longo prazos e modelo de negócios Vida útil e reposição das reservas de óleo Vida ativa das reservas de gás Diversificação do portfólio de energia Capital físico (ativos) Acesso a financiamentos
Impactos econômicos	<ul style="list-style-type: none"> Inserção da companhia no mercado mundial de petróleo e no cenário econômico Impactos econômicos indiretos positivos e negativos sobre comunidades Impactos econômicos diretos nos países em que atuamos Impactos econômicos sobre consumidores

TEMAS MATERIAIS	ABRANGÊNCIA
Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> Operações em áreas sensíveis e protegidas Conservação e recuperação de ecossistemas Proteção de espécies e manejo de fauna Mitigação de riscos e impactos à biodiversidade
Transparência e prestação de contas	<ul style="list-style-type: none"> Processo de tomada de decisão e estrutura de governança corporativa Mecanismos e canais de prestação de contas aos públicos de interesse Confiabilidade de informações da empresa Posicionamento em relação a <i>lobbies</i> e contribuições a partidos políticos
Saúde e segurança dos trabalhadores	<ul style="list-style-type: none"> Acidentes de trabalho (empregados e prestadores de serviço) e planos de prevenção de suas incidências Exigências para a cadeia de fornecedores e seu monitoramento Prevenção e controle de doenças ocupacionais Segurança do processo produtivo
Gestão de emissões de gases de efeito estufa	<ul style="list-style-type: none"> Estratégia frente à mudança climática Inventário de emissões de gases de efeito estufa e mecanismos de monitoramento Investimentos em novas tecnologias para desenvolvimento de produtos e processos menos intensivos Promoção do uso eficiente e racional de combustíveis
Eficiência energética e de processos	<ul style="list-style-type: none"> Conservação de energia e modernização de processos e instalações Utilização e investimentos em fontes alternativas de energia Pesquisa e desenvolvimento aplicados à eficiência energética e de processos

Todos os temas são materiais para o Sistema Petrobras no Brasil e no exterior.

Os demais temas que compõem o universo apresentado durante as consultas foram: apoio a projetos da sociedade; concorrência e práticas de mercado; desenvolvimento do capital humano; engajamento com públicos de interesse; estratégias de investimento; gestão de fornecedores e desenvolvimento da indústria local; gestão dos riscos econômicos; gestão, política e viabilização do pré-sal; mecanismos anticorrupção; relações trabalhistas e condições de trabalho; respeito e atuação para equidade e diversidade; e saúde e segurança do consumidor.



Atuação Corporativa



Perfil

Somos a Petrobras, Petróleo Brasileiro S.A., empresa de energia que atua nos segmentos de exploração e produção, refino, comercialização, transporte, petroquímica, distribuição de derivados, gás natural, energia elétrica, gás-química e biocombustíveis. Com sede no Rio de Janeiro, estamos presentes em 18 países e mantemos atividades em todos os estados brasileiros, atuando diretamente ou por intermédio das nossas subsidiárias, coligadas e controladas (denominadas em conjunto "Sistema Petrobras").

Somos uma sociedade anônima de capital aberto, cujo acionista majoritário é o Governo brasileiro, e temos ações negociadas nas principais bolsas de valores do mundo.

PRODUTOS E SERVIÇOS

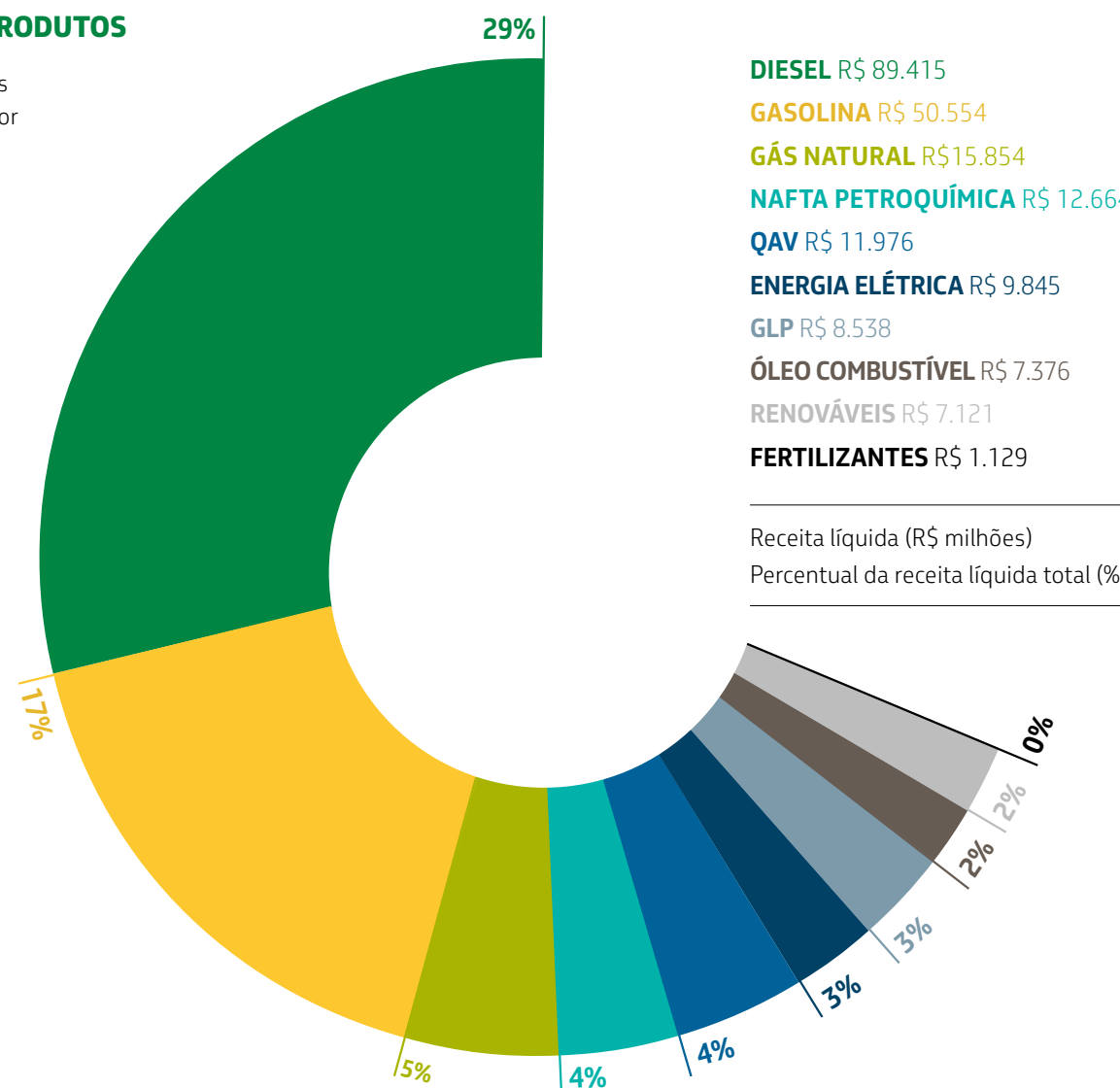
Atuamos nos mercados automotivo e rodoviário, industrial e termelétrico, da indústria química e de petróleo, doméstico, aeronáutico, ferroviário, náutico, aquaviário, do agronegócio, asfáltico, de frotas, naval, marítimo e locomotivo. Oferecemos produtos e serviços que aliam qualidade, tecnologia e tradição, e visam atender às demandas da população, dos revendedores, das indústrias e demais clientes. Temos participação em empresas responsáveis pela produção de produtos petroquímicos básicos (eteno, propeno, benzeno, etc.) e de matérias-primas para as indústrias de segunda geração fabricarem outros produtos (plásticos, borracha, etc.), utilizados pelas indústrias de ponta na elaboração de artigos para consumo público (embalagens, pneus, tintas, etc.).

MARCA PETROBRAS

No ranking "As Marcas mais Valiosas do Brasil", elaborado pela consultoria BrandAnalytics/Millward Brown, nossa marca obteve a segunda colocação, com o valor de US\$ 5,7 bilhões. Segundo a Interbrand, consultoria global que cria e gerencia valor de marca, estamos em quinto lugar entre as "marcas brasileiras mais valiosas", ultrapassando R\$ 8,7 bilhões.

DEZ PRINCIPAIS PRODUTOS

Não inclui os exportados ou produzidos no exterior

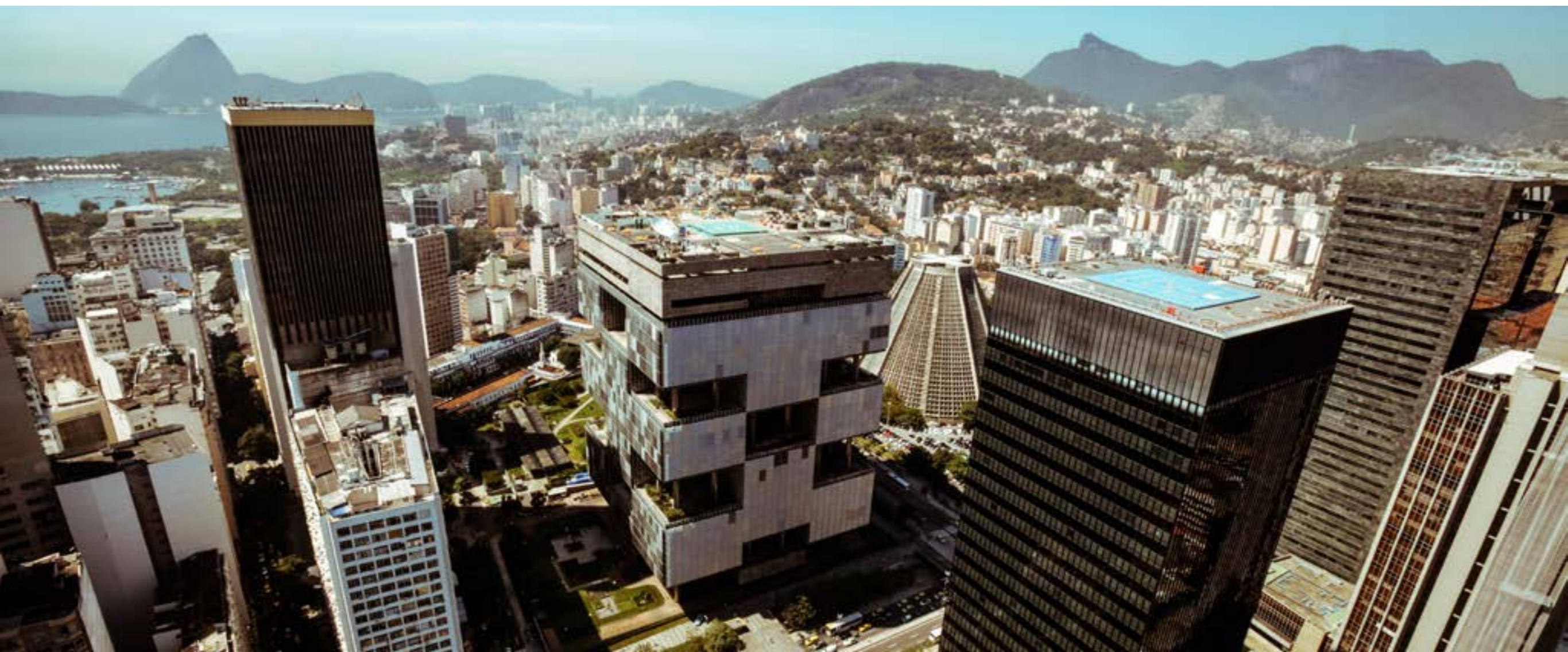


Nossas principais marcas de produtos são Podium (gasolina e diesel), Lubrax (óleo e lubrificantes), Verana (óleo diesel náutico premium) e Flua (arla 32, produto à base de ureia para veículos pesados a diesel). Entre nossos serviços com marcas próprias, destacam-se a BR Mania, o Spacio 1, De Olho no Combustível, Siga Bem, Lubrax+ e BR Aviation.

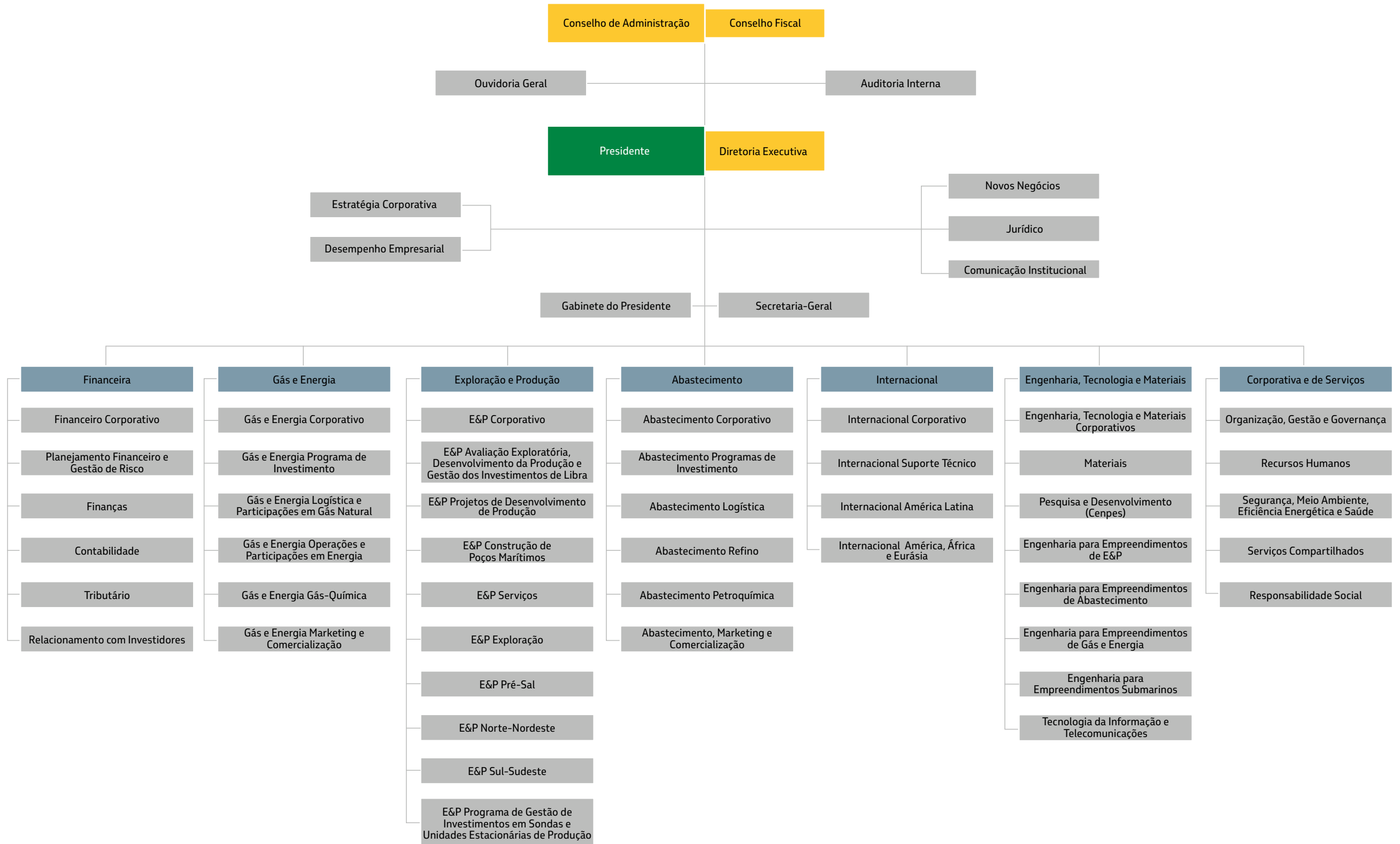
Governança corporativa

Nossa estrutura de governança corporativa é composta por Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, assessorado por três comitês (Auditoria; Segurança, Meio Ambiente e Saúde; e Remuneração e Sucessão), Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, Auditoria Interna, Ouvidoria Geral e Comitê de Negócios.

Nossa estrutura organizacional conta com a Área Estratégica, Área Corporativa e de Serviços, Área Financeira, Área de Engenharia, Tecnologia e Materiais e as Áreas de Negócio – Exploração e Produção, Abastecimento, Gás e Energia, e Internacional.



ORGANIZAÇÃO GERAL DA PETROBRAS



As competências e atribuições do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva estão descritas em nosso Estatuto Social. O Plano Básico de Organização, por sua vez, define as competências dos titulares das unidades organizacionais da estrutura geral, bem como as atribuições gerais destas unidades em temas de governança, econômicos, ambientais e sociais, entre outros. Esses gestores se reportam à Diretoria Executiva que, por sua vez, segue as orientações do Conselho de Administração. As exceções são a Ouvidoria Geral e a Auditoria Interna, subordinadas diretamente ao Conselho de Administração.

A Tabela de Limites de Competência estabelece, em valores monetários, a competência dos membros da Diretoria Executiva, bem como dos titulares das unidades da estrutura geral, para o cumprimento de suas atribuições e gestão da companhia, podendo ser delegável aos seus subordinados. Cabe à Auditoria Interna monitorar a utilização da prática da delegação a fim de verificar a conformidade nos atos praticados.

Os membros do nosso Conselho de Administração são eleitos em assembleia geral ordinária, exceto no caso do representante dos empregados, que deve ser eleito por seus pares, em cumprimento à legislação vigente. Atualmente, contamos com dez conselheiros, dos quais sete são indicados pela União Federal, e o acionista controlador (incluindo o presidente do Conselho). Os demais são indicados pelos acionistas minoritários de ações ordinárias, pelos acionistas minoritários de ações preferenciais e pelos empregados.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Função executiva	Apenas um conselheiro exerce função executiva, a Presidente da Petrobras.
Independência	Quatro membros independentes.
Mandato	Um ano, permitida a reeleição sem limite de renovação.
Gênero	Duas mulheres e oito homens.

As funções de presidente do Conselho de Administração e de presidente da Petrobras não são ocupadas pela mesma pessoa. Nosso Conselho deve procurar alcançar diversidade na sua composição, buscando, entre seus membros, experiências, tais como já ter atuado como executivo principal de alguma empresa, e conhecimentos de finanças e contabilidade do setor de energia e do mercado nacional e internacional, além de possuir visão estratégica.

Um dos requisitos aos quais os candidatos a conselheiro devem atender é a ausência de conflitos de interesses. Caso algum deles mude de ocupação principal após a sua eleição, recomenda-se que o fato seja levado ao Conselho, que reavaliará os requisitos, impedimentos e eventuais conflitos. No caso do conselheiro representante dos empregados, ele não pode participar de discussões e deliberações em pauta sobre assuntos de relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que ficaria configurado o conflito de interesse.

No início do mandato, recomenda-se que o conselheiro participe de um programa de introdução (cursos básico e avançado de Governança Corporativa) que contempla temas relacionados à nossa estratégia, organização e gestão de negócios, governança corporativa e societária. O curso oferecido pela Universidade Petrobras é exclusivo para conselheiros de sociedades do Sistema Petrobras. Além disso, o conselheiro recebe documentos como relatórios anuais, atas das assembleias ordinárias e extraordinárias, atas das reuniões do Conselho, Estatuto Social e demais instrumentos de governança corporativa e é convidado a fazer visitas em nossas instalações. Neste processo de ambientação, diversos temas podem ser abordados, dentre eles os econômicos, ambientais ou sociais.

Questões críticas, predominantemente de natureza ambiental, de saúde, de segurança operacional e financeira, são encaminhadas ao Conselho de Administração por meio de nossa Presidente durante as reuniões ao colegiado ou diretamente aos conselheiros.

Em cumprimento à Lei das Sociedades Anônimas, o montante global pago aos conselheiros é aprovado anualmente em assembleia geral ordinária e cabe ao Conselho de Administração aprovar a distribuição dos valores destinados ao pagamento da remuneração da Diretoria Executiva. A remuneração praticada aos membros do Conselho de Administração corresponde a 10% (dez por cento) do que, em média mensal, percebem os membros da Diretoria Executiva a título de honorários.

Utilizamos os códigos de Conduta Concorrencial e de Boas Práticas e seguimos o Código de Conduta da Alta Administração Federal, cuja aplicação é fiscalizada pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

Compromissos firmados – Além dos códigos que direcionam nossa atuação e de nossas políticas corporativas, adotamos os princípios internacionais, como o Pacto Global das Nações Unidas e a norma

internacional ISO 26000. Em questões de diversidade, incluindo gênero e raça, destacamos os Princípios de Empoderamento das Mulheres, da ONU, e o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República. No combate à corrupção, mantemos nossos compromissos com a Iniciativa Conjunta contra a Corrupção (Paci), a Iniciativa de Transparência das Indústrias Extrativas (Eiti) e o Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção.

Reforçamos nosso apoio à promoção e divulgação dos direitos das crianças e dos adolescentes. Somos signatários da Declaração de Compromisso Corporativo de Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes.

Participação em fóruns e entidades – Participamos da Associação Regional de Empresas de Petróleo e Gás Natural na América Latina e Caribe (Arpel) e da Associação da Indústria Global de Óleo e Gás para Assuntos Ambientais e Sociais (Ipieca), organizações que reúnem empresas do setor de óleo e gás para a discussão e promoção de boas práticas relativas a temas como mudanças climáticas, biodiversidade, direitos humanos e resposta a vazamentos. Também participamos de associações nacionais ou locais que atuam no setor de energia, como o Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP) e instituições análogas em outros países, como a Associação Texana de Óleo e Gás e o Instituto Americano de Petróleo (API), nos Estados Unidos, e o Conselho Mundial de Energia, no México.

Somos membro do *World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD) e do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), iniciativas que têm como objetivo fomentar a integração dos princípios da sustentabilidade aos negócios. Participamos ainda do programa-piloto do *International Integrated Reporting Council* (IIRC), responsável por criar um modelo para a elaboração de relatos integrados.

Estivemos em alguns importantes eventos para o debate internacional de sustentabilidade, como o *“Leaders Summit – Arquitetos para um Futuro Melhor”*, do Pacto Global da ONU, e a Conferência Global da *Global Reporting Initiative* (GRI), em Amsterdã. Participamos ainda do Segundo Fórum Anual sobre Empresas e Direitos Humanos, na Suíça, organizado pelo Alto Comissariado nas Nações Unidas em Direitos Humanos, e do Fórum Latino Americano e do Caribe sobre Empresas e Direitos Humanos, na Colômbia.

Estratégia

Publicamos conjuntamente, em fevereiro de 2014, nosso Plano Estratégico Petrobras (PE) 2030, ampliando o horizonte de planejamento em dez anos com relação ao plano anterior (PE 2020), e o Plano de Negócios e Gestão (PNG) para o período de 2014-2018.

O PE 2030 estabelece a Visão 2030, as Grandes Escolhas e as metas de longo prazo para os negócios e mercados em que atuaremos. Também foram definidos os direcionadores corporativos, que orientam todos os nossos negócios e atividades: rentabilidade, responsabilidade social e ambiental e crescimento integrado.

O contexto do ambiente de negócios atual, que baseou a construção do PE 2030, difere daquele de 2007, ano em que foi elaborado o plano anterior. Destacamos, sobretudo, as repercussões da crise econômica mundial de 2008, o crescimento dos investimentos na exploração e produção do gás de folhelho (*shale gas e tight oil*) nos Estados Unidos, que vem alterando a geopolítica da energia no mundo, e as mudanças do marco regulatório brasileiro com a criação dos regimes de Cessão Onerosa e Partilha.

O crescimento da produção de petróleo até 2020 e sua sustentação nos dez anos seguintes, com média de 4 milhões de barris de óleo por dia (bpd) é o principal pilar da Visão 2030. Na fundamentação desta meta foram considerados diferentes ritmos de leilões a serem promovidos pelo Governo brasileiro, estimando, com os dados disponíveis, que a produção total de óleo no País alcançará a média de 5,2 milhões de bpd no período 2020-2030.

A partir do aumento da produção de óleo foram definidas as estratégias para os segmentos de negócios, com destaque para a atuação integrada da produção de petróleo e gás natural, com a expansão da capacidade de refino para 3,9 milhões de bpd em 2030 e com o crescimento da oferta de gás natural para o mercado brasileiro.

Mantendo o nosso posicionamento de ser uma empresa integrada de energia, o PE 2030 define como Grandes Escolhas de nossas áreas de negócio:



Exploração e Produção	Produzir em média 4 milhões de bpd no período 2020-2030, sob titularidade da Petrobras no Brasil e no exterior, adquirindo direitos de exploração de áreas que viabilizem este objetivo.
Refino, Transporte, Comercialização e Petroquímica	Suprir o mercado brasileiro de derivados, alcançando uma capacidade de refino de 3,9 milhões de bpd, em sintonia com o comportamento do mercado doméstico.
Distribuição	Manter a liderança no mercado doméstico de combustíveis, ampliando a agregação de valor e a preferência pela marca Petrobras.
Gás, Energia e Gás-Química	Agregar valor aos negócios da cadeia de gás natural, garantindo a monetização do gás do Pré-Sal e das bacias interiores do Brasil.
Biocombustíveis	Manter o crescimento em biocombustíveis, etanol e biodiesel, em linha com o mercado doméstico de gasolina e diesel.
Internacional	Atuar em E&P, com ênfase na exploração de óleo e gás na América Latina, África e Estados Unidos (EUA).

PLANO DE NEGÓCIOS E GESTÃO

Como desdobramento do PE 2030, o PNG 2014-2018 estabelece programa de investimentos de US\$ 220,6 bilhões nos próximos cinco anos. Outros US\$ 63 bilhões devem ser aportados por empresas parceiras em projetos no Brasil, totalizando US\$ 283,6 bilhões.

O plano mantém o princípio da gestão integrada de projetos dos planos anteriores, empregando a Sistemática Corporativa de Projetos de Investimento, que exige o desenvolvimento de três fases antes da aprovação final para início da construção (Fase IV). A carteira de projetos em implantação contempla todos aqueles em execução (obras), projetos já licitados de todas as áreas e os recursos necessários para os estudos dos projetos da carteira em avaliação. Os que estão em processo de licitação incluem os projetos de E&P no Brasil que ainda passarão pelo processo de contratação de suas unidades e os projetos das refinarias Premium I e Premium II, que terão seus processos licitatórios conduzidos

em 2014. Juntas, as duas carteiras, em implantação e em processo de licitação, somam US\$ 206,8 bilhões.

Já a carteira de projetos em avaliação, com US\$ 13,8 bilhões, engloba projetos que atualmente se encontram em Fase I (identificação de oportunidade), Fase II (projeto conceitual) e Fase III (projeto básico), com exceção da área de E&P no Brasil, que não tem projetos nesta carteira. São projetos com menor maturidade e que não causam impacto nas curvas de produção de petróleo e de processamento de derivados no Brasil, até 2020.

Todos os projetos do PNG têm acompanhamento das curvas S (gráfico que representa a evolução física e financeira do projeto) e as projeções futuras são feitas a partir da análise da execução destas curvas, que são acompanhadas pela Diretoria Executiva e contribuem para o alcance das metas do plano.

As ações estruturantes, representadas pelos programas que sustentam o plano, contribuem, desde 2012, junto com os projetos de investimento, para nosso crescimento. São elas:

- Programa de Aumento da Eficiência Operacional da Bacia de Campos (Proef)
- Programa de Otimização de Custos Operacionais (Procop)
- Programa de Otimização de Infraestrutura Logística (Infralog)
- Programa de Redução de Custos de Poços (PRC-Poço)
- Programa de Redução de Custos de Instalações Submarinas (PRC-Sub)

O plano incorporou ganhos de eficiência operacional proporcionados pelo Procop, com economia potencial de R\$ 37,5 bilhões no período de 2013 a 2016.

Os pressupostos da financiabilidade considerados são a manutenção do grau de investimento, a não emissão de novas ações, a convergência

com preços internacionais de diesel e gasolina no Brasil e as parcerias e reestruturações nos modelos de negócio.

A análise das condições de financiabilidade considera as carteiras em implantação e em processo de licitação, totalizando US\$ 206,8 bilhões. Os recursos necessários para o financiamento dos projetos em implantação e dos projetos em processo de licitação serão provenientes da geração operacional de caixa e desinvestimentos (US\$ 182,2 bilhões), uso de caixa excedente (US\$ 9,1 bilhões), reestruturações nos modelos de negócio (US\$ 9,9 bilhões) e captações (bruta e líquida, respectivamente nos valores de US\$ 60,5 bilhões e US\$ 5,6 bilhões).

INVESTIMENTOS PREVISTOS

INVESTIMENTOS POR SEGMENTO – PNG 2014-2018 (US\$ bilhões)		
SEGMENTO	INVESTIMENTOS	%
E&P	153,9	69,8
Abastecimento	38,7	17,5
Gás e Energia	10,1	4,6
Internacional	9,7	4,4
Petrobras Biocombustível	2,3	1
Petrobras Distribuidora	2,7	1,2
Engenharia, Tecnologia e Materiais	2,2	1
Demais áreas ¹	1	0,5
Total a ser investido	220,6	100

¹Área Financeira, Área Estratégica e Área Corporativa e de Serviços.

Exploração e Produção: a meta de produção de óleo e líquido de gás natural (LGN) no Brasil é de 3,2 milhões bpd em 2018 e 4,2 milhões bpd em 2020. Para 2014, a meta de crescimento da produção é de 7,5% em relação ao ano anterior, com variação de um ponto percentual para mais ou para menos. Nos cinco anos cobertos pelo PNG, 28 novas unidades de produção entrarão em operação, assegurando o atingimento das metas.

A maior parte dos projetos do pré-sal e da cessão onerosa entrará em operação em 2017 e 2018, resultando na aceleração do crescimento da curva de petróleo. O pré-sal representará 52% da produção total de petróleo em 2018. A meta de produção total de óleo, LGN e gás natural no Brasil é de 3,9 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed) em 2018 e de 5,2 milhões de boed em 2020.

Para atingir essas metas, investiremos US\$ 153,9 bilhões em E&P no Brasil, crescimento de 4,3% (US\$ 6,4 bilhões) em relação ao PNG anterior. Do total investido em E&P, 73% serão alocados para desenvolvimento da produção, 15% para exploração e 12% para infraestrutura. Dos US\$ 135,9 bilhões destinados às duas primeiras atividades, 60% serão destinados ao pré-sal e 40% ao pós-sal.

Abastecimento: os investimentos previstos na área totalizam US\$ 38,7 bilhões. Os destaques da carteira de implantação são os projetos da Refinaria Abreu e Lima, o primeiro trem de refino do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e a construção de 45 navios de transporte de petróleo e derivados (Promef). A carteira em processo de licitação dessa área, por sua vez, é composta pelas refinarias Premium I e Premium II.

Gás e Energia: serão alocados US\$ 10,1 bilhões nesta área no período coberto pelo PNG, com destaque para a Unidade de Fertilizantes de Três Lagoas (MS), a Unidade de Fertilizantes de Uberaba (MG), os gasodutos de escoamento de gás do pré-sal (Rota 2 e Rota 3) e suas respectivas unidades de processamento de gás natural, todos em implantação.

Internacional: serão investidos US\$ 9,7 bilhões com ênfase no segmento de E&P que representa 92% destes investimentos.

Subsidiárias: a área de Biocombustíveis prevê investimento de US\$ 2,3 bilhões para projetos de etanol e biodiesel. Já o segmento de distribuição conta com investimentos de US\$ 2,7 bilhões, visando à manutenção da liderança no mercado de derivados de petróleo com crescimento de participação no segmento automotivo.

Gerenciamento de riscos

Em consonância com as principais normas de gestão de riscos, dispomos de processos e ferramentas especificamente estruturados para mapear e acompanhar os diferentes tipos de riscos que podem impactar nossos resultados e a relação com nossos públicos de interesse. Desde a concepção dos Planos Estratégico e de Negócios e Gestão ao acompanhamento do desempenho operacional em diversos níveis, identificamos, priorizamos, avaliamos e monitoramos o conjunto dos riscos estratégicos, de mercado, operacionais, ambientais, sociais, físicos, regulatórios, de crédito e de reputação.

RISCO AMBIENTAL

A gestão dos riscos ambientais em nossas atividades prioriza uma abordagem integrada, considerando tanto os potenciais impactos sobre nossos negócios como aqueles que podemos causar ao meio ambiente e à sociedade. Em alinhamento aos princípios da precaução e prevenção, buscamos adotar medidas eficazes para impedir danos graves ou irreversíveis ao meio ambiente e à saúde humana, mesmo quando não há consenso científico sobre o assunto. Nesse sentido, nos empenhamos, por exemplo, na compreensão dos potenciais impactos de nossa atividade sobre a mudança do clima e em iniciativas para sua mitigação.

Nossos produtos são avaliados desde a fase de desenvolvimento conceitual com relação aos seus potenciais impactos à saúde humana e ao meio ambiente. Todos os derivados de petróleo produzidos no Brasil, que se constituem em nosso principal produto, são processados em refinarias certificadas de acordo com as normas ISO 14001 (gestão ambiental) e OHSAS 18001 (gestão de saúde e segurança). Além disso, a conformidade com as diretrizes e os padrões corporativos dos sistemas de gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde adotados nas unidades de operações é verificada periodicamente, por meio de um processo interno de avaliação.

Monitoramos e avaliamos rotineiramente a evolução da regulamentação associada a questões ambientais aplicável a nossas atividades, uma vez que leis e regulamentos mais restritivos nessa área podem

implicar em aumentos significativos de investimentos e custos. Em um ambiente regulatório mais rigoroso, há também aumento no risco de eventuais infrações à legislação, que podem levar a perdas financeiras associadas a multas e paradas de produção.

Outro risco para os negócios advém do fato de que, apesar de nos empenharmos não apenas para assegurar a conformidade legal, mas também para nos equiparmos a referenciais internacionais no que diz respeito ao desempenho ambiental de nossas operações e instalações, não é possível eliminarmos todas as incertezas no processo de obtenção, manutenção e renovação das licenças e alvarás necessários para o exercício regular de nossas atividades. Tais incertezas podem fazer com que novos empreendimentos entrem em operação com atraso ou colocar em risco a continuidade operacional de instalações já existentes, com possíveis reflexos financeiros negativos.



Ética, transparência e prestação de contas

Nossa Ouvidoria Geral tem como atribuições acolher opiniões, sugestões, críticas, reclamações e denúncias de todas as pessoas que tenham alguma demanda envolvendo a nossa atuação. O contato pode ser feito por telefone, fax, carta, *e-mail*, pessoalmente, urnas ou por meio de 18 ouvidorias locais existentes nas regiões de atuação no Brasil.

O portal da Ouvidoria Geral na internet traz detalhes sobre as políticas e diretrizes adotadas no atendimento a demandas que podem incluir desde irregularidades, infração à legislação ou norma interna até fraude contábil, financeira ou de auditoria, atos de corrupção, infração aos princípios éticos ou alguma forma de discriminação, por exemplo.

A Ouvidoria Geral funciona como canal para a solicitação de orientações sobre comportamentos éticos, opiniões, sugestões, críticas, reclamações e denúncias formuladas pelos públicos de interesse e também é um dos canais de comunicação com a nossa Comissão de Ética. As manifestações recebidas pela Ouvidoria Geral são analisadas para, em seguida, serem encaminhadas para o devido tratamento das áreas pertinentes ou da Comissão de Ética.

O Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) e o Fale Conosco também recebem manifestações através de correio eletrônico interno e externo.

Dispomos do "Canal Denúncia", espaço de denúncia de acesso exclusivo aos empregados, em atendimento às diretrizes de governança e aos preceitos da Lei Sarbanes-Oxley (EUA). As denúncias e reclamações são tratadas e reunidas em relatórios semestrais para o Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, e para a Direção Superior e gerências executivas das áreas corporativas, destacando-se as consideradas relevantes. O Canal Denúncia foi criado para tornar possível a qualquer integrante da força de trabalho comunicar

irregularidades ou fraudes no que diz respeito às atividades de natureza contábil, de controles internos ou de auditoria. Outros assuntos podem ser denunciados para a Ouvidoria.

A Ouvidoria Geral também é responsável por receber as solicitações de informações dos cidadãos, em atendimento à legislação aplicável. O Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) pode ser acessado via internet ou presencialmente. Entre suas atribuições, a Comissão de Ética tem o objetivo de orientar, disseminar e promover o cumprimento dos princípios éticos e dos compromissos de conduta estabelecidos pelo Código de Ética.

Mecanismos Anticorrupção – Lançamos, em julho, o Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC) com o objetivo de prevenir, detectar e corrigir desvios de fraudes e corrupção. Três ações fundamentam o programa e sua aplicação: prevenção, por meio de políticas claras e educativas quanto à importância da ética em todas as ações; detecção, com mecanismos capazes de identificar tentativas de fraude e atos de corrupção; e sistema de consequências, com a correção de problemas já ocorridos.

Entre os benefícios do programa destacam-se a redução riscos de exposição jurídica e de imagem e reputação, o fortalecimento da governança corporativa, a centralização dos esforços com uma meta comum de combate à fraude e à corrupção e a melhoria no relacionamento com públicos de interesse, como parceiros e financiadores.

Nossa Diretoria Executiva aprovou, na estrutura da Auditoria Interna, a criação da Gerência Geral de Controladoria, com objetivo de fortalecer a execução de controle e conformidade, incluindo mitigação de riscos de fraude e de corrupção, com o intuito de atender aos marcos legais e

regulatórios. Essa decisão foi ratificada pelo Conselho de Administração em novembro. As responsabilidades dessa Gerência Geral incluem a condução do PPPC.

Todos os nossos fornecedores e parceiros comerciais são contemplados em nossas orientações sobre as políticas e os procedimentos de combate à corrupção, por meio de nosso Código de Ética, citado nos instrumentos contratuais e publicado em nosso *website*. O Código dispõe que o processo de seleção e contratação de fornecedores está fundamentado em critérios estritamente legais e técnicos de qualidade, custo e pontualidade, além de exigir do fornecedor um perfil ético em suas práticas de gestão e de responsabilidade social e ambiental, recusando práticas de concorrência desleal e outras práticas contrárias aos seus princípios, inclusive na cadeia produtiva das empresas fornecedoras.

Nossa minuta padrão dos contratos de serviços passou a incluir um parágrafo sobre o combate à corrupção e os procedimentos que devem ser adotados em casos de ato ilícito previsto nas leis brasileiras, na Lei de Práticas de Corrupção Internacional (EUA) de 1977 e na Lei de Combate à Corrupção (Reino Unido) de 2010.

Conforme orientação do nosso Código de Ética, possuímos o compromisso de recusar apoio e contribuições para partidos políticos ou campanhas políticas de candidatos a cargos eletivos.

Registramos uma ocorrência judicial envolvendo suposta conduta anticoncorrencial, atualmente em tramitação em primeira instância na Justiça Estadual do Rio de Janeiro. O autor da ação, a Refinaria de Manguinhos, pede ressarcimento por danos no valor inicial de R\$ 935 milhões.

Pesquisa e desenvolvimento

Investimos R\$ 2,4 bilhões em pesquisa e desenvolvimento (P&D), cuja gestão é coordenada pelo Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes). Organizamos nossa estratégia tecnológica em três grandes eixos direcionadores: a expansão dos limites atuais dos nossos negócios, a agregação de valor e diversificação dos nossos produtos e a sustentabilidade da indústria de energia.

Alguns dos nossos principais resultados em 2013 foram:

- Aumento da precisão na determinação da acidez da água de injeção produzida nos reservatórios do pré-sal, o que possibilitou uma melhor seleção de materiais. Considerando apenas os custos de materiais para poços, estimamos uma economia de, no mínimo, US\$ 188 milhões nos projetos de desenvolvimento do pré-sal;
- Identificação de quatro intervalos de rochas geradoras na área do pré-sal da Bacia de Santos por meio do uso integrado de dados de geoquímica, geologia e geofísica. O método de geoquímica orgânica de alta resolução contribui para uma estimativa mais precisa do risco exploratório de prospectos da Bacia de Santos e constitui um diferencial competitivo fundamental;
- Sistematização do monitoramento automatizado de desempenho de sondas de perfuração, o que contribuiu para o aumento de 12% na eficiência da perfuração de poços. Houve redução do tempo de construção de poços, gerando uma economia estimada de US\$ 60 milhões;
- Operação otimizada do turbo expensor na Refinaria Landulpho Alves, no município de Mataripe (BA), dobrando a potência gerada para 25 MW, em decorrência do desenvolvimento de tecnologia de medição de material particulado na saída da unidade. Esse novo procedimento deverá gerar uma economia de R\$ 30 milhões por ano;

- Desenvolvimento de 38 projetos de engenharia básica e P&D, contribuindo para o Programa de Produção de Médios e Gasolina (Promega), que possibilitou o aumento da produção de gasolina em 41 mil bpd e de óleo diesel em 81 mil bpd, reduzindo a importação de derivados;

- Aumento no processamento do resíduo atmosférico de petróleo pesado de origem brasileira na Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão (SP). O ganho foi estimado em US\$ 19,5 milhões por ano;

- Aplicação de nova ferramenta eletro-hidráulica de desconexão de fundo de poço no campo de Carapeba, na Bacia de Campos, reduzindo em 20% o tempo de intervenção para substituir a coluna de produção em poços com completação inteligente. Até 2017, esse procedimento deverá ser adotado em 145 poços.

Incentivo à pesquisa - Parte de nossos investimentos em P&D é destinado a universidades e instituições brasileiras de ciência e tecnologia para ser aplicada em projetos, qualificação de técnicos e de pesquisadores e ampliação de infraestrutura laboratorial. Essa iniciativa atende a uma resolução da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) que prevê a aplicação de 1% da receita bruta de alguns campos em P&D.

Muitos dos projetos de pesquisa que desenvolvemos buscam a qualidade e diversificação de fontes de energia, o que inclui o aprimoramento de biocombustíveis e bioprodutos, a geração de energia da termoeletricidade e de outras fontes renováveis. Destacam-se as pesquisas sobre produção de etanol com a utilização do bagaço da cana, testes com biodiesel B20 (diesel com 20% de biodiesel), os estudos de biolubrificantes produzidos com a mamona, além dos projetos de reutilização de água.

O Centro de Tecnologias do Gás e Energias Renováveis (CTGAS-ER), centro de pesquisa da Petrobras em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), localizado em Natal (RN), realiza testes para certificação de equipamentos para geração de energia eólica.



INVESTIMENTOS EM PESQUISA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS	R\$ mil
Energia Renovável Solar	11.269
Energia Renovável Eólica	5.135
Biocombustíveis de Primeira Geração	5.984
Biocombustíveis Avançados	67.862
Total	90.251

Responsabilidade sobre o produto

Avaliamos continuamente os nossos produtos em aspectos ambientais, de saúde e de segurança. Além das diretrizes legais, também contamos com diretrizes sobre padrões internos de qualidade. Os derivados de petróleo são a maioria de nossos produtos e todos incorporam processos de avaliações de risco à saúde e segurança em todas as fases de sua produção, incluindo a proteção da força de trabalho, comunidades vizinhas e consumidor final, além de atenderem aos requisitos de qualidade da ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001. Também temos o Sistema de Gerenciamento de Dados de Laboratório, um sistema corporativo de gestão de qualidade que nos permite registrar os padrões de qualidade para cada venda e resgatar as informações sobre os produtos que comercializamos.

Nossos produtos e matérias primas obedecem à legislação de produção e transporte. Atendemos a requisitos internacionais de classificação e rotulagem e utilizamos fichas de informação de segurança de produtos químicos (FISPQ). Seguimos os procedimentos exigidos pela ANP, pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Não comercializamos produtos proibidos. No que diz respeito ao debate público, o teor de enxofre dos combustíveis automotivos está em constante avaliação, por relacionar-se com a qualidade do ar. A alocação de diesel com baixos teores de enxofre seguiu um planejamento que prioriza as principais regiões metropolitanas e capitais brasileiras, em atendimento pleno ao Acordo do Diesel, o qual estabeleceu a entrega de diesel com 10 mg/kg ou partes por milhão (ppm) de enxofre, desde janeiro, nos principais centros urbanos.

Para tanto, realizamos investimentos em nossas refinarias para a produção do diesel com teor de enxofre reduzido. Além disso, estamos implantando unidades de tratamento de gasolina com baixo teor de enxofre com previsão de entrega deste produto com teores máximos de 50 ppm a partir de janeiro de 2014.

A fim de minimizar os casos de não conformidades, realizamos auditorias de instalações, planos de emergências, divulgação do

Plano de Comunicação para clientes consumidores, disseminação de orientação técnica da operação do recebimento e armazenagem dos combustíveis, como os cuidados e cumprimento de leis, resoluções e normas regulamentadoras.

Na Liquigás, empresa que atua no engarrafamento, distribuição e comercialização de gás liquefeito de petróleo (GLP), registramos seis autuações lavradas como decorrência do entendimento da ANP de que havia não conformidades com a legislação. Fora do Brasil, a Petrobras América reportou onze incidentes de não conformidade, todos eles recebidos do *Bureau of Safety and Environmental Enforcement*, departamento de segurança e fiscalização ambiental dos EUA. Dez foram emitidos para as atividades de perfuração e um para

a atividade de operação FPSO. Nenhum deles resultou em multas ou penalidades, porém todos eles resultaram em advertência.

Lançamos em junho o Lubrax Essencial SM, especialmente elaborado para veículos leves de montadoras coreanas e japonesas. O lubrificante mineral atende às especificações dessas montadoras por assegurar economia de combustível, compatibilidade com os retentores do motor para que não ocorram vazamentos, além de possuir custo competitivo.

Em outubro, disponibilizamos ao mercado o Lubrax Indicc, óleo lubrificante para motores de alta rotação de motocicletas. O produto proporciona redução do atrito e alto desempenho do sistema de embreagem, o que evita derrapagens e aproveita melhor a potência do motor.



Nossos públicos de interesse

Nossos públicos de interesse são definidos como “grupos de indivíduos e/ou organizações com questões e/ou necessidades comuns de caráter social, político, econômico, ambiental ou cultural, que estabelecem ou podem estabelecer relações conosco e são capazes de influenciar ou ser influenciados por nossas atividades, negócios e/ou reputação”.

O conceito de públicos de interesse é uma das Bases Estratégicas do nosso Plano Integrado de Comunicação (PIC), um conjunto de orientadores essenciais a todas as nossas práticas de comunicação. Cada plano derivado dessas bases contém objetivos específicos com foco em temas e públicos correspondentes ao seu âmbito de atuação. Além de originarem planos de ação específicos, os objetivos presentes ajudam as áreas que desenvolvem práticas de comunicação a identificar, em cada situação relevante, quais os públicos de interesse e segmentos com os quais o relacionamento é estratégico.

Tomamos como base o estudo aprofundado das questões e necessidades que definem cada público, bem como suas expectativas, opiniões, percepções e atitudes em relação à Petrobras. Isso se dá por meio da condução de pesquisas específicas, utilização de dados secundários e práticas de monitoramento.

PÚBLICOS DA PETROBRAS

Temos 13 categorias de públicos de interesse: clientes; comunidade científica e acadêmica; comunidades; concorrentes; consumidores; fornecedores; imprensa; investidores; organizações da sociedade civil; parceiros; poder público; público interno; e revendedores.

Desenvolvemos e mantemos práticas de comunicação e relacionamentos contínuos, buscando conhecer as opiniões, expectativas e percepções

de nossos públicos de interesse. Dentre estas práticas, desenvolvemos pesquisas junto a categorias dos públicos de interesse, monitoramento da marca em redes sociais, relacionamento com a imprensa e monitoramento de matérias publicadas, rede social interna e portal digital aberto para comentários do público interno sobre conteúdos publicados, práticas de comunicação e engajamento, entre outras.

Utilizamos instrumentos de pesquisa que nos permitem conhecer em profundidade as questões de imagem e reputação relevantes para os diversos públicos de interesse e para a opinião pública, como o nosso Sistema de Monitoramento da Imagem Corporativa (Sismico).

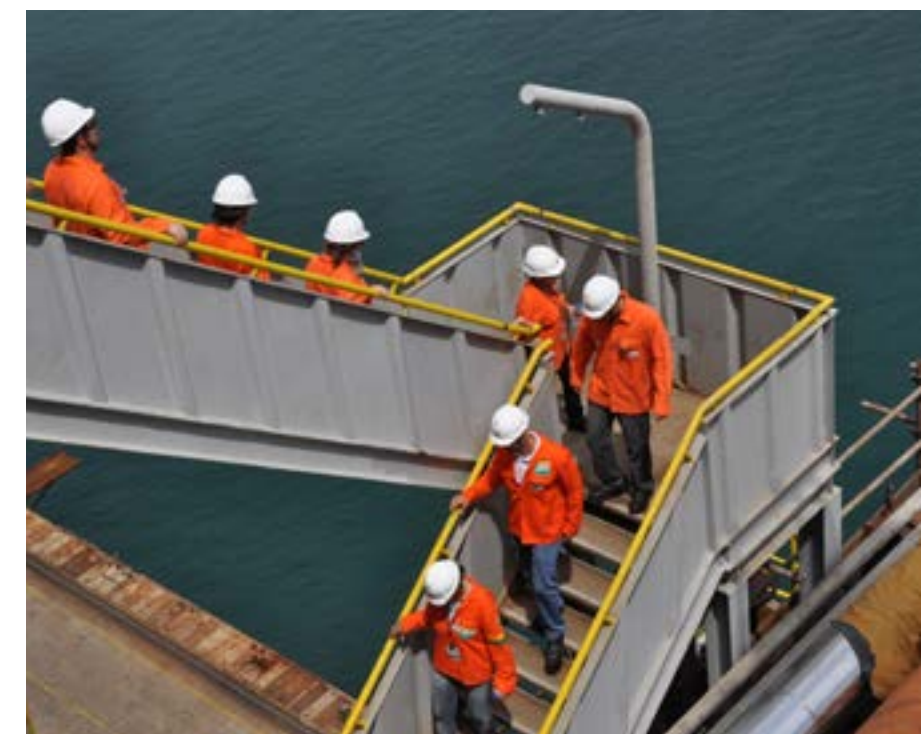
Nossas áreas e subsidiárias possuem instrumentos próprios de consulta, pesquisa ou engajamento com alguns públicos específicos, a exemplo da área de Abastecimento e de nossa subsidiária Petrobras Distribuidora. Em determinadas situações, realizamos estudos com alguns segmentos de públicos, como clientes, comunidade científica e acadêmica, fornecedores, investidores e público interno.

Principais demandas e medidas adotadas – As principais preocupações de nossos investidores têm sido relacionadas aos resultados operacionais, financeiros, à governança corporativa e ao Plano de Negócios e Gestão (PNG). As deliberações dos acionistas são realizadas nas assembleias que ocorrem ao longo do ano para aprovação dos temas. Para a divulgação do PNG, realizamos conferência telefônica/webcast, visitas corporativas, feiras, seminários e palestras com bancos e corretoras.

Entre os temas de interesse identificados junto aos públicos que nos mencionam ou interagem conosco nas redes sociais, destacam-se o reajuste de preço de combustíveis e seus impactos para os consumidores, o reflexo da política de preços nos nossos resultados, a atuação

no pré-sal, descobertas, projetos, questões regulatórias e leilão de Libra, capacidade de financiamento, capacidade de realização dos investimentos, viabilidade de projetos e desinvestimentos, gestão e atuação da Alta Administração. A partir desse mapeamento, apuramos informações com as áreas responsáveis por cada tema e produzimos conteúdo para interagir com o público nos nossos canais digitais.

Os principais questionamentos levantados pela imprensa referem-se a meio ambiente e sustentabilidade, segurança operacional, investimentos, acidentes, vazamentos, ações judiciais, impacto dos empreendimentos, conflitos com pescadores e projetos patrocinados.



PROGRAMAS DE RELACIONAMENTO

Mantemos canais de relacionamento e práticas para comunicação e engajamento de nossos públicos de interesse. Desenvolvemos revistas, jornais, *sites*, programas de visita e atuamos em redes sociais e outros meios. Intensificamos as ações de relacionamento em canais digitais, ampliando e sistematizando o monitoramento a respeito dos temas que geram maior interesse por parte dos públicos. Acreditamos que, por meio das plataformas digitais, podemos dialogar com os públicos.

O *blog* Fatos e Dados é um dos canais que torna público o nosso posicionamento a respeito dos temas mais relevantes. Voltada ao relacionamento com a imprensa, a Agência Petrobras disponibiliza notícias, *releases*, vídeos, fotos e textos. Para reclamações ou recomendações que envolvam aspectos gerais, disponibilizamos a nossa Ouvidoria, o *e-mail* do Serviço de Atendimento ao Consumidor e o também o *site* e telefone do Canal Cliente.

As principais formas de relacionamento com nossos públicos são:

Clientes - *Site* exclusivo que facilita o comércio eletrônico e integra nossos processos comerciais e operacionais.

Comunidades - Em nossa área de influência, desenvolvemos ações como o Programa Petrobras Agenda 21, comitês comunitários das refinarias e o Diálogo Social do Comperj. Além disso, temos programas de inclusão social da população adolescente da comunidade local, tendo como preceito para essa relação o empreendedorismo juvenil.

Comunidade Científica e Acadêmica - Ações de comunicação para universidades e instituições parceiras, Espaço Conhecer, programas de relacionamento com estudantes, patrocínios a iniciativas de ciência e tecnologia.

Consumidores - Centrais de atendimento (SAC), campanhas, ações de comunicação digital e promocionais com foco em produtos e serviços.

Fornecedores - Ações de comunicação dirigida, eventos e conferências, portal digital para operações de compra-e-venda e relacionamento, ações de relacionamento ligadas a programas de incentivo.

Imprensa - Atendimento a demandas de imprensa, produção e envio de notas, entrevistas coletivas, Agência Petrobras de Notícias, cursos de energia para jornalistas.

Investidores - *Website* próprio, telefones e *e-mail* específicos, jornal Petrobras em Ações, relatórios como o Form 20F, o Relatório de Atividades e o Formulário de Referência.

Organizações da Sociedade Civil - Atendimento sistemático via cartas, realização de reuniões e encontros periódicos, caravanas e *hotsites* específicos para esclarecer dúvidas e orientar na elaboração de projetos durante os processos de seleção pública.

Poder Público - Acompanhamento sistemático por meio de entendimentos periódicos e contatos diversos com o Ministério de Minas e Energia, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Educação e Ministério da Justiça.

Público Interno - Portal Petrobras, *intranet* que contempla todos os nossos sites internos em um só ambiente, revista Petrobras, WebTV, Conecte (rede social interna), campanhas e ações de relacionamento interno, realização de Diálogos Diários de SMS e o Programa de Voluntariado. Há também a Comissão de Acompanhamento para elaboração do Acordo Coletivo de Trabalho.

Revendedores - Jornal do Revendedor, publicação distribuída mensalmente.



Desempenho Operacional

—
—

Exploração e Produção

Em 2013, atingimos o índice de 75% de sucesso na perfuração de 76 poços (45 em terra e 31 no mar). Nos 14 poços perfurados no pré-sal, esse índice chegou a 100%. Os investimentos em exploração nesse período somaram R\$ 17,3 bilhões, abrangendo, principalmente, os custos de perfuração, de levantamentos sísmicos e de aquisições de blocos. Nesse período, concluímos nove plataformas, que totalizam a capacidade de processar um milhão de barris de petróleo por dia.

Segundo o critério ANP/SPE, encerramos 2013 com reservas provadas de petróleo e de gás natural de 16,565 bilhões de barris de óleo equivalente (boe), sendo 13,895 bilhões de barris de petróleo, 426,771 bilhões de m³ de gás natural. Esses valores representam um aumento de 0,8% em relação às reservas provadas em 2012.

Participamos do consórcio que adquiriu o bloco de Libra na primeira licitação da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) sob o modelo de partilha de produção. Seremos os operadores do bloco, com 40% de participação, em parceria com a Shell, Total, CNPC e CNOOC. O bônus estabelecido foi de R\$ 15 bilhões (a nós, coube o valor de R\$ 6 bilhões) e o repasse de óleo-lucro ficou em 41,65%. O consórcio ofereceu ao Governo brasileiro esse percentual do excedente em óleo a ser pago no cenário de referência (preço do barril de petróleo entre US\$ 100,01 e US\$ 120,00 e produção por poço produtor ativo compreendida entre 10 mil e 12 mil barris por dia). Esse percentual pode variar de acordo com o preço internacional do petróleo e a produtividade dos poços, conforme tabela definida pela ANP.

O contrato estabelece que a fase exploratória do bloco tenha duração de quatro anos a partir de sua assinatura, realizada em dezembro. O programa exploratório mínimo de Libra prevê levantamentos sísmicos

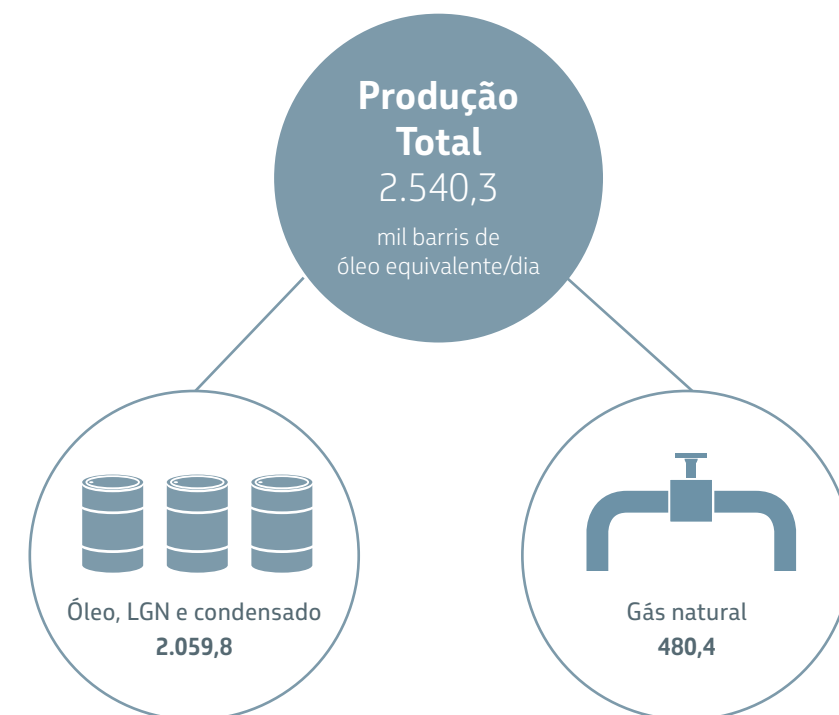
3D em toda a área do bloco, dois poços exploratórios e um Teste de Longa Duração (TLD). Estimamos que a primeira unidade do sistema definitivo de produção comece a operar em 2020. Os TLDs, contudo, já produzirão óleo durante o programa exploratório.

Descoberto em 2010, o bloco de Libra está localizado em águas ultra-profundas no pré-sal da Bacia de Santos, numa área de 1.547,76 km², sendo considerado um prospecto de elevado potencial. Nosso Comitê Operacional aprovou em janeiro o programa de trabalho e o orçamento do bloco de Libra para 2014. As principais atividades incluem o reprocessamento sísmico de toda a área, a perfuração de dois poços e estudos para uma nova aquisição sísmica e para a realização do Teste de Longa Duração previsto para 2016.

Adquirimos também 34 blocos (17 em terra e 17 no mar) na 11ª rodada de concessões da ANP. O total investido em conjunto com nossos parceiros foi de R\$ 1,5 bilhão, dos quais R\$ 537,9 milhões foram pagos com recursos próprios.

Sob o modelo de cessão onerosa, nos foram concedidos sete blocos (Franco, Florim, Nordeste de Tupi, Sul de Tupi, Sul de Guará, Entorno de Iara e Peroba), que totalizam uma área de 3.865 km². A duração do contrato é de 40 anos, prorrogáveis por mais cinco anos.

Nossa produção de óleo e gás natural totalizou 2,54 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boed), sendo 2,321 milhões de boed no Brasil e 219 mil boed em outros países. Houve queda de 1,5% no Brasil em relação ao ano anterior em função de atraso na entrada em operação das novas unidades de produção. Por outro lado, a produção no pré-sal subiu 79%, passando dos 168,8 mil bpd, em 2012 para 301,6 mil, em 2013.



BRASIL 2.321

DEMAIS PAÍSES 219

terra	303
mar (lâmina d'água)	
até 300 m	224
entre 300 e 1.500 m	1.230
superior a 1.500 m	565

PRÉ-SAL	
Óleo, LGN e condensado	248
Gás natural	50

A produção no pré-sal não inclui o total produzido por nossos parceiros.

Refino e comercialização

Nossas 15 refinarias processaram 2.243 mil bpd de petróleo e líquido de gás natural (LGN) e produziram 2.309 mil bpd de derivados. As 12 refinarias no Brasil foram responsáveis por cerca de 92% do total processado (2.074 mil bpd) e do total produzido (2.124 mil bpd). O incremento na capacidade de refino, o investimento em eficiência dos ativos e maior utilização dos ativos logísticos contribuíram para o aumento na produção de derivados, com crescimento de 6% em relação ao ano anterior.

Comercializamos 2.383 mil bpd de derivados no mercado interno brasileiro, um aumento de 4% em relação a 2012. As principais altas ficaram por conta das vendas de óleo diesel (5%), de gasolina (4%) e de GLP (3%). O óleo combustível registrou 17% a mais nas vendas em virtude dos despachos das térmicas.

VOLUME DE VENDAS (mil barris por dia)		
	2012	2013
Diesel	937	984
Gasolina	570	590
Óleo Combustível	84	98
Nafta	165	171
GLP	224	231
QAV	106	106
Outros	199	203
Derivados	2.285	2.383
Álcoois, nitrogenados renováveis e outros	83	91
Gás natural	357	409
Total mercado interno	2.725	2.883
Exportação	554	395
Vendas internacionais	506	514
Total mercado externo	1.060	909
Total geral	3.785	3.792



O aumento nas vendas de diesel está ligado ao crescimento da demanda de transporte para atender à expansão do comércio varejista, à safra recorde de grãos e à geração elétrica das térmicas complementares a diesel. O aumento nas vendas de gasolina, por sua vez, está relacionado à ampliação da frota de veículos *flex*, associada a uma relação de preços favorável se comparado o consumo entre etanol hidratado e gasolina C. Já as vendas de GLP foram impulsionadas pelo aumento da massa salarial e pelas temperaturas médias de julho a setembro nos principais centros consumidores. A demanda extra de óleo combustível nas térmicas compensou a redução de seu consumo na indústria nacional e no segmento térmico do estado do Amazonas em decorrência da substituição por gás natural.

No Brasil, o aumento do volume de óleo nacional processado no refino doméstico e a queda da produção interna foram os principais motivos para a redução de 43% nas exportações de petróleo, que chegaram a 207 mil bpd. Já as exportações de 186 mil bpd de derivados apresentaram leve aumento de 1% se comparadas a 2012.

As importações de petróleo alcançaram 404 mil bpd, uma alta de 17% em relação ao ano anterior. Por outro lado, houve redução de 10% na importação de derivados, que somaram 389 mil bpd. O saldo da nossa balança comercial, calculado com base nas exportações e importações de petróleo e derivados, sem considerar o gás natural, o gás natural liquefeito (GNL) e os nitrogenados, apresentou déficit de US\$ 16,2 bilhões.

Petroquímica e fertilizantes



Atuamos no segmento petroquímico por meio de participações societárias de forma integrada aos nossos negócios com o objetivo de ampliar a produção de petroquímicos e de biopolímeros. Em setembro, a Assembleia Geral de acionistas aprovou a alienação de 100% das ações da Innova para a Videolar S.A. pelo valor de R\$ 870 milhões (US\$ 372 milhões), como parte do Programa de Desinvestimentos (Prodesin). A realização do negócio depende de aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

No setor de fertilizantes, adquirimos nossa terceira fábrica, a Araucária Nitrogenados S.A., em Araucária (PR), com capacidade de produzir 700 mil t/ano de ureia e 41 mil t/ano de amônia. Além da produção de ureia e amônia, na Fafen-BA, produzimos ácido nítrico, Arla 32 e gás carbônico. Na Fafen-SE, também comercializamos gás carbônico e ureia específica para fabricação de Arla 32.

Produzimos 1,14 milhão de toneladas de ureia e 882 mil toneladas de amônia. Comercializamos 1,06 milhão e 189 mil toneladas, respectivamente.

A Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN) III (Três Lagoas/MG), em fase de construção, é um dos principais projetos em andamento ao longo de 2013. Produziremos nela 1.223 mil t/ano de ureia e 70 mil t/ano de amônia a partir de 2014. Outro projeto é a expansão da Fafen-SE, onde estamos construindo uma unidade de sulfato de amônia com o objetivo de ofertar 303 mil t/ano do produto, a partir do ácido sulfúrico excedente produzido pela Refinaria Abreu e Lima (PE). Com a Planta de Amônia - UFN V (Uberaba/MG), em fase de desenvolvimento do projeto básico, forneceremos ao mercado 519 mil t/ano de amônia a partir de 2017.

Gás e energia

A oferta de gás natural para atender ao mercado atingiu o patamar de 85,9 milhões de m³ por dia, superando em 15% a oferta de 2012. O aumento da demanda das termelétricas a gás natural, acionadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em função dos baixos níveis dos reservatórios hidrelétricos foi o principal motivo para esse aumento.

No Brasil, a oferta doméstica foi de 40,8 milhões de m³ por dia (descontados os líquidos de gás natural, o gás utilizado no processo produtivo, a injeção nos poços e as perdas), enquanto a importação do produto da Bolívia atingiu 30,5 milhões de m³ por dia, excluído o gás usado no transporte. O volume de GNL importado e regaseificado totalizou 14,5 milhões de m³ por dia. A malha nacional de gasodutos soma 9.190 quilômetros.

O volume médio de gás natural comercializado diariamente pelas distribuidoras regionais no Brasil foi de 62,5 milhões de m³, crescimento de 14% em relação a 2012, refletindo o aumento de 54% no consumo das térmicas a gás.

As 19 distribuidoras de gás natural nas quais temos participação e as duas que controlamos integralmente comercializaram diariamente 33,2 milhões de m³, o equivalente a 53% do mercado de distribuição de gás natural no Brasil. O volume comercializado por essas empresas aumentou 19% em relação a 2012.

Energia Elétrica - Geramos 4.043 megawatts (MW) médios de energia elétrica para o Sistema Interligado Nacional (SIN), por meio das 21 usinas termelétricas próprias e alugadas, que compõem nosso parque gerador, com capacidade instalada de 6.549,4 MW, e chega a 6.885,4 MW se considerados os projetos com participação minoritária. Nossa geração de energia foi 50% superior à de 2012, devido à solicitação maior de

despacho, feita pelo ONS. Adicionalmente, vendemos 2.056 MW médios de energia elétrica no ambiente de comercialização livre.

Nossa produção de energia renovável, considerando eólica em terra (*onshore*) e gerada por pequenas centrais hidrelétricas, totalizou cerca de 1.446 mil MWh.

FONTE DE ENERGIA	VALOR EM MWh
Eólica (<i>onshore</i>)	349.994,5
Pequenas Centrais Hidrelétricas (abaixo de 10 MW)	1.095.841,56
Total	1.445.836,06



Biocombustíveis

Na subsidiária Petrobras Biocombustível, produzimos 322,9 mil m³ de biodiesel, atingindo 67% da capacidade instalada das três usinas que operamos. Sua capacidade de produção, considerando também duas usinas nas quais temos participação societária, foi ampliada em 7,32%, de 765 mil m³/ano para 821 mil m³/ano.

Nossas usinas, próprias e coligadas, possuem o Selo Combustível Social, concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário pela inclusão da agricultura familiar na produção de oleaginosas adequadas à produção de biodiesel. Nossa atuação envolve transferência de tecnologia e conhecimento aos pequenos produtores, assistência técnica e contratos com garantia de compra a preços de mercado, contribuindo assim com a geração de renda da agricultura familiar e o desenvolvimento agrícola regional. Na safra 2012/2013, a área total utilizada para a produção de oleaginosas, como mamona, girassol e soja, totalizou 80,7 mil hectares, abrangendo oito estados do semiárido, além do Rio Grande do Sul.

Já a nossa subsidiária Petrobras Distribuidora adquiriu 1,17 milhão de m³ em leilões cujos contratos com fornecedores possuem cláusulas de sustentabilidade e proteção aos direitos humanos.



Distribuição



Líder no Brasil com 37,5% de participação de mercado, a Petrobras Distribuidora comercializou 53,7 milhões de m³ em sua rede de 7.710 postos de serviços, volume 4,5% maior do que o registrado em 2012. Sua receita operacional líquida foi de R\$ 86,6 bilhões, com lucro líquido recorde de R\$ 1,8 bilhão.

A Petrobras Distribuidora investiu R\$ 1,03 bilhão em 2013, dos quais R\$ 162,2 milhões foram destinados à manutenção e à ampliação da infraestrutura logística a fim de dar suporte ao crescimento de consumo de derivados de petróleo e a demanda por logística, especialmente nas regiões Sudeste, Norte e Centro-Oeste. Também foram realizados investimentos em modernização de postos de serviços, distribuição de gás, no segmento de aviação e em tecnologia da informação.

Transporte

Nossa subsidiária Petrobras Transporte S.A. (Transpetro) possui uma frota de 57 navios e transportou 59,4 milhões de toneladas de petróleo e derivados. Através de seus 7.517 km de oleodutos e terminais foram movimentados 807,7 milhões de m³ de líquidos, 4,3% a mais do que em 2012. A média diária de transporte de gás natural nos 7.152 km de gasodutos foi de 69,8 milhões de m³, caracterizando um aumento de 15%.

O Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef) engloba a encomenda de 49 navios e 20 comboios hidroviários, com investimento de R\$ 11,2 bilhões, no período de 2007 a 2020, o que permite acrescentar 4 milhões de toneladas de porte bruto à capacidade da frota, além de incorporar novas tecnologias. O Promef tem por premissas construir navios no Brasil, alcançar o nível mínimo de nacionalização de 65% na primeira fase e de 70% na segunda e tornar os estaleiros do país competitivos internacionalmente.



Atuação internacional

Além do Brasil, estamos presentes com atividades na indústria de óleo e gás em outros 17 países, onde foram investidos R\$ 5,1 bilhões, dos quais 90% foram aplicados em exploração e produção de óleo e gás natural na América Latina, África e nos Estados Unidos.

Além de exploração e produção, nossa estratégia de atuação fora do Brasil inclui o fornecimento de gás natural da Bolívia para complementar a oferta ao mercado brasileiro, o aumento da eficiência das operações no segmento de distribuição e a manutenção da integridade operacional e otimização da gestão dos ativos de refino.

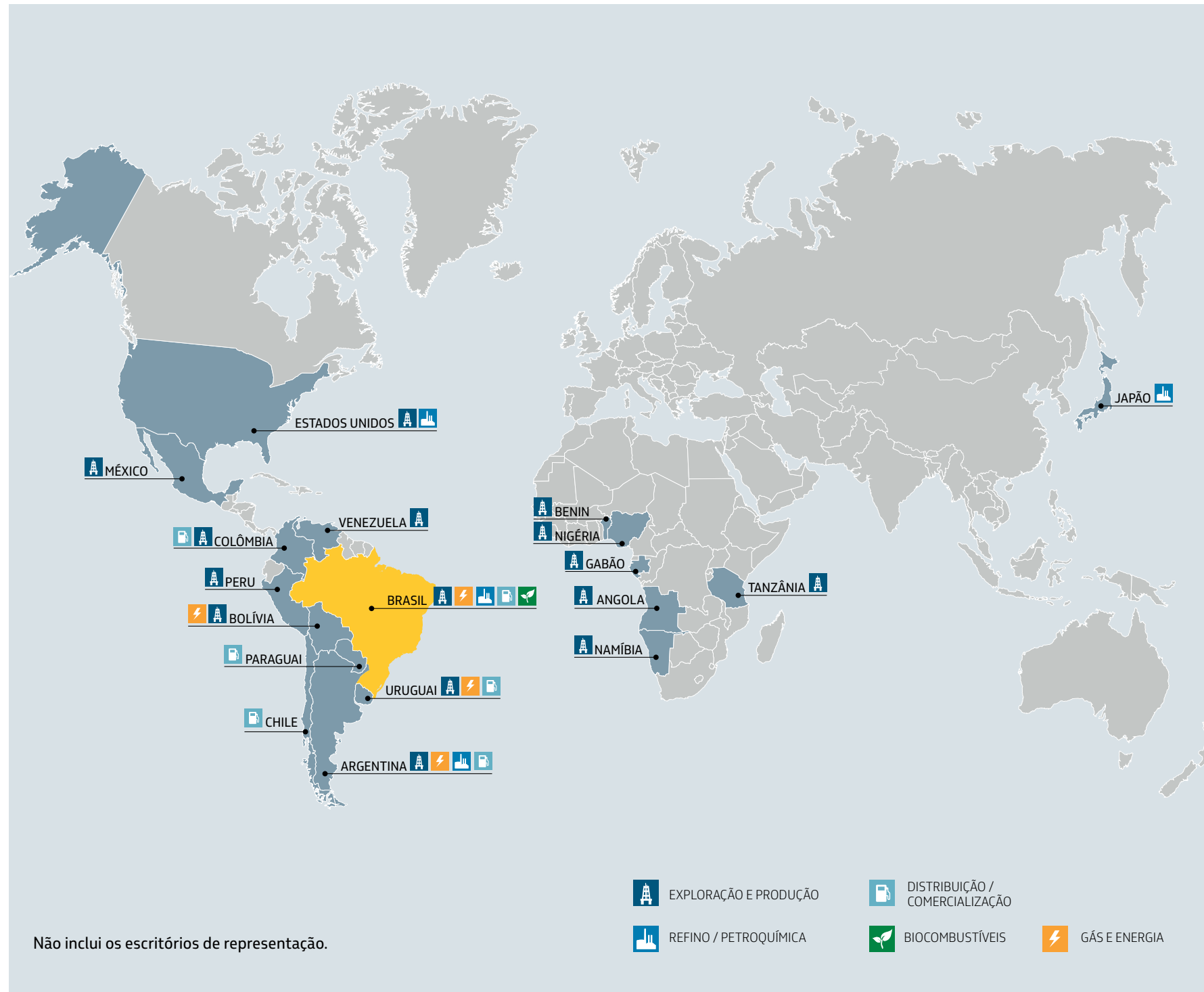
No Peru, aprovamos a venda de 100% das ações da nossa subsidiária integral Petrobras Energia Peru para a China National Petroleum Corporation (CNPC) por US\$ 2,6 bilhões. Fazem parte da negociação 100% do Lote X e Lote 58 e 46,16% de participação no Lote 57. A conclusão está sujeita à aprovação dos governos chinês e peruano e à observância aos procedimentos previstos nos respectivos contratos de operação conjunta.

Alienamos ainda 100% das ações de emissão da Petrobras Colombia Limited, por US\$ 380 milhões. A transação incluiu participações em 11 blocos de exploração e produção em terra e dois oleodutos. Mantemos nossa presença na Colômbia por meio de blocos de exploração no mar, um bloco exploratório em terra, e em operações de distribuição.

Para ampliar nossa atuação na África e compartilhar os investimentos requeridos para expansão e desenvolvimento de suas reservas, realizamos em junho uma operação que envolveu a formação de uma *joint venture* com o BTG Pactual, que adquiriu 50% das ações da Petrobras Oil & Gas B.V. (POG).

Na Bolívia, o poço SAL-16, do Bloco San Alberto, localizado no departamento de Tarija, entrou em operação em maio. Com isso, o campo de gás natural da Petrobras Bolívia passa a contar com nove poços produtores.

A Petrobras Argentina (Pesa) encontrou petróleo e gás na área de concessão de La Paz, na província de Santa Cruz, durante a perfuração do poço La Paz-12.





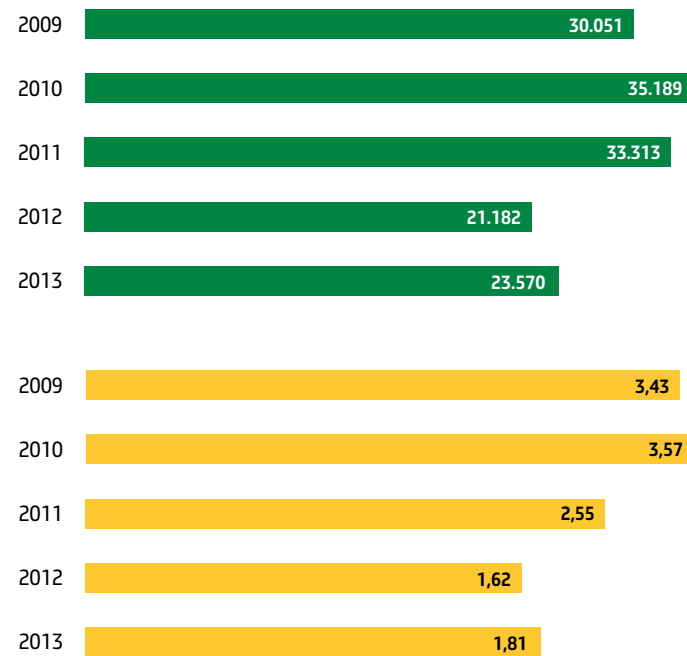
Resultados e Contribuições para a Sociedade

Resultados econômico-financeiros

Alcançamos um lucro líquido de R\$ 23,6 bilhões, 11% superior ao de 2012 e decorrente de fatores como a maior demanda de derivados no mercado interno (4%), atrelada aos reajustes nos preços da gasolina e do diesel, além das menores despesas com prospecção e perfuração e dos ganhos na venda de ativos por conta do Programa de Desinvestimentos (Prodesin). O lucro líquido por ação foi de R\$ 1,81.

Nossas ações ordinárias (PETR3) e preferenciais (PETR4) encerraram o ano apresentando quedas de 18,2% e 12,5%, respectivamente. Esses desempenhos estão relacionados à significativa evasão de capitais na BM&FBovespa, cujo principal índice, o Ibovespa, caiu 15,5% em relação ao ano anterior. Na Bolsa de Nova York (Nyse), também registramos diminuição dos valores de nossos recibos ordinários (29,2%) e preferenciais (23,9%), impactados pela desvalorização do real frente ao dólar.

LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO



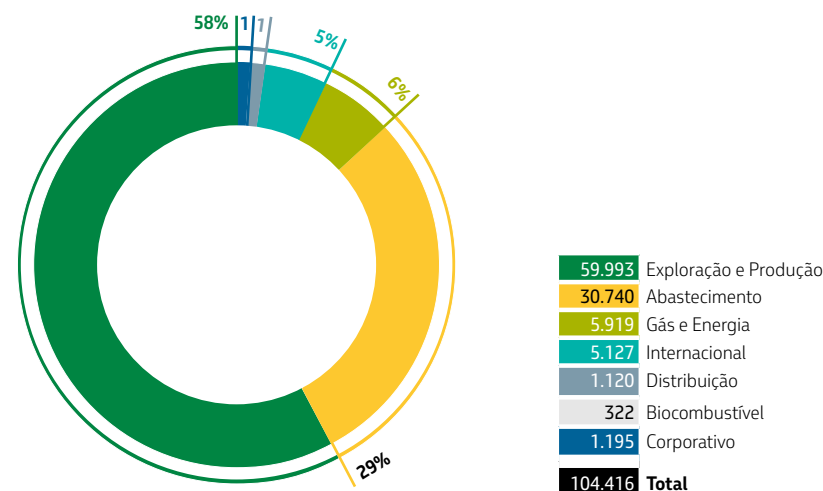
■ R\$ milhões ■ R\$/ação

São informados os lucros líquidos atribuíveis aos nossos acionistas.

No cenário internacional, o preço médio do barril de petróleo não apresentou grandes oscilações, com alta de 4,2% do preço médio do barril de WTI e queda de 2,9% do valor do Brent em relação à cotação média de 2012. Apesar da menor demanda dos países membros da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o consumo mundial de petróleo atingiu 1,2 milhão de barris por dia, uma alta de 1,3% em relação ao ano anterior impulsionada principalmente pela Índia e China.

Com aumento de 24%, nossos investimentos somaram R\$ 104,4 bilhões, com destaques para as atividades de Exploração e Produção e de Abastecimento, que receberam, respectivamente, 58% e 29% do total. Na área de E&P, um dos focos foi o desenvolvimento da produção dos campos do pré-sal e do pós-sal, que inclui o pagamento do bônus de R\$ 6 bilhões pela aquisição do campo de Libra, no primeiro leilão sob o regime de partilha de produção no Brasil. Na área de Abastecimento, a maior parte dos recursos foi aplicada na ampliação do parque de refino, principalmente na Refinaria Abreu e Lima (PE) e no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

INVESTIMENTO REALIZADO (R\$ milhões)



Do valor adicionado distribuído de R\$ 193,1 bilhões, destinamos 55% ao pagamento de tributos, incluindo as participações governamentais. Foram R\$ 106 bilhões divididos entre federais (R\$ 55,6 bilhões), estaduais (R\$ 43,4 bilhões), municipais (R\$ 247 milhões) e fora do Brasil (R\$ 6,8 bilhões).

Retivemos R\$ 14,3 bilhões e destinamos R\$ 36,5 bilhões a instituições financeiras e fornecedores, R\$ 27,6 bilhões aos custos de pessoal e administradores, incluindo remuneração direta, salários, participações nos lucros ou resultados e benefícios, e R\$ 9,3 bilhões aos acionistas (dividendos e juros sobre capital próprio).

Contribuição para o desenvolvimento econômico

Seguimos a política de conteúdo local instituído pelo Governo brasileiro para o setor de óleo e gás natural, que tem como objetivo ampliar a participação da indústria do País no fornecimento de bens e serviços em bases competitivas, colaborando para aumentar a geração de emprego e renda. Conseguimos construir nos estaleiros brasileiros unidades de produção com até 34 meses de fabricação, alinhados com a média mundial.

Aprovamos a contratação de 23 embarcações de apoio. As unidades, do tipo PSV 4500 e OSRV 750, cumprirão requisitos de conteúdo local de 60% e serão construídas no Brasil. Além disso, recebemos nove plataformas, com capacidade de produção somada de 1 milhão de barris por dia (bpd). Já temos 28 sondas de perfuração marítimas contratadas para águas ultraprofundas, equipamentos que estão sendo, pela primeira vez, construídos no Brasil, e serão entregues a partir de 2015. Para transportar o petróleo até a costa, já foram entregues cinco dos 49 navios encomendados.

QUALIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS

O Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (Prominp) retomou a oferta de cursos de capacitação de mão de obra para atender à demanda de setores fornecedores. A iniciativa, aprovada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), abrange um novo modelo de capacitação que conta com a participação no processo das empresas fornecedoras de bens e serviços. O aperfeiçoamento dos cursos levou em conta a experiência gerada ao longo dos seis ciclos anteriores, que indicou a necessidade de uma maior participação dos fornecedores na definição do processo de seleção dos candidatos e do perfil de entrada do profissional no mercado, como forma de garantir maior absorção pela indústria de petróleo e gás da mão de obra capacitada. A previsão é que, nesta nova fase do programa, sejam capacitados mais 17 mil profissionais de 2014 até 2017.

Desenvolvemos o projeto Profissões de Futuro, que tem o objetivo de revelar a estudantes de todo o Brasil as oportunidades de carreiras de nível técnico, oferecidas pelo setor de óleo e gás. Nossa carteira de projetos nos próximos anos vai movimentar a cadeia produtiva do setor de óleo, gás e energia, da construção civil aos estaleiros, e acentuar a necessidade de profissionais com formação técnica no setor e também no segmento naval.

Por meio do Programa Petrobras de Formação de Recursos Humanos, ofertamos bolsas de estudo nas diferentes etapas de formação dos

profissionais para alunos de níveis técnico e superior (graduação, mestrado e doutorado), coordenadores e pesquisadores visitantes do setor de óleo, gás e biocombustíveis, além de melhorias nas condições de ensino e infraestrutura nas instituições parceiras. Também investimos no Programa Ciência sem Fronteiras, do Governo Federal, que oferece recursos para a participação de alunos de graduação e pós-graduação que tenham interesse em estudar, fora do Brasil, temas relacionados a tecnologia e inovação.

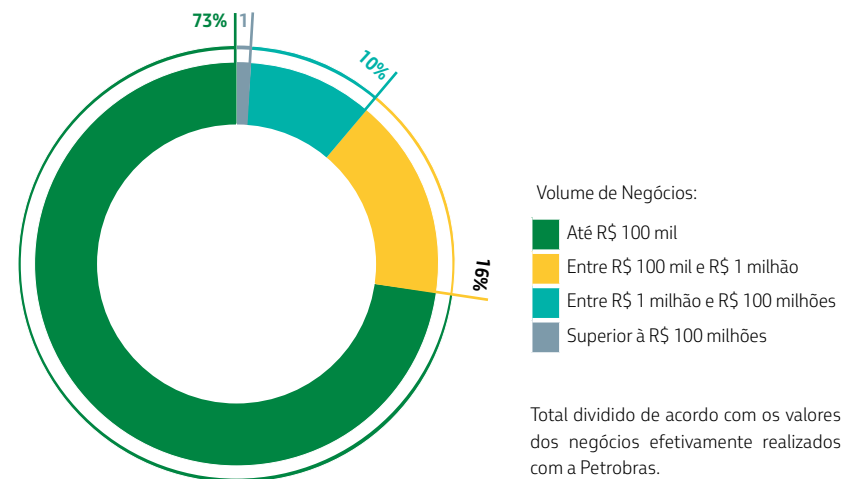


Gestão de fornecedores



A cadeia de fornecedores mobilizada para atender às necessidades das diferentes etapas de nosso macroprocesso produtivo, que inclui produção, refino, transporte, armazenamento, distribuição e revenda de petróleo, gás e derivados, é diversificada em termos de porte, atividades e localização geográfica das empresas. As informações apresentadas ao longo deste capítulo abrangem transações no Brasil referentes à Petróleo Brasileiro S.A. e sua subsidiária Petrobras Bio-combustível. Contratamos, em 2013, cerca de 18 mil fornecedores de bens e serviços, por meio de mais de 5,6 mil contratos e cerca de 200 mil pedidos avulsos, totalizando aproximadamente R\$ 88 bilhões (90% destinados a contratações de serviços e 10% a bens).

PARTICIPAÇÃO DE FORNECEDORES



O montante destinado a fornecedores no Brasil representa 77% do valor total contratado. Neste conjunto, priorizamos a contratação de fornecedores locais, ou seja, aqueles com base no mesmo estado das unidades a que atendem. Em 2013, 48% do número de contratos e pedidos de bens e serviços foram realizados localmente, correspondendo a 40% do valor total. Para os investimentos em exploração e produção, trabalhamos para atender à regra da ANP de conteúdo local, que estabelece percentual mínimo de insumos produzidos no Brasil que devem compor os bens e serviços para os projetos. Dentre os principais benefícios desta política, destacamos o aumento de investimentos em infraestrutura e tecnologia,

a elevação da arrecadação de impostos, o aumento do nível de emprego e renda e índices de exportação superiores aos de importação.

DESENVOLVIMENTO DA CADEIA DE FORNECEDORES

Desenvolver a capacidade de atendimento do mercado fornecedor brasileiro à cadeia de petróleo, gás natural e naval é um dos nossos desafios. Nos últimos sete anos, o Plano Nacional de Qualificação Profissional, uma das ações do Prominp, capacitou 97,3 mil profissionais. Realizamos, também, projetos de ampliação ou instalação de novas unidades industriais em 15 fornecedores e, por meio de convênio estabelecido com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), desde 2005, foram atendidas 13,2 mil empresas (11,7 mil delas são micro e pequenas empresas). No final de 2013, 19 projetos estavam em andamento com o Sebrae, em 13 estados brasileiros.

Além disso, o Programa Progredir, estabelecido em parceria com o Prominp e bancos de grande porte com atuação no Brasil, viabiliza empréstimos a pequenos e médios fornecedores com base nos contratos firmados conosco. Obtiveram êxito 82% dos fornecedores que buscaram financiamentos. A redução média do custo financeiro tem sido de 20% a 40%, alcançando 50% em alguns casos. Até dezembro, registramos um total de R\$ 7,8 bilhões em empréstimos, em 1,6 mil operações, envolvendo 600 empresas de 21 estados de todas as regiões do Brasil. Somente em 2013, foram R\$ 2,73 bilhões de empréstimos, em 656 operações. Outra modalidade de crédito são os fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC), instrumentos do mercado de capitais pelos quais são adiantados recursos a empresas que tenham contrato conosco. Ao longo do ano, acompanhamos a evolução de dez fundos que operam com nossos fornecedores, financiando R\$ 575 milhões a quase 300 empresas.

SELEÇÃO E AVALIAÇÃO

O processo de fornecer bens e serviços tem governança matricial, com a participação de nossas diversas áreas, e sua gestão é realizada por meio de uma estrutura organizacional dedicada exclusivamente para essa finalidade. As aquisições de grande criticidade para os nossos negócios são feitas de forma centralizada, para obtenção de ganho

de escala e redução de riscos. No entanto, a execução das diversas etapas do processo (licitação, contratação, gerenciamento, fiscalização, avaliação) é rotineiramente realizada por cada unidade de acordo com suas necessidades.

Para promover a uniformidade na execução pelas várias áreas e unidades, dispomos de mecanismos de regulamentos que abrangem os diversos tipos de contratações e fornecedores, os quais são regidos pelo Manual Petrobras para Contratação (MPC). Esse documento dá origem às Condições de Fornecimento de Materiais (CFM), destinadas à aquisição de bens, e ao Instrumento Contratual Padrão, para contratações de serviços.

Em 2013, o MPC e as CFM foram revisados e divulgados internamente e ao mercado fornecedor, destacando-se a inclusão ou aumento da rigidez de cláusulas ambientais, sociais e de direitos humanos.

Utilizamos como ferramenta de gestão e seleção de fornecedores o Cadastro de Fornecedores, consultado para definição dos participantes de cada processo de contratação. No ato do cadastramento, os fornecedores assumem compromissos por meio da assinatura de autodeclarações e, no caso de prestadores de serviço, apresentação de evidências sobre aspectos legais e trabalhistas, além de serem avaliados acerca de questões econômicas, técnicas e gerenciais. No caso de serviços, são incluídos também aspectos sociais e ambientais. A renovação anual dos dados de cada fornecedor no Cadastro implica a reavaliação do desempenho das empresas. Em decorrência do cumprimento das regras de contratação estabelecidas e das exigências para cadastramento, do total de contratações realizadas no ano, 60% estavam sujeitas a cláusulas ambientais, de direitos humanos e àquelas relacionadas a outros impactos à sociedade, enquanto as exigências trabalhistas cobriam 100% delas.

Os mesmos percentuais se aplicam a contratações sujeitas a mecanismos de avaliação, dos quais destacamos o acompanhamento do fiscal de contrato, para garantir o cumprimento das cláusulas contratuais e de nossas regras, a reapresentação de evidência documental de certidões e termos autodeclaratórios. Há, ainda, a inspeção de fabricação de

bens de maior complexidade, os quais requerem qualificação técnica, cuja finalidade é mitigar riscos de falhas em equipamentos, além do Boletim de Avaliação de Desempenho (BAD) e do Relatório Diário de Obra (RDO), aplicáveis somente a contratações de serviços.

Para garantir a adequada aplicação de regras para cada tipo de serviço, utilizamos a Matriz do Risco e Categorização de Escopo, que estabelece os graus de risco nas dimensões Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS). Esta Matriz é aplicada na fase de definição do escopo contratual para medir o possível impacto da atividade a ser executada. A contratação é, então, condicionada ao atendimento dos requisitos mínimos da categoria de risco do serviço, implicando também padrões contratuais e de avaliação mais rígidos. Em 2013, usamos o procedimento em 4,7 mil contratos de serviços. Destes, cerca de mil, representando aproximadamente 500 fornecedores, foram classificados nos quadrantes de mais alto risco. O valor total contratado referente a esses compromissos foi de R\$ 53 bilhões (60,2% do total contratado em 2013).

Para as contratações de engenharia, aquisição e construção no Brasil, dispomos de listas de verificação associadas a diretrizes contratuais específicas de Comunicação e Responsabilidade Social (CRS) e SMS, que devem ser aplicadas pelos fiscais, para a aderência das práticas aos compromissos contratuais. Promovemos também auditorias para realizar diagnósticos e oferecer suporte às empresas, gerando planos de ação a serem implantados pelas contratadas e acompanhados por nós. Em 2013, ocorreram 39 auditorias, envolvendo as especialidades de segurança do trabalho, meio ambiente e saúde ocupacional. Pela primeira vez, foram realizadas auditorias de CRS em dois contratos.

Caso sejam identificadas ocorrências de não conformidades durante a fiscalização, além dos registros nos instrumentos de avaliação, podem ser emitidos Comunicados de Ocorrência de Divergência (COD) técnicos ou comerciais, que geram a elaboração e implementação de plano de ação para solucionar o problema e evitar sua reincidência. Se necessário, aplicamos as penalidades por descumprimento de exigências, que, em todos os casos, variam entre a aplicação de multa, rescisão contratual e o impedimento de fornecer por tempo determinado. Os processos de avaliação de fornecedores, aplicados continuamente, promovem

melhorias aos bens produzidos e serviços prestados, adequando-os cada vez mais aos requisitos que lhes são aplicáveis.

Identificamos, por meio dos COD, 12 fornecedores cujas falhas técnicas poderiam ter causado ou efetivamente geraram impactos ao meio ambiente e todas as divergências foram resolvidas no tempo adequado. Outros 12 fornecedores foram incluídos na lista pública de empresas impedidas de negociar conosco por período determinado, em decorrência de não conformidades relacionadas a questões de sustentabilidade. Sete casos se relacionaram a violações de natureza trabalhista e cinco a outros impactos sociais. Denúncias de impactos relacionados aos direitos humanos, em virtude de sua especificidade, são recebidas e tratadas por nossa Ouvidoria Geral, que registrou nove casos em 2013.

IMPACTOS POTENCIAIS NEGATIVO	PRINCIPAIS TIPOS DE FORNECEDOR	PRINCIPAIS EXIGÊNCIAS CONTRATUAIS
<p>Segurança, Meio Ambiente e Saúde (ex.: fragmentação da cobertura vegetal e perda de habitat, geração e disposição inadequada de resíduos sólidos e efluentes, vazamentos de óleo ou produtos químicos, acidentes de trabalho, etc.)</p>	Epicista (fornecedor de engenharia, projetos e construção) e subcontratada epicista, construção e montagem, <i>facilities</i> (fornecedor de infraestrutura) e transporte	<ul style="list-style-type: none"> Atuar de forma preventiva na proteção das pessoas e do meio ambiente Promover melhorias contínuas das condições de segurança e saúde dos locais de trabalho Prevenir situações que impliquem danos potenciais à saúde dos seres humanos e ao meio ambiente Elaborar e cumprir Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) Grau de implantação do sistema de gestão de SMS, valorizando e estimulando certificações segundo as normas ISO 14001 e OHSAS 18001
<p>Direitos Humanos (ex.: trabalho Infantil, exploração sexual infantil, trabalho em condições perigosas ou degradantes, discriminação no ambiente de trabalho, etc.)</p>	Epicista e subcontratada epicista, construção e montagem, fornecedores de óleos vegetais (esmagadoras), agricultores familiares de grãos e <i>facilities</i>	<ul style="list-style-type: none"> Realizar as suas atividades de forma idônea Abster-se de utilizar mão de obra infantil ou em condição análoga à de escravo, além de práticas discriminatórias, coerção física ou psicológica e constrangimentos não éticos Autodeclarar, no Termo de Responsabilidade Social, que sua empresa coíbe quaisquer práticas de discriminação por raça, classe social, nacionalidade, religião, deficiência, sexo, orientação sexual, associação sindical ou política
<p>Outros impactos à sociedade (ex.: sobrecarga dos equipamentos públicos urbanos, acidentes de trânsito, desemprego após empreendimento, dificuldades operacionais devido à falta de integração com comunidades do entorno, etc.)</p>	Epicista e subcontratada epicista, construção e montagem e transporte	<ul style="list-style-type: none"> Cumprir as normas do Código de Ética da Petrobras, como: manter canais permanentes de comunicação e diálogo com as comunidades para prevenir, monitorar, avaliar e controlar os impactos de suas atividades Reparar possíveis perdas ou prejuízos decorrentes de danos causados sob sua responsabilidade às pessoas ou comunidades afetadas, com a máxima agilidade
<p>Práticas Trabalhistas (ex.: alojamentos em condições inadequadas, descontinuidade de pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, etc.)</p>	Epicista e subcontratada epicista, prestação de serviços de terceirização e transporte	<ul style="list-style-type: none"> Apresentar certidões atualizadas Comprovar adimplemento de obrigações tributárias, trabalhistas, previdenciárias e fiscais Realizar as suas atividades de forma idônea quanto a aspectos como a segurança de sua força de trabalho, jornada de trabalho, remuneração, práticas disciplinares e higiene no ambiente de trabalho

Direitos humanos na cadeia de negócios

Atuamos em conformidade com os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, mediante aplicação das convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em nossa Política de Responsabilidade Social, enfatizamos o repúdio a toda violação aos direitos humanos, reforçando nosso compromisso no combate ao trabalho infantil, com ênfase sobre as atividades agrícolas e a exploração sexual de crianças e adolescentes; e ao trabalho forçado, análogo ao escravo e em condições degradantes ou perigosas.

Segundo a OIT, do total de crianças e jovens entre cinco e 17 anos que sofrem com o trabalho infantil no mundo, 59% dos casos se concentram na agricultura, número consistente com as tendências observadas no Brasil. Em 2013, incorporamos aos contratos com agricultores individuais de girassol uma cláusula que dispõe sobre a não utilização de trabalho infantil, forçado ou análogo ao escravo, com exceção de contratos em processo de distrato. Essa exigência também está sendo incluída nos contratos para a safra 2013/14 da produção de mamona, que envolvem cerca de 13 mil agricultores em sete estados. Além disso, todos os contratos são firmados com a anuência das entidades de classe dos agricultores familiares, a fim de engajá-las também na erradicação dessas práticas.

Nossos projetos de investimentos demandaram, no ano, mais de mil contratações de engenharia, aquisição e construção no Brasil. As contratações seguem orientações corporativas, mantendo a cláusula contratual padrão sobre a proteção dos direitos humanos, que cobrem a proibição do uso de mão de obra infantil e em condição análoga à escrava pelas empresas contratadas e seus fornecedores de insumos e prestadores de serviços. As penalidades em caso de descumprimento incluem multa e rescisão contratual. Além da cláusula padrão, orientamos, desde 2010, que contratos com mão de obra superior a 50 profissionais e/ou duração acima de 180 dias incluam uma diretriz contratual específica de comunicação e responsabilidade social, que amplia os requisitos de direitos humanos, dentre outros, em relação à definição de programas de mobilização e desmobilização de mão de obra e à aplicação de avaliações de riscos sociais. Realizamos, ao longo do ano, encontros em 14 empreendimentos em implantação no Brasil para levantamento de impactos potenciais, os quais levaram à elaboração de planos de ação.

Com relação à possível ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo, identificamos como ponto de atenção o fornecimento de cana-de-açúcar às usinas de etanol que negociam com a Petrobras

Distribuidora. Como prática interna, compartilhamos mensalmente com as nossas áreas comerciais a lista do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) de empresas autuadas por este tipo de violação. Também está em estudo a implantação de um sistema de georreferenciamento, que permitirá localizar, em determinado raio geográfico, fornecedores e clientes de usinas autuadas, comunicando-os sobre a situação e solicitando declaração de que não se relacionam com a empresa. Dessa forma, esperamos atuar mais amplamente sobre a cadeia de negócios.

A Petrobras Biocombustível, na área de etanol, também avalia potenciais parceiros, projetos e empresas responsáveis por ativos nos quais há interesse de participação quanto à sua inclusão na lista do MTE, verificando, ainda, a conformidade legal para estes fins de seus prestadores de serviços.

Outras violações de direitos humanos possíveis estão associadas ao trabalho em condições perigosas ou degradantes por parte dos fornecedores que atuam em nossos empreendimentos ou em paradas de manutenção de nossas unidades. Impactos potenciais incluem condições inadequadas de alojamento, alimentação e segurança, bem como falhas no uso de equipamentos de proteção individual (EPI). Para todos os temas, há itens correspondentes nas listas de verificação aplicadas pelos fiscais dos contratos. Dispomos, ainda, de normas técnicas específicas para o tema dos alojamentos, cuja obrigatoriedade de cumprimento deve ser estabelecida contratualmente.

Com relação ao recebimento de reclamações de direitos humanos, em 2013, foram registradas nove demandas pela Ouvidoria Geral da Petrobras, das quais duas foram encerradas e sete permanecem em tratamento. Também foram registradas uma na Liquigás e uma na Petrobras Distribuidora, ambas concluídas no mesmo ano. Quanto aos anos anteriores, não há registro de pendências não solucionadas.

ENFRENTAMENTO DA EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A instalação de empreendimentos em regiões de vulnerabilidade econômica e social amplia outro tipo de risco associado ao trabalho infantil: a exploração sexual de crianças e adolescentes. Reconhecendo esse potencial impacto negativo de nossas atividades, iniciamos a implantação de um plano de trabalho para o enfrentamento desta questão, em alinhamento a responsabilidades assumidas pela assinatura da Declaração de Compromisso Corporativo para o Enfrentamento da Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, iniciativa da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

O plano, que deverá se desenvolver até junho de 2015, é uma experiência piloto focada no entorno de nossos empreendimentos. É composto por iniciativas que privilegiam o fortalecimento da rede de proteção da criança e do adolescente, a construção coletiva do trabalho com governos e organizações

da sociedade civil e o engajamento com empresas prestadoras de serviços que atuam nos empreendimentos. Dentre as atividades já concluídas está a definição de empreendimentos nos quais será aplicada a metodologia de avaliação e tratamento, que, posteriormente, consolidará a gestão da temática no Sistema Petrobras.

Os seis locais foram escolhidos contemplando as diferentes regiões brasileiras e avaliando o impacto do empreendimento sobre as comunidades, a parcela da população em situação de pobreza, a recorrência desse tipo de violação na localidade, a fase de execução das obras e a natureza do projeto. Uma das primeiras etapas, a realização de diagnósticos locais para traçar um panorama da região no que tange a essa questão, já foi concluída nos municípios de Rio Grande (RS), Ipojuca (PE), Três Lagoas (MS).

Desenvolvimento local e impactos nas comunidades



Os empreendimentos que envolvem construção de refinarias têm o potencial de modificar a dinâmica das localidades, trazendo impactos positivos como a criação de empregos desde a fase de construção, a geração de impostos, o investimento em infraestrutura (estradas, portos, oferta de energia, etc.) e o aumento do número de empresas da região.

Por outro lado, há impactos negativos, como, por exemplo, a movimentação de grande número de trabalhadores, que pode sobrecarregar os serviços públicos da região, como a infraestrutura de saúde. Procuramos minimizar esse aspecto exigindo em nossos contratos que as empresas contratadas ofereçam planos privados de saúde para os empregados

da obra e seus familiares. Adicionalmente, existem outros focos de atenção como a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, o combate à violência contra as mulheres, o enfrentamento à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, além do aumento da criminalidade e o uso abusivo de álcool e outras drogas.

Recebemos por meio de nossa Ouvidoria Geral 88 demandas relativas a relacionamento comunitário. Desse total, 84% foram concluídas e 16% permanecem em tratamento. As reclamações se referem a impactos relacionados a reflexos de obras, como ruídos, degradação de estradas, danos a propriedades, entre outros.

Na cadeia produtiva de biocombustíveis, os impactos negativos têm seus potenciais riscos nas atividades agrícolas, entre os quais estão a degradação do solo, a possível contaminação de agroquímicos e a concentração fundiária. Entre os positivos, destacam-se a utilização de matéria prima de agricultores familiares, que propicia redução do êxodo rural, a geração de renda, a qualificação de mão de obra e o aproveitamento do solo para um novo cultivo.

O desenvolvimento do mercado local também faz parte da nossa política de atuação para as empresas fora do Brasil. O grau de exigência de conteúdo nacional varia de acordo com o tipo de operação. Busca-se ainda a convergência com as exigências legais locais. Em Angola, na Nigéria, na Argentina e no Peru, por exemplo, existem leis que favorecem o mercado fornecedor local.

No entorno da obra da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, articulamos ações de melhoria da infraestrutura das comunidades locais, o que culminou com a reforma e ampliação de duas escolas e patrocínio do Centro de Referência Esportiva em Cabo de Santo Agostinho. Cerca de 600 crianças e adolescentes participam de atividades de esporte educacional, com foco em cidadania. Na área de qualificação profissional, firmamos um convênio com o Governo estadual para a formação de 103 instrutores em cursos como os de armador de ferragens, encanador industrial, mecânico montador, caldeireiro montador, soldador de estrutura, entre outros.

Na região do Comperj, em Itaboraí (RJ), estamos realizando aporte financeiro para estações hidrometeorológicas. O projeto, de atendimento à condicionante de licenciamento, representa um benefício para a região, por servir de subsídio para o planejamento e gestão, pelo Poder Público, dos usos relacionados aos corpos hídricos. Nesta região investiremos no esgotamento sanitário de Itaboraí e Maricá, que devem prevenir a contaminação dos corpos d'água e a consequente proliferação de doenças.

Temos também um plano de restauração florestal na região do Comperj, no qual está incluído o programa de reposição vegetal de manguezais. O reflorestamento favorecerá a conexão dos fragmentos florestais e o fluxo de animais, o resguardo das nascentes de rios, a diminuição do transporte de sedimentos para dentro dos rios e a melhoria da qualidade do ar e da água da região. Esse plano trouxe benefícios socioambientais à medida que houve capacitação de mão de obra, incentivo à produção de viveiros, fomento à formação de um perfil fundiário e agroeconômico sustentável, entre outros. Aproximadamente 710 hectares estão em processo de restauração florestal, o que corresponde a 14% do total.

Registramos incidentes relacionados a direitos humanos com comunidades indígenas no Brasil e com comunidades campesinas na Colômbia e na Bolívia. Como parte do processo de licenciamento para as obras de implantação da Refinaria Premium II, assinamos termo de compromisso para viabilizar a criação da reserva indígena Taba dos Anacés. No documento, nos comprometemos a reembolsar a metade das despesas do Governo do Ceará com a aquisição de terreno, pagamento de indenizações, construção de infraestrutura para a realocação das comunidades e criação da reserva indígena, com valor limitado a R\$ 15 milhões.

No Amazonas, onde existem conflitos com áreas indígenas numa faixa de 11 quilômetros do oleoduto Orsol, foi acertado, durante reunião com o Ministério Público Federal, que a Transpetro deverá realizar um estudo do componente indígena. Com a formalização dessa negociação, o Ministério Público se comprometeu a mediar o relacionamento com os indígenas para que possamos realizar a manutenção da faixa nesse trecho.

Em relação a conflitos com comunidades locais ou indígenas, houve 21 registros, sendo um no estado do Espírito Santo, dois na Colômbia e 18 na Bolívia, com impedimento de acesso ou perdas de produção. Em Vitória (ES), a Transpetro foi impedida por duas comunidades indígenas de acessar três quilômetros da faixa do gasoduto Lagoa Parda-Vitória. A TAG, empresa proprietária do gasoduto, subsidiária da Petrobras, aderiu ao processo negocial que resultou no financiamento de projetos sociais.

Na Colômbia, comunidades próximas aos campos Guando e Balay, bloquearam a operação com perdas de produção. Em Guando, foi estabelecido um diálogo com autoridades locais e a comunidade, que apresentou 30 solicitações, das quais 23 foram atendidas. No campo Balay, ocorreu um bloqueio, em julho, na via de acesso, que afetou a produção de três campos. As comunidades reclamaram maior contratação da frota de veículos da região e a pavimentação da via que conduz ao campo de Balaby. Na Petrobras Bolívia, os nove conflitos relacionados a comunidades campesinas próximas aos blocos San Alberto e San Antonio, com duração de três a cinco dias, tiveram suas causas atribuídas a empresas contratadas.

No segmento de transporte, possuímos duas operações junto a comunidades indígenas nos gasodutos Urucu-Coari (AM) e Lagoa Parda-Vitória (ES). Na Argentina, são duas áreas de influência, uma em Los Blancos, na província de Salta, e outra em Paso de los Indios, na província de Chubut. Na Bolívia, atuamos em regiões classificadas como "Terras Comunitárias de Origem", onde mantemos acordos locais de concessão de uso da terra, contratação da mão de obra e aquisição de serviços com as comunidades. Integramos a Equipe de Projetos de Povos Indígenas (EPPI) da Associação Regional de Empresas do Setor de Petróleo na América Latina e no Caribe (Arpel).



Em decorrência das obras no emissário do Comperj, tivemos no último ano, sob responsabilidade direta da Petrobras, oito desapropriações com reassentamentos involuntários em Itaboraí e seis no município de Maricá, sendo que destas últimas, três foram negociadas amigavelmente e outras três obtidas por meio de liminar de imissão na posse deferidas e cumpridas em 2014.

Por determinação legal, elaboramos estudos de impacto ambiental e relatórios de impacto ao meio ambiente (EIA/RIMA) dos novos empreendimentos no Brasil, com a participação da comunidade em audiências públicas. Mesmo quando o estudo não é solicitado, desenvolvemos avaliações de impacto ambiental e social.

Na Transpetro, são realizados estudos de riscos das instalações onde são identificados os cenários que podem causar impactos negativos reais e potenciais. Por conta das operações de transporte ou processamento de gás natural serem intrinsecamente de risco, é necessária a elaboração do Programa de Gerenciamento de Risco e do Plano de Resposta à Emergência para a obtenção da licença operacional, prevenção de situações de emergência e potenciais acidentes e estabelecimento de planos de contingência.

Nas atividades de distribuição, temos procedimentos corporativos para prevenir potenciais impactos negativos no entorno dos postos de serviços, como a realização do teste de estanqueidade de modo a minimizar vazamentos e a coleta de óleo queimado e das embalagens

de lubrificantes. Adicionalmente, toda instalação de um posto Petrobras utiliza equipamentos certificados obrigatórios para área de risco 3 (risco máximo pela localização geográfica).

Entre as ações de engajamento com as comunidades que desenvolvemos, destacamos o monitoramento de indicadores socioeconômicos em 11 municípios da região do Comperj, que permite acompanhar as transformações econômicas, populacionais, habitacionais, urbanísticas, de educação e saúde no entorno do empreendimento na fase de implantação em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, da Organização das Nações Unidas (ONU). Além disso, apoiamos a estruturação de Fóruns Locais da Agenda 21 em 14 municípios dessa região. As reuniões deram origem aos Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável e podem subsidiar políticas e projetos.

Ampliamos a área de abrangência da seleção pública do Integração Petrobras Comunidades. Serão destinados R\$ 65 milhões, em dois anos, para projetos sociais realizados na área de influência da Petrobras em 157 municípios brasileiros.

O Programa Petrobras Agenda 21 está em execução em 203 comunidades, 86 municípios e 13 estados do Brasil no entorno de 30 unidades de operação, incluindo áreas de exploração e produção, refinarias, termicas e fábricas de fertilizantes. Este é o maior programa de Agenda 21 comunitária realizada por uma empresa de energia.

Concluimos em 2013 mais um estudo do Sistema de Monitoramento da Imagem Corporativa (Sismico) com foco em comunidades, com o objetivo de conhecer as percepções de populações em áreas de influência de nossas unidades e alguns empreendimentos, a respeito da sua presença e atuação local. Segmentados por unidade, os resultados do estudo possibilitam o embasamento de ações de comunicação e relacionamento com as comunidades, Poder Público e organizações da sociedade civil locais, além de permitir avaliar oportunidades de melhoria de imagem, principalmente no que se refere ao conhecimento do público sobre nossas práticas de segurança, meio ambiente e saúde e de iniciativas de responsabilidade social.

Não possuímos o número consolidado total de operações descomissionadas ou em processo de descomissionamento no Sistema Petrobras. Alguns dos casos registrados são: o Projeto Biodiesel Pará, que previa implantação de uma usina de biodiesel naquele estado, em processo de descomissionamento; a obra da UPGN-4, implantada em Urucu, município de Coari (AM), por meio da transferência de unidade de recuperação de gás natural; e as atividades do Terminal de Natal (RN), com a retirada de passivos e a remediação ambiental.

Recebemos uma multa de R\$ 1,15 milhão da ANP em decorrência de processo administrativo sob a alegação de que cometemos infração na destinação direta de gás natural a uma de nossas termelétricas. O processo judicial ainda não foi concluído.

Investimento social



Consolidamos e divulgamos os resultados dos Programas Petrobras Desenvolvimento & Cidadania (2007 a 2013) e Petrobras Ambiental (2008 a 2013), que investiram conjuntamente R\$ 2,4 bilhões em projetos sociais e ambientais em todo o Brasil. Nossos programas contribuíram para o fortalecimento da sociedade civil e da democracia, com a inclusão social de grupos historicamente discriminados, valorização de agendas sustentáveis de desenvolvimento e implementação de tecnologias sociais. Além disso, houve a produção de conhecimento técnico e científico e ampliação de interfaces com políticas públicas e pautas da sociedade civil.

INVESTIMENTOS EM PROJETOS SOCIAIS, AMBIENTAIS, CULTURAIS E ESPORTIVOS

TIPO DE PROJETO	QUANTIDADE DE PROJETOS	VALOR (R\$ milhões)
Sociais	609	391,4
Ambientais	172	104,5
Culturais	681	203
Esportivos	138	81,1
Total	1.600	780

Em novembro, lançamos o Programa Petrobras Socioambiental, que prevê investimentos de R\$ 1,5 bilhão, de 2014 a 2018, em projetos sociais, ambientais e socioesportivos. Reunindo as experiências dos Programas Petrobras Desenvolvimento & Cidadania e Petrobras Ambiental, o novo programa atuará em temas socioambientais relevantes, articulando iniciativas distribuídas por sete linhas de atuação: produção inclusiva e sustentável; biodiversidade e sociodiversidade; direitos da criança e do adolescente; florestas e clima; educação; água; e esporte. As iniciativas apoiadas devem contemplar também equidade de gênero e de raça e inclusão de pessoas com deficiência.

O Programa Petrobras Socioambiental também vai destinar R\$ 51 milhões, em dois anos, para projetos sociais desenvolvidos no entorno de nossas unidades em mais de 15 estados brasileiros, como parte da ampliação do programa Integração Petrobras Comunidade (IPC). Com esta ação, reforçamos o compromisso de contribuir para o

desenvolvimento das regiões onde estamos presentes, além de ampliar o acesso dos pedidos de patrocínios e a transparência na escolha dos projetos selecionados.

Anunciamos, em maio, o investimento de R\$ 200 milhões, no período de doze meses, no Programa Uma Terra Duas Águas, que tem a meta de construir 20 mil sistemas de captação e armazenamento de água da chuva em 210 municípios do semiárido brasileiro. O apoio integra um conjunto de ações para enfrentamento da maior estiagem dos últimos 50 anos na região.

Lançamos o Prêmio Petrobras de Esporte Educacional, para identificar, certificar, premiar e disseminar experiências pedagógicas bem sucedidas de esporte educacional desenvolvidas por graduandos e professores de escolas públicas, universidades e instituições do terceiro setor no Brasil. A iniciativa integra o Programa Petrobras Esporte & Cidadania, que, além do Esporte Educacional (projetos esportivos voltados à inclusão social), inclui ainda o Esporte de Rendimento (apoio às confederações de boxe, esgrima, *tae kwon do*, remo e levantamento de peso), o Esporte de Participação (apoio a iniciativas desportivas voltadas ao bem-estar e saúde da população) e Memória do Esporte (incentivo à produção e à exibição de documentários sobre esporte).

Firmamos, também, patrocínio à Confederação Brasileira de Judô, com um investimento total de R\$ 20 milhões na modalidade, no período de 2013 a 2016. O apoio faz parte do Plano Brasil Medalhas, do Governo Federal, que tem o objetivo de colocar o Brasil entre os 10 primeiros países nos Jogos Olímpicos de 2016.

Em abril, divulgamos os projetos contemplados na seleção pública do Programa Petrobras Cultural 2012, que destinou R\$ 67 milhões para 133 projetos contemplados em 11 áreas culturais dentro das linhas de atuação Preservação e Memória e Produção e Difusão.

Em agosto, anunciamos o investimento de R\$ 20 milhões em 12 museus brasileiros. Os recursos serão utilizados em requalificação, implantação de audioguias e material de divulgação trilingue. Esta ação contempla nossas diretrizes de patrocínio cultural ao apoiar o resgate, a recuperação e a organização do acervo material e imaterial da cultura brasileira, assim como a ampliação do acesso público aos bens culturais.

Em dezembro, lançamos a Seleção Pública Petrobras Cultural Minas Gerais 2014, que destinará R\$ 10 milhões para as áreas de montagem e circulação de espetáculos, de mostras e festivais e para programação das atividades de equipamentos culturais.







Práticas Trabalhistas

Gestão de pessoas



Encerramos o ano com 86.111 empregados, dos quais cerca de 82,9% são homens e 17,1% mulheres. Destes, aproximadamente 98,6% estão contratados por tempo indeterminado. O número de empregados de empresas prestadoras de serviço foi de aproximadamente 360.180.

EVOLUÇÃO DO EFETIVO

ANO	2009	2010	2011	2012	2013
Empregados	76.919	80.492	81.918	85.065	86.111

Em 2013, 62.692 são empregados da Petróleo Brasileiro S.A., 15.903 de empresas controladas, subsidiárias e coligadas no Brasil e 7.516 fora do Brasil.

No Brasil, a região Sudeste possui o maior número de empregados, cerca de 52,9 mil. O plano de cargos da Petróleo Brasileiro S.A. oferece vagas de níveis médio e superior em 56 diferentes profissões. No Brasil, o ingresso de nossos empregados é realizado por meio de processo seletivo público, sem discriminação por origem, raça, sexo, cor, idade ou qualquer outro fator de diferenciação individual. São reservadas 5% das vagas em que não é exigida aptidão plena para pessoas com deficiência, conforme definido pela legislação brasileira.

Nos outros países, a contratação é feita mediante entrevistas e análise curricular, sendo sempre priorizada a contratação de mão de obra local alinhada à política governamental de cada região e respeitando a legislação de cada país. Fora do Brasil, os países em que mais temos empregados são a Argentina (2.983) e o Chile (1.726).

Para atender a demandas de pessoal e adequar o efetivo das nossas unidades organizacionais ao Plano de Negócios e Gestão 2014-2018

e às nossas estratégias, lançamos o Mobiliza, programa de mobilidade interna exclusivo para empregados. Foram selecionados 1.133 profissionais para a movimentação, que acontecerá até o segundo semestre de 2014.

DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Investimos em nossos empregados e buscamos aprimorar seus talentos, competências técnicas e gerenciais. Estimulamos o desenvolvimento pessoal e profissional dos empregados, capacitando-os através de cursos na Universidade Petrobras e em treinamentos em salas de aula, laboratórios especiais, cabines de educação à distância e salas de orientação pedagógica.

Investimos R\$ 225 milhões em desenvolvimento de recursos humanos, o que resultou em um esforço de mais de 84,5 mil participações em

Sistema Petrobras

Total de empregados 86.111



Brasil 78.595



Outros países 7.516

Empregados da Petróleo Brasileiro S.A. (por nível do cargo e gênero)

Nível Superior 23.329



4.822



18.507

Nível Médio 39.363



5.060



34.303



curso de educação continuada e formação de 1.393 novos empregados para diversos cargos. Registramos média de 84,54 homens-horas treinados (HHT). Treinamos nossos empregados em políticas e cursos da área de conhecimento de Responsabilidade Social. Entretanto, não contabilizamos ainda o número total de horas dedicadas ao treinamento em políticas de direitos humanos ou procedimentos relacionados a aspectos dos direitos humanos relevantes para as nossas operações.

O Gerenciamento de Desempenho é um processo dinâmico que fortalece o alinhamento das metas dos empregados com as nossas estratégias, e também com as competências individuais corporativas necessárias para o alcance dos resultados. A orientação corporativa é que todos os empregados e gerentes sejam avaliados.

Fomos apontados, pelo segundo ano consecutivo, como a “Empresa dos sonhos dos jovens” de acordo com a pesquisa realizada pela consultoria Cia de Talentos. Nossa presidente, Maria das Graças Silva Foster, foi listada entre os dez líderes brasileiros mais admirados pelos jovens. Também fomos indicados pela pesquisa da consultoria Aon Hewit, pela sexta vez consecutiva, no topo do *ranking* das empresas “mais desejadas” para trabalhar no Brasil.

REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS

Os gastos com pessoal no Sistema Petrobras atingiram cerca de R\$ 27,6 bilhões e englobam salários, participações nos lucros ou resultados, benefícios, plano de aposentadoria e pensão, plano de saúde e encargos trabalhistas. Na Petróleo Brasileiro S.A., o menor salário registrado no ano foi de R\$ 1.482,12.

Oferecemos, além do salário-base e da participação nos lucros, plano de saúde (médico, odontológico, psicoterápico e benefício-farmácia), plano de previdência complementar, licença-maternidade de 180 dias, benefícios educacionais para filhos, da creche ao ensino médio (reembolso com despesas escolares). Também proporcionamos

auxílio-alimentação ou restaurante e abono por tempo de serviço, somados aos previstos em lei, a exemplo do vale-transporte e do 13º salário. Todos estes benefícios são oferecidos aos empregados de tempo integral, já que não possuímos a categoria de trabalhadores temporários ou em meio regime.

SATISFAÇÃO E COMPROMETIMENTO

Realizamos anualmente a Pesquisa de Ambiência Organizacional, nosso principal instrumento de diagnóstico das percepções sobre as condições e relações de trabalho, pontos positivos e necessidades de melhoria. O processo de coleta de dados acontece por meio da nossa *intranet*, garantindo o anonimato dos respondentes. A pesquisa nos possibilita avaliar o momento atual e planejar ações de melhoria contínua.

As respostas geram três indicadores do nosso Mapa Estratégico: Índice de Satisfação dos Empregados (ISE), Nível de Comprometimento com a Empresa (NCE) e Nível de Comprometimento em Responsabilidade Social (NCRS).

PESQUISA DE AMBIÊNCIA ORGANIZACIONAL			
INDICADOR	2011	2012	2013
ISE (%)	68	68	69
NCE (%)	71	70	70
NCRS (%)	76	74	75

Em 2013, o percentual de participação na pesquisa foi de 73%.

Relação com os empregados – No relacionamento com nossos empregados, seguimos as legislações locais e as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), possuímos políticas corporativas de Recursos Humanos e de Responsabilidade Social, que inclui temas como “princípios de trabalho” e “compromisso da força de trabalho”.

Todos os nossos empregados estão cobertos pelo atual Acordo Coletivo de Trabalho (ACT 2013-2015), firmado com a Federação Única dos Petroleiros (FUP) e demais sindicatos representativos da categoria profissional dos trabalhadores na indústria do petróleo.

Adotamos uma política de negociação permanente com as entidades sindicais, refletida principalmente na atuação das comissões de negociação estabelecidas em acordo coletivo de trabalho. Estas instâncias são responsáveis pelo levantamento de demandas, discussão e elaboração de proposições sobre questões que impactam o dia a dia da força de trabalho. Além disso, os sindicatos têm liberdade de manifestação sem qualquer interferência de nossa parte.

Não identificamos qualquer restrição à liberdade associativa bem como à negociação coletiva em nossas operações ou nas atividades de nossos fornecedores no Brasil ou nos demais países. O direito de associação do empregado está garantido por lei e expresso em nosso Código de Ética, no qual, entre outras questões, fica proibida a discriminação de empregados sindicalizados. Quanto ao engajamento de nossos fornecedores, os instrumentos contratuais que possuímos fazem referência à garantia da liberdade associativa e negociação coletiva dos empregados das empresas contratadas.

Nossos empregados possuem representação em diversos comitês formais, a exemplo da Comissão de Acompanhamento do ACT, comissões de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) de Empregados Próprios e Empresas Contratadas e Cipas, Comissão Nacional Permanente do Benzeno (CNPBz), entre outras.

Na Petróleo Brasileiro S.A., recebemos 823 demandas internas relativas a irregularidades trabalhistas. Destas, 814 referem-se a empresas prestadoras de serviço, das quais 570 já foram encerradas e as demais permanecem em tratamento. Das nove demandas relativas à Petrobras, sete foram encerradas e duas ainda estão em andamento.

Saúde e segurança no trabalho

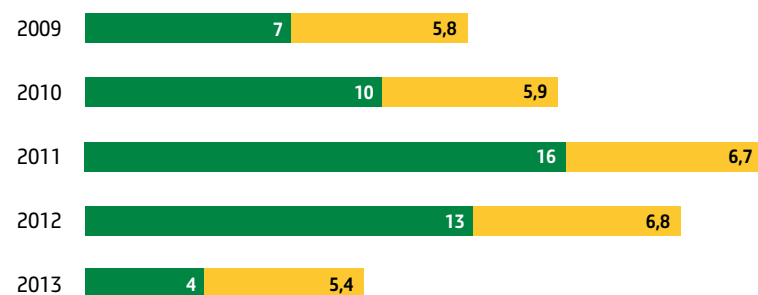


O Comitê de Meio Ambiente, ligado ao Conselho de Administração, teve seu escopo de atuação ampliado e passou a denominar-se Comitê de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), o que amplia a capacidade de monitoramento de nossas atividades e de nosso desempenho nas questões de saúde e segurança no trabalho diretamente pela Alta Administração.

A estrutura organizacional da Petrobras contempla órgãos voltados especificamente para a gestão dos aspectos de SMS envolvidos nas atividades desenvolvidas nos diferentes níveis gerenciais e áreas de atuação. As unidades de operações, assim como as instalações administrativas, contam com Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs), que se ocupam dos aspectos de saúde e segurança relacionados às atividades específicas de cada área e contribuem para o fortalecimento de uma cultura voltada à saúde e segurança no trabalho. Representantes das CIPAs e dos sindicatos dos trabalhadores participam das comissões criadas para a investigação de acidentes.

Ocorrências de acidentes e doenças - Atingimos o melhor desempenho anual já registrado quanto à ocorrência de acidentes e fatalidades no trabalho, conforme demonstrado pelos indicadores Taxa de Ocorrências Registráveis (TOR) e Número de Acidentados Fatais (NAF), com redução de 21% e 69%, respectivamente, em relação a 2012. Esses indicadores consolidam dados referentes tanto aos nossos empregados quanto aos profissionais de empresas prestadoras de serviços. O indicador TOR computa, inclusive, lesões leves (casos de primeiros socorros).

NÚMERO DE ACIDENTADOS FATAIS



■ NAF: nº de Acidentados Fatais ■ Total de Ocorrências Registráveis



■ Taxa de Acidentados Fatais (TAF) ■ Total de horas trabalhadas (milhões)

Nenhum empregado da Petrobras sofreu acidente fatal em 2013. Houve, no entanto, quatro ocorrências com empregados de empresas prestadoras de serviço, duas relacionadas a quedas de altura em atividade de operação em sonda de perfuração, uma a disparo acidental de arma de fogo e outra a acidente de trânsito.

Quando comparada com os valores de 2012, a Taxa de Acidentados Fatais (número de fatalidades para 100 milhões de horas trabalhadas) reduziu em 70%.

Os acidentes e incidentes ocorridos com nossa força de trabalho são registrados no Sistema de Gestão de Anomalias (SIGA) e no Sistema de Segurança Industrial (SISIN). A conformidade com os requisitos legais na área de segurança no trabalho é objeto de padrões e procedimentos corporativos aplicáveis em todas as nossas áreas. Adotamos os mesmos padrões para registro, classificação e tratamento de acidentes e incidentes no Brasil e nos demais países onde atuamos, adequados, quando necessário, à legislação vigente em cada local.

Desenvolvemos e aplicamos metodologia de análise de acidentes com base na identificação das causas básicas e dos pontos comuns entre as ocorrências, o que permite direcionar as iniciativas de prevenção para eliminar riscos. A aplicação desta metodologia contribuiu para a melhoria reportada dos nossos resultados.

Nosso Acordo Coletivo de Trabalho possui um capítulo específico sobre segurança industrial e saúde ocupacional, que aborda questões como programas de saúde e qualidade de vida, comunicação de acidentes aos sindicatos, aperfeiçoamento do processo de registro de acidentes e incidentes, entre outras. O capítulo inclui ainda uma cláusula específica sobre o direito de recusa por parte do trabalhador.

Aos dirigentes sindicais, são assegurados o acesso aos locais de trabalho e o acompanhamento de ações de fiscalização por parte de órgãos oficiais.

A fim de prevenir acidentes graves, estamos desenvolvendo ações de melhoria em segurança de processo, que incluem a capacitação do corpo técnico e a implantação de um sistema corporativo informatizado para registro dos estudos de riscos e gestão das recomendações. Também acompanhamos as inspeções realizadas por empresas seguradoras, promovemos a revisão de normas internas, a emissão de alertas e informes de segurança e de pareceres de segurança para novos empreendimentos. Estamos ainda estabelecendo indicadores reativos e proativos em segurança de processo específicos para cada área de atuação.

Registramos 76 eventos de segurança de processo de nível 1, e 67 de nível 2, conforme definições da Prática Recomendada 754 do American Petroleum Institute (API). As taxas de ocorrência desses eventos foram, respectivamente, de 0,032 e de 0,028 para cada 200 mil horas trabalhadas.

Diversidade e equidade de gênero

Respeitamos a diversidade em todas as suas formas, pois é um valor expresso em nossas políticas, práticas e em nossos procedimentos. Nossos empregados têm as mesmas oportunidades de desenvolver seus potenciais e não toleramos qualquer tipo de discriminação.

DIVERSIDADE RACIAL		
RAÇA/COR	NÚMERO DE EMPREGADOS	PERCENTUAL
Branca	32.111	51,2
Parda	13.642	21,8
Preta	2.950	4,7
Amarela	819	1,3
Indígena	213	0,3
Não informado	12.957	20,7
Total	62.692	100

Informações autodeclaradas por cada empregado.
Raça/cor: os dados se referem à Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras).

Na Petróleo Brasileiro S.A., registramos aumento do número de mulheres em nosso corpo funcional. Do total de empregadas, 62% têm menos de dez anos na empresa. O perfil de crescimento da participação feminina foi percebido também em carreiras historicamente de predomínio masculino, como as relacionadas às engenharias. Desde 2003, nossa mão-de-obra feminina cresceu 124% e hoje representa 16% do nosso efetivo total. Em nível gerencial, as mulheres já ocupam mais de mil cargos de liderança.

PROPORÇÃO DE SALÁRIO-BASE ⁽¹⁾ E REMUNERAÇÃO ENTRE MULHERES E HOMENS				
Categoria funcional (tipo de empregado)	SALÁRIO-BASE		REMUNERAÇÃO	
	Nível médio	Nível superior	Nível médio	Nível superior
Sem função gratificada	0,96	0,93	0,84	0,89
Com função gratificada	0,93	0,92	0,92	0,92
Total	0,94	0,93	0,89	0,91

Valor fixo e mínimo pago ao empregado pelo desempenho de suas tarefas, não incluídas remunerações adicionais.

Em dezembro, lançamos o Programa de Abordagem ao Empregado com Deficiência, com os objetivos de desenvolver gestores e força de



trabalho, promover a acessibilidade nos ambientes da empresa e atuar junto aos empregados com deficiência e seus gestores na identificação e tratamento de suas demandas. Estruturado por linhas de atuação (fundamentos da gestão, educação e comunicação, acessibilidade e práticas existentes), o programa implementará ações educativas e de melhoria das condições e relações de trabalho.

Recebemos 13 manifestações relativas a casos de discriminação. Destas, cinco permanecem em tratamento e oito foram concluídas, dentre as quais três foram identificadas como procedentes. Em um caso, houve afastamento do empregado de empresa prestadora de serviço por ter agido com preconceito de gênero. Em outro, foi feita advertência verbal e orientação para que não se repetissem comentários ou comportamentos preconceituosos em relação à orientação sexual. Também promovemos encontro entre os envolvidos em episódio de preconceito racial, com ação educativa para que não houvesse novas ocorrências. Consideramos como discriminação tudo o que envolve comportamentos preconceituosos que possam levar a atitudes de exclusão.

Somos signatários do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, coordenado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, com o apoio da Organização Internacional do Trabalho, ONU Mulheres e Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. O

programa tem o objetivo de eliminar discriminações de gênero e raça na contratação e ascensão de profissionais nas organizações públicas e privadas. Recebemos, pela quarta vez, o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça por nossa atuação e esforços para compreender e promover a equidade no trabalho.

Nossas empregadas têm direito a seis meses de licença maternidade ou gestante, dois a mais que o benefício garantido pela Constituição Brasileira. Após o retorno ao trabalho, são disponibilizadas salas de apoio à amamentação, projetadas com a infraestrutura necessária para coleta e armazenamento do leite materno durante o expediente.

Como parte do Acordo Coletivo de Trabalho 2013, aumentamos de cinco para dez o número de dias da licença-paternidade, estendemos e equalizamos os benefícios e reembolso de auxílio-creche para os empregados homens e, nos casos de filhos prematuros, ampliamos a licença maternidade para além dos 180 dias, sem computar no período de licença o tempo de internação hospitalar do bebê.

Todos os nossos empregados têm direito à licença-maternidade ou à licença-paternidade. Até o dia 31 de dezembro, 1.307 obtiveram o benefício, (945 homens e 360 mulheres), dos quais 1.288 (934 homens e 354 mulheres) já haviam retornado às suas atividades e os demais ainda gozavam da licença.



Meio Ambiente

Estratégia ambiental



Para orientar, monitorar e avaliar nossa gestão e nossos resultados em Segurança, Meio Ambiente, Eficiência Energética e Saúde (SMES), possuímos uma Gerência Executiva que, há mais de dez anos, é responsável por centralizar essas funções e promover a disseminação de conteúdos de SMES pelo Sistema Petrobras. Normas internas cobrem todas as dimensões de nossas atividades, como conformidade legal, aquisição de bens e serviços, gestão de produtos e relacionamento com a comunidade.

Como forma de estimular a execução de nossas orientações, os sistemas de gestão de nossas unidades são avaliados periodicamente em função de sua conformidade com as diretrizes corporativas de segurança, meio ambiente e saúde.

TOTAL DE DISPÊNDIOS E GASTOS EM PROTEÇÃO AMBIENTAL (R\$ milhões)			
NATUREZA DO DISPÊNDIO	2011	2012	2013
Gastos ambientais relacionados com a produção/operação	1.976,9	2.238,7	2.727,3
Equipamentos e sistemas de controle de poluição	199,0	154,1	373,1
Projetos de recuperação de áreas degradadas	373,7	434,1	118,7
Investimentos em programas e/ou projetos externos (incluindo patrocínios)	171,6	101,2	104
Total	2.721,2	2.928,2	3.323

Os valores de investimentos em programas e/ou projetos externos (incluindo patrocínios) são os mesmos já divulgados no capítulo "Investimento Social".

MUDANÇA DO CLIMA

Diversos estudos, como relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas de 2013, afirmam ser extremamente provável que as emissões de gases de efeito estufa (GEE) originadas de atividades humanas sejam a causa dominante do aquecimento global, observado desde meados do século XX. Em reconhecimento às evidências da ciência do clima e aos efeitos de nossa atuação na indústria de petróleo e gás natural quanto às emissões atmosféricas, estabelecemos uma estratégia de mitigação deste fenômeno focada, sobretudo, na redução da intensidade de emissões atmosféricas e no aumento da eficiência energética de nossos processos e produtos. Nesse sentido, destacamos nosso inventário completo de emissões e a atuação em nossos novos empreendimentos.

Buscamos incorporar à sistemática de elaboração de projetos de investimento a melhoria operacional contínua e a identificação e aplicação de novas tecnologias. Entendemos que há maior efetividade de nossas ações se implementadas na fase inicial dos empreendimentos, gerando benefícios para as futuras unidades de operação. Participamos também de iniciativas e fóruns sobre mudança do clima, com o objetivo de compreender os principais avanços e as melhores práticas de mitigação para possível incorporação em nossos processos. Destacamos o grupo de trabalho da Associação da Indústria Global de Óleo e Gás para Assuntos Ambientais e Sociais (Ipieca) e o *Carbon Disclosure Project* (CDP).

O mapeamento detalhado de nossas fontes de emissões, estruturado com o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Emissões Atmosféricas, tem contribuído para o acompanhamento sistemático de dados e indicadores. Esse processo favorece a identificação e avaliação do desempenho de projetos de mitigação e de eficiência energética, a implantação de melhorias operacionais, a viabilização e aplicação de fontes de energia renováveis e a promoção do uso eficiente de derivados.

Dividimos nossas principais medidas mitigadoras e seus resultados em duas linhas de ação:

Redução e captura de emissões de gases atmosféricos

- Redução da intensidade de emissão de GEE, com destaque para a queima de gás em tocha nas operações de produção que registrou queda de 11,4% em relação a 2012. Os resultados são reflexo do Programa de Otimização do Aproveitamento de Gás Natural (POAG 2015), que permitiu a utilização de cerca de 93% do gás associado produzido nas operações;
- Operação de controle avançado para o ajuste automático dos parâmetros de processo de engenharia na Unidade de Amônia da Fábrica de Fertilizantes da Bahia, o que reduziu o consumo de gás natural da unidade em 4,6%, evitando a emissão anual de 17 mil toneladas de CO₂;
- Substituição de parte da demanda de gás natural da Refinaria Duque de Caxias (Reduc) por biogás, recebido a partir da decomposição do lixo no Aterro de Gramacho, evitando a emissão de CO₂ e permitindo que mais gás natural seja disponibilizado ao mercado;
- Potencial de cerca de 620 mil toneladas de CO₂ equivalente em termos de fixação de carbono e emissões evitadas, para o período de dois anos de patrocínio, considerando 31 projetos vigentes em 2012 patrocinados pelo Programa Petrobras Ambiental (PPA);
- Estímulo ao uso racional dos combustíveis por meio das ações do Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (Conpet), em que exercemos a secretaria executiva;
- Alteração da rotina operacional em relação às correntes de petróleo, reduzindo a utilização de caldeiras e minimizando as emissões do Terminal Norte Capixaba.

Eficiência Energética

- Aplicação de R\$ 47,1 milhões em projetos de racionalização do uso de energia, além de ações relacionadas à otimização, confiabilidade e mudanças em procedimentos operacionais, proporcionando economia de cerca de 7,2 mil terajoules ao ano (GJ/a) de energia;
- Desenvolvimento de sistemas de bombeio de derivados de petróleo mais energeticamente eficientes na Transpetro.

Riscos e oportunidades

A intensificação de fenômenos climáticos pode afetar:

- Operações globais em águas profundas;
- Atividades de transporte rodoviário, marítimo, pluvial e por dutos, que movimentam grandes volumes de petróleo e seus derivados, gás natural e biocombustíveis;
- A disponibilidade hídrica para execução de nossas operações;
- A produção de biocombustíveis, principalmente nos períodos de plantio e crescimento;
- O valor dos prêmios de seguros das instalações, que podem aumentar com nossa exposição aos riscos operacionais e regulatórios, e o volume de investimentos para garantir a segurança e integridade de nossas unidades. Em 2013, o prêmio final de nossas principais apólices (riscos operacionais e de petróleo) totalizou US\$ 95 milhões, para 18 meses de vigência, com um valor segurado dos ativos de US\$ 216 bilhões.

É possível, também, que aumente a rigidez de normas e leis que regulam a utilização de combustíveis fósseis, podendo implicar em elevação de custos e investimentos e redução de competitividade em virtude das novas exigências técnicas e comerciais na cadeia de suprimento. Para reduzir o risco desse tipo de impacto, estruturamos uma carteira de projetos de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias e produtos menos intensivos em emissão de carbono.

Destacamos, nesse sentido, investimentos no Programa Tecnológico para Mitigação de Mudanças Climáticas (Proclima), que desenvolve soluções para mitigar as emissões de GEE de nossos processos e produtos, no Programa Tecnológico de Gerenciamento do CO₂ no Desenvolvimento do Pré-Sal (PRO-CO₂), no Programa Tecnológico de Biocombustíveis (Probio), que visa ao desenvolvimento tecnológico de biocombustíveis de primeira e segunda gerações e na Rede Temática de Sequestro de Carbono e Mudança Climática, que envolve 15 instituições brasileiras de ciência e tecnologia.

Destacamos o financiamento e a inauguração, em agosto, do Centro de Excelência em Gás Natural, no Rio de Janeiro, o maior da América Latina, e a conclusão, no âmbito da iniciativa internacional *Carbon Capture Project*, parceria entre empresas de energia, academia e governos, de projeto com foco na captura de CO₂. Os testes realizados demonstraram a viabilidade técnica, em escala de demonstração, de uma das tecnologias e sua flexibilidade operacional.

As iniciativas no mercado de biocombustíveis e outras fontes de energias renováveis podem se tornar cada vez mais atrativas junto a investidores e parceiros de novos negócios. Dessa forma, prevemos investimento de US\$ 2,3 bilhões em biocombustíveis para o período de 2014 a 2018.

Eficiência energética

Nossa estratégia para incrementar resultados de eficiência energética está fundamentada no desenvolvimento de projetos de eficiência energética em ativos existentes, gestão da operação para ganhos energéticos e atendimento a requisitos de eficiência energética em novos projetos. Nesse contexto, desenvolvemos iniciativas voltadas à integração energética, modernização das instalações, controle avançado de processos, adaptação de equipamentos, padronização de projetos e de sistemas operacionais e projetos para conversão de plantas termelétricas de ciclo aberto para ciclo combinado, além do aproveitamento do gás natural associado à produção de petróleo.

Aplicamos R\$ 47,1 milhões em projetos de eficiência energética. Realizamos também investimentos na otimização, incremento da confiabilidade e alterações de procedimentos operacionais que totalizaram uma economia de 3,4 mil barris de óleo equivalente por dia (boed) ou 7,2 mil terajoules no ano (TJ/a), equivalente ao suficiente para o abastecimento anual de energia elétrica de uma cidade com 660 mil habitantes.

Um exemplo de ganhos expressivos foi a integração energética da Usina Termelétrica (UTE) Celso Furtado com aumento da exportação de vapor para a Refinaria Landulpho Alves (Rlam). Essa iniciativa elevou a eficiência energética da UTE de 77% para 84% e proporcionou uma economia de gás natural na ordem de 1,3 mil TJ/a. Destacamos também os projetos de cogeração de vapor e eletricidade na Refinaria Gabriel Passos (Regap) e na Refinaria de Paulínia (Replan) utilizando turbinas a gás e caldeira recuperadora, que juntos têm potencial de redução de 1,1 mil TJ/a do consumo de gás natural.

Nas instalações administrativas foram realizadas ações de gestão de contratos de energia, modernização de sistemas de iluminação, aplicação de película térmica e ajustes operacionais que resultaram em redução de custos de R\$ 13 milhões.

ENERGIA CONSUMIDA

Nosso consumo total de energia, em 2013, foi de 1.051 mil terajoules (TJ) ou 484 mil boed. A quantidade de energia consumida, no ano, foi 12% superior em comparação a 2012. Contribuiu significativamente para esse quadro o maior despacho das usinas termelétricas por solicitação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

CONSUMO DE ENERGIA DENTRO DO SISTEMA PETROBRAS (em TJ)			
PERÍODO	2011	2012	2013
Óleo diesel	38.041	75.555	92.459
Óleo combustível	64.733	77.476	69.722
Gás natural	359.112	548.820	647.139
Gás combustível	140.548	120.551	112.098
Gás residual	5.864	2.452	10.068
Gás liquefeito de petróleo (GLP)	28	26	949
Coque	67.567	67.432	65.765
Outros	29	7.184	50
Vapor Importado	412	20.505	35.933
Energia Elétrica Importada	6.493	16.198	16.765
Total de Energia	682.827	936.199	1.050.949

- a) A energia elétrica e o vapor são contabilizados com base no equivalente térmico teórico (0,0036 TJ = 1 MWh).
 b) O volume de gás natural e de combustíveis líquidos queimados em tocha, em 2013, totalizou 103 mil TJ e não é considerado no cálculo do consumo de energia.
 c) Segundo o Balanço Energético Nacional (BEN) 2013 – ano-base 2012, 86,7% de toda a energia fornecida pelo SIN era de fonte renovável e 16,7% de fonte não renovável. Na data de publicação deste relatório, o BEN 2014 – ano-base 2013, não havia sido publicado.

CONSUMO CONSCIENTE

Somos responsáveis pela Secretaria Executiva do Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (Conpet), do Ministério de Minas e Energia do Governo brasileiro. No setor de transportes, o programa desenvolve parcerias para realizar avaliações de materiais particulados em ônibus e caminhões, bem como orientar motoristas sobre o uso eficiente dos veículos. Em 2013, foram efetuadas aproximadamente 98 mil avaliações.

Na área de educação, em 2013, foram realizadas 25 oficinas para promover a educação sobre sustentabilidade e eficiência energética, com a participação de mais de 1,1 mil professores de aproximadamente 570 escolas de quatro estados brasileiros.

O Conpet e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) desenvolvem o Programa Brasileiro de Etiquetagem a fim de estimular a produção e utilização de equipamentos e veículos mais eficientes. A Etiqueta Nacional de Conservação de Energia informa e compara o consumo de combustíveis dos automóveis e aparelhos a gás, enquanto o Selo Conpet de Eficiência Energética destaca os de melhor rendimento. Disponibilizamos para os consumidores no *site* do Conpet sistemas interativos para escolha de produtos mais econômicos e com menor emissão de CO₂.

Gerenciamento de emissões



As emissões atmosféricas provenientes de nossas atividades são gerenciadas a partir de inventário anual, que divulgamos voluntariamente e reuniu, em 2013, dados referentes a cerca de 15 mil fontes. Desde 2002, essas informações são compiladas por meio do Sistema de Gestão de Emissões Atmosféricas, cujos resultados são submetidos periodicamente à verificação por terceira parte, segundo a norma ISO 14064. Além disso, indicadores de intensidade de emissões e de emissões evitadas para as áreas de negócios permitem o acompanhamento da melhoria contínua na gestão desta temática.

O volume total de emissões de gases de efeito estufa (GEE) correspondente às nossas operações foi de 73,4 milhões de toneladas de CO₂ equivalente, representando um aumento de 8,9% em comparação com o ano anterior. Esse resultado é um reflexo do aumento do despacho das térmicas e da expansão de nossas atividades nos segmentos de Abastecimento e Exploração e Produção.

EMISSION DE GASES DE EFEITO ESTUFA (em milhões de toneladas de CO₂ equivalente)

	2011	2012	2013
Emissões diretas (Escopo 1 – GHG Protocol)	54,9	66	71,6
Emissões indiretas (Escopo 2 – GHG Protocol)	1,3	1,4	1,8
Total de emissões	56,2	67,4	73,4

a) Emissões relativas às operações de exploração e produção, refino, fertilizantes, petroquímica, geração de energia elétrica, transporte terrestre (dutoviário e rodoviário) e marítimo, bem como às atividades de distribuição no Brasil, Argentina, Bolívia, Colômbia, México, Paraguai, Peru Uruguai e Estados Unidos.

b) As emissões indiretas se referem à compra de energia elétrica e vapor, fornecidos por terceiros, nos países mencionados.

c) O inventário de emissões atmosféricas é elaborado segundo as orientações do *GHG Protocol – a Corporate Standard (WRI/WBCSD)*. Sua abrangência inclui ativos em que somos operadores e aqueles em que detemos 50% ou mais do controle financeiro. A abordagem do inventário segue a metodologia *bottom-up*, ou seja, o inventário total é o resultado da soma das emissões de cada fonte de emissão. Os algoritmos utilizados para o cálculo das emissões de gases do efeito estufa se baseiam em referências internacionais, de público acesso, como o *API Compendium* e o “AP-42” (US EPA).

d) Em termos de gases do efeito estufa, o inventário compreende as emissões de CO₂ (dióxido de carbono), CH₄ (metano) e N₂O (óxido nitroso). Os resultados estão expressos em milhões de toneladas métricas de CO₂ equivalente, calculadas de acordo com o Segundo Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC).

e) A Petrobras submete periodicamente seus inventários a processo de verificação por terceira parte, segundo a norma ISO 14064. Os inventários até 2012 já foram verificados e o referente ao ano de 2013 será verificado ao longo de 2014.

f) Outras emissões indiretas de gases causadores do efeito estufa não haviam sido consolidadas até o fechamento deste relatório.

g) As emissões de CO₂ biogênico são pouco significativas e, por essa razão, não atingem o critério estabelecido na sistemática para inventário de emissões.

EMISSIONES DE DIÓXIDO DE CARBONO – CO₂ (milhões de toneladas)



Emissões totais: diretas + indiretas.

EMISSIONES DE METANO – CH₄ (mil toneladas)



Emissões totais: diretas + indiretas.

EMISSIONES DE ÓXIDO NITROSO – N₂O (toneladas)



Emissões totais: diretas + indiretas.

OUTRAS EMISSÕES ATMOSFÉRICAS SIGNIFICATIVAS (toneladas)			
EMISSIONES	2011	2012	2013
Óxidos de nitrogênio (NOx)	222.212	251.485	251.416
Óxidos de enxofre (SOx)	120.636	116.337	128.350
Material particulado	17.483	18.190	17.456
Compostos orgânicos voláteis (COV)	253.320	262.614	249.756
Emissões de chaminé e fugitivas	68.338	100.981	103.885
Monóxido de carbono	157.394	189.443	173.253

Emissões totais: diretas + indiretas.

a) Foram consideradas como COV as emissões de HCNM (hidrocarbonetos não metano) contidas no inventário.

b) Em "emissões de chaminé e fugitivas", somente fugitivas foram incluídas, reportadas como hidrocarbonetos totais.

c) A metodologia usada para o cálculo das emissões relatadas é a mesma descrita na tabela "Emissão de gases de efeito estufa".

d) Não consolidamos o total de emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio no Sistema Petrobras. Em conformidade com a legislação brasileira e com os compromissos assumidos pelo Brasil junto ao Protocolo de Montreal, nossas áreas e subsidiárias devem cadastrar no Ibama as atividades que utilizam essas substâncias, quando aplicável.

Em 2013, outras emissões indiretas relevantes, provenientes do uso de nossos produtos, somaram aproximadamente 500 milhões de toneladas de CO₂ equivalente. O volume é estimado, considerando que todos os produtos vendidos foram utilizados no mesmo ano, liberando seu conteúdo de carbono para a atmosfera. Foram usados como base os dados consolidados de venda de produtos e a metodologia do *GHG Protocol* (escopo 3). Além disso, considerou-se a premissa conservadora de classificar os produtos exportados como "óleo residual".

DISTRIBUIÇÃO DE EMISSÕES DE GEE POR ATIVIDADES						
Atividades	EM MILHÕES DE TONELADAS DE CO ₂ EQUIVALENTE			EM PERCENTUAL		
	2011	2012	2013	2011	2012	2013
Exploração e Produção	22	24	24	39	36	33
Refino e petroquímica	21	24	25	38	36	34
Geração de energia	6	12	17	11	18	23
Fertilizantes	1	1	1	2	1	2
Outros	6	6	6	11	9	8
Total	56	67	73	100	100	100

DISTRIBUIÇÃO DE EMISSÕES DE GEE POR ATIVIDADES (toneladas)					
ATIVIDADES	NOx	SOx	MP	COV	CO
Exploração e Produção	96.561	23.639	8.203	118.609	56.872
Refino e petroquímica	36.465	76.684	4.499	44.507	77.885
Geração de energia	34.112	1.428	955	2.401	28.604
Fertilizantes	1.736	128	609	2.642	2.909
Transporte e distribuição	81.905	26.378	3.175	81.564	6.820
Biocombustíveis	85	68	8	20	18
Outros	252	26	8	12	189
Total	251.416	128.350	17.456	249.756	173.253

a) Resultados relativos às operações de E&P, refino, fertilizantes, petroquímica, geração de energia elétrica, transporte terrestre (dutiário e rodoviário) e marítimo, bem como às atividades de distribuição no Brasil, Argentina, Bolívia, Colômbia, México, Paraguai, Peru Uruguai e Estados Unidos.

VOLUME DE HIDROCARBONETO NÃO APROVEITADO	
DESTINAÇÃO	VOLUME (milhões de m ³)
Queimados em tocha	2.153,1
Dissipados na atmosfera	59,9

a) Foram considerados registros do volume de gás natural queimado em tocha e de gás natural liberado diretamente para a atmosfera.

b) O volume considera as atividades da Petrobras no Brasil e nos demais países.

Biodiversidade



Dispomos de um conjunto de diretrizes que orientam e uniformizam nossas práticas e compromissos relativos à biodiversidade, que se aplicam ao planejamento de novos empreendimentos, às nossas operações e ao seu descomissionamento. Seu objetivo é permitir o conhecimento dos aspectos ambientais relevantes nas áreas de influência de nossas atividades, evitando ou minimizando possíveis impactos. Em 2013, foram revisados os critérios para gestão de riscos e impactos à biodiversidade e as orientações para manejo de fauna nas unidades de refino e de industrialização de xisto.

Frente aos potenciais impactos de uma instalação ou atividade, identificados por meio de estudos como avaliação de impacto ambiental e análises de risco, realizamos diversos projetos e ações com foco em biodiversidade, associados ou não às licenças ambientais das unidades. Muitos destes projetos são desenvolvidos em parceria com entidades locais, universidades e centros de pesquisa. Seus resultados são acompanhados por nossas equipes de meio ambiente e, no caso dos programas ambientais associados às licenças, validados pelos órgãos ambientais competentes.

Essas iniciativas envolvem objetivos como a caracterização de flora e fauna, conservação e recuperação de ecossistemas, monitoramento ambiental, proteção de espécies ameaçadas ou endêmicas e manejo de fauna.

PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM BIODIVERSIDADE

Como forma de desenvolver conhecimento e tecnologias que permitam a minimização de riscos e impactos à biodiversidade, investimos sistematicamente em projetos de pesquisa e desenvolvimento. Neste sentido, concentramos esforços em três frentes: a caracterização de ambientes estratégicos para nossa atuação, a mitigação ou redução de efeitos sobre os ecossistemas e sobre a biodiversidade e a recuperação de ambientes degradados e impactados.

Com relação ao levantamento de informações científicas sobre os ecossistemas onde atuamos, por exemplo, totalizamos investimentos na ordem de

R\$ 40 milhões em 2013. O reconhecimento ambiental das diversas bacias sedimentares marinhas brasileiras beneficia a gestão ambiental das atividades de exploração e produção nestas áreas. Nessa linha, destacamos também o projeto de caracterização ambiental da Bacia de Campos, que envolveu 20 instituições de pesquisa e mais de 100 pesquisadores. Neste projeto, foram obtidos e sistematizados dados sobre aspectos físicos, químicos e biológicos da região. Prevemos, ainda, a elaboração de um modelo ecossistêmico para compreensão da sua dinâmica ecológica.

Para prevenir e tratar impactos relacionados ao acesso de animais a unidades operacionais, adotamos medidas como a instalação de cercas e outros obstáculos, treinamento para a retirada de animais de locais de risco, limpeza e tratamento emergencial de espécimes afetados. Nesse contexto, estabelecemos convênios com instituições especializadas e autorizadas a recolher, reabilitar e reintroduzir os animais afetados em seus habitats naturais, como o Centro de Recuperação de Animais Marinhos da Universidade Federal do Rio Grande.

A gestão da biodiversidade depende do contínuo conhecimento das regiões em que atuamos. Nesse sentido, realizamos o mapeamento de áreas protegidas e sensíveis nas áreas de influência de nossas atividades, tanto como parte dos estudos prévios ao licenciamento ambiental de novos empreendimentos, quanto em estudos específicos que subsidiem o planejamento em unidades que já operam.

Dentre as categorias brasileiras de Áreas Protegidas, destacamos a conclusão do mapeamento das Áreas de Preservação Permanente (APPs) no interior de nossas unidades de refino, unidade de industrialização de xisto e áreas de operações de exploração e produção no Espírito Santo e na Bacia de Santos. As informações relativas às APPs das unidades de refino e de industrialização de xisto estão disponíveis em sistema georreferenciado, que indica o estado de conservação de cada área, os projetos de recuperação ambiental e os estudos de caracterização e monitoramento da biodiversidade em andamento. Tais informações podem ser associadas a outros dados ambientais, como os relativos a emissões atmosféricas, monitoramento de efluentes, entre outros, contribuindo para uma atuação mais integrada na gestão ambiental.

Quanto ao mapeamento de áreas sensíveis, uma ação relevante desenvolvida em 2012 e finalizada em 2013 foi a elaboração dos mapas de sensibilidade ambiental a derrames de óleo no Rio Urucu, na Amazônia brasileira. O estudo compreende informações dos ecossistemas com base em características geomorfológicas, recursos biológicos (espécies) sensíveis a óleo, recursos socioeconômicos, ou seja, atividades que podem ser afetadas e informações relevantes para eventuais

operações de resposta a emergências, como mapeamento de estradas, aeroportos, rampas para barcos, entre outras.

ÁREAS PROTEGIDAS INTERNAS E EXTERNAS POR TIPO DE OPERAÇÃO	
TIPO DE OPERAÇÃO	ÁREAS PROTEGIDAS
Refino de petróleo e industrialização de xisto	45 Unidades de Conservação
Exploração	13 Unidades de Conservação 11 sítios arqueológicos
Produção	76 Unidades de Conservação 4 terras indígenas 3 territórios quilombolas 156 sítios arqueológicos
Fabricação de fertilizantes	9 Unidades de Conservação 1 território quilombola
Transferência, armazenamento e regaseificação de GNL	9 Unidades de Conservação 1 terra indígena 1 território quilombola
Geração termelétrica	17 Unidades de Conservação 3 territórios quilombolas

a) Essa contabilização não levou em consideração as áreas de preservação permanente (APP) e as reservas legais, cuja delimitação não esteja disponível em fontes oficiais. Entretanto, este mapeamento vem sendo realizado pela companhia.

b) As áreas protegidas externas às unidades compreendem aquelas localizadas nas respectivas áreas de influência. As áreas protegidas internas abrangem aquelas com interface parcial ou total com a área da unidade.

c) Foram consideradas somente as áreas protegidas relatadas no levantamento de informações para o documento interno intitulado Relatório Anual de Biodiversidade.

Parte significativa de nossas atividades está dispersa por regiões com alta biodiversidade, em ecossistemas terrestres e aquáticos, localizados em importantes biomas. Em 2013, por meio do Programa Petrobras Ambiental, investimos em 48 projetos na linha de atuação de fixação de carbono e emissões evitadas, que executaram ações de reconversão produtiva, recuperação de áreas degradadas e conversão de florestas e áreas naturais em mais de 1 milhão de hectares distribuídos por biomas como Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica e Pampa. Realizamos também projetos próprios, como a recuperação vegetal de 66,7 hectares, com o plantio de árvores nativas dentro dos limites da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar). Até o final do ano, foram plantadas aproximadamente 21 mil mudas de árvores em 59,61 hectares.

A presença de espécies ameaçadas ou endêmicas é um importante fator de sensibilidade ambiental a ser considerado na gestão de riscos

e impactos à biodiversidade. A verificação em campo da presença de tais espécies na área de influência de nossas unidades vem sendo realizada por meio de ferramentas como os mapas de sensibilidade ambiental, inventários de fauna e flora, estudos de impacto ambiental, entre outros. Segundo informações levantadas internamente, há a indicação, a partir de estudos de campo, da ocorrência de cerca de 210 espécies consideradas vulneráveis, ameaçadas ou criticamente ameaçadas, nas áreas de influência de 17 unidades de operações, de acordo com as classificações do Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção ou Lista Vermelha da *International Union for Conservation of Nature* (IUCN).

Número de espécies ameaçadas e seu status		
EMISSIONES	2011	2012
Lista IUCN	Vulnerável	44
	Em perigo	18
	Criticamente em perigo	6
Lista nacional	Vulnerável	100
	Em perigo	33
	Criticamente em perigo	28

a) Parte destas espécies é beneficiada com projetos patrocinados pelo Programa Petrobras Ambiental, tais como a *Araucaria angustifolia* (pinheiro ou araucária), *Ocotea porosa* (imbuia), *Cedrela odorata* (cedro), *Euterpe edulis* (palmito Jussara), *Panthera onca* (onça-pintada), *Trichechus manatus* (peixe-boi marinho), *Eretmochelys imbricata* (tartaruga de pente), *Epinephelus itajara* (mero) e *Diomedea exulans* (albatroz-gigante).

Em decorrência desse cenário, desenvolvemos e apoiamos diversos projetos voltados à conservação de espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção. O projeto de monitoramento de sirênios, realizado em parceria com o Centro de Mamíferos Marinhos Aquáticos do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), por exemplo, tem o intuito de incrementar o conhecimento científico sobre a população de peixes-boi marinhos (*Trichechus manatus manatus*), que está presente do litoral leste do Ceará ao noroeste do Rio Grande do Norte, por meio do monitoramento remoto e do censo populacional por meio de sobrevoo. O projeto também contribui para evitar o abalroamento das embarcações de apoio com mamíferos marinhos existentes na área.



Recursos hídricos



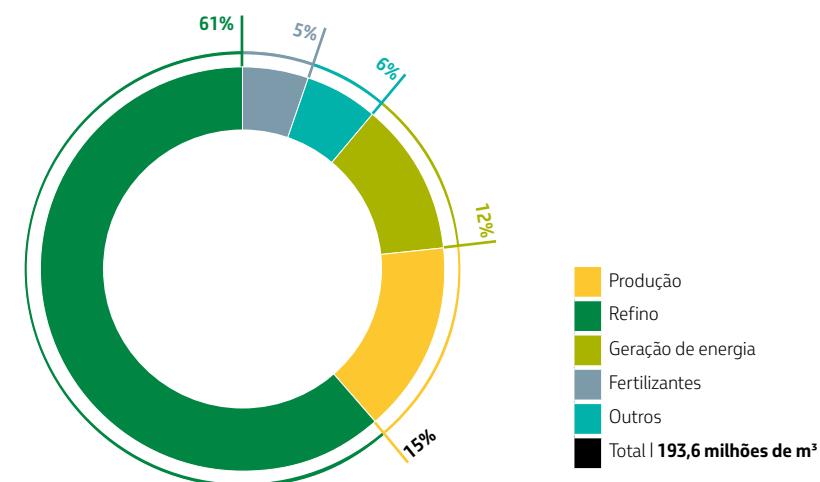
Nossa gestão de recursos hídricos tem como foco principal garantir o suprimento de água necessário às nossas atividades e contribuir com a conservação do insumo em nossas áreas de influência, e, para tanto, investe na racionalização de seu uso. O resultado deste tipo de ação, além de garantir uma fonte segura de abastecimento, possibilita a redução da captação do recurso, aumentando sua disponibilidade para consumo pela sociedade. As principais medidas que buscamos adotar são o emprego de tecnologias pouco intensivas no uso da água, a minimização do seu uso nas operações e processos, o reúso e a identificação de fontes alternativas de suprimento. Essa estratégia leva em consideração a disponibilidade local para captação e uso e a viabilidade técnica e econômica das ações.

Captamos 193,6 milhões de m³ de água doce para nossas atividades operacionais e administrativas. Desse total, 122,8 milhões foram

captados de fontes superficiais, 30,7 milhões de fontes subterrâneas e 40,1 milhões foram providos por concessionárias de abastecimento ou por terceiros. Utilizamos 269 fontes de captação de água, sendo 197 localizadas no Brasil e 72 nos demais países onde atuamos.

PROCEDÊNCIA DA ÁGUA CAPTADA PELO SISTEMA PETROBRAS						
FONTE	VOLUME CAPTADO (milhões de m ³)			VOLUME CAPTADO (%)		
	2011	2012	2013	2011	2012	2013
Água de superfície	122,5	128,2	122,8	64,1	66,3	63,4
Água subterrânea	39,3	36	30,7	20,3	18,6	15,9
Abastecimento municipal ou por terceiros	29,1	29,2	40,1	15,6	15,1	20,7
Totais	190,9	193,4	193,6	100	100	100

ÁGUA DOCE CAPTADA POR TIPO DE ATIVIDADE



Nas nossas unidades de operações que captam água doce do ambiente, os limites de captação são estabelecidos pelos órgãos públicos responsáveis pela gestão de recursos hídricos. No Brasil, onde usamos 85% do total de água doce que captamos, com base em critérios hidrológicos e nos múltiplos usos da água dentro de uma bacia hidrográfica, nos é outorgado um volume máximo de água a ser captado para cada localidade. Durante o ano, não tivemos conhecimento de impactos quantitativos ou qualitativos significativos nos mananciais onde há captação direta de água ou lançamento de nossos efluentes.

Com o objetivo de colaborar para a gestão participativa de recursos hídricos nas bacias hidrográficas em que estão situadas nossas instalações, participamos, ao longo de 2013, de 26 fóruns no Brasil, sendo 20 deles Comitês de Bacias Hidrográficas, além de nove fóruns em outros países onde atuamos. Na Região Hidrográfica de Macaé e Rio das Ostras, no Rio de Janeiro, em conjunto com o órgão ambiental estadual, fomentamos a elaboração do Plano de Recursos Hídricos da região, concluído em 2013. Seu objetivo é assegurar água em quantidade e qualidade necessária aos usos múltiplos na bacia.

Parte significativa de nossos investimentos na racionalização do uso da água tem sido orientada para o desenvolvimento de projetos de reúso. O volume total de reúso foi de 24 milhões de m³, que corresponde a 11,1% do total da demanda de água doce no período, representando um aumento de cerca de 3% em relação ao ano anterior. Essa quantidade é suficiente para abastecer, por exemplo, uma cidade de aproximadamente 600 mil habitantes por um ano. Com a entrada em operação, até 2015, de novas plantas de reúso, alcançaremos a marca de 35 milhões de m³ de água doce que deixarão de ser captados anualmente do ambiente.

VOLUME TOTAL DE ÁGUA REUSADA

	2011	2012	2013
Água reusada (milhões de m ³)	21,5	23,5	24
Volume em relação ao total de água utilizada (%)	10,1	10,8	11,1

Houve alteração dos percentuais de 2011 e 2012 em relação aos publicados no Relatório de Sustentabilidade 2012, em virtude de mudança na metodologia de cálculo.

DESCARTE DE EFLUENTES

O volume de efluentes hídricos lançados no ambiente por nossas operações foi de 230,6 milhões de m³, incluindo efluentes de natureza industrial, sanitária e água produzida. Foram 1,4 mil toneladas de óleos e graxas, 4,3 mil toneladas de demanda química de oxigênio e 0,9 mil toneladas de amônia (estes dois últimos contidos nos efluentes das atividades de refino e produção de fertilizantes no Brasil). Como meio de assimilação de nossos efluentes, utilizamos 96 corpos hídricos superficiais, 57 corpos hídricos subterrâneos e 57 concessionárias de abastecimento ou empresas terceirizadas. Os efluentes descartados são regulados por padrões de lançamento estabelecidos em legislações.

DESCARTE TOTAL DE ÁGUA POR DESTINAÇÃO PELO SISTEMA PETROBRAS

DESTINO	VOLUME DESCARTADO (milhões de m ³)			VOLUME DESCARTADO (%)		
	2011	2012	2013	2011	2012	2013
Corpos hídricos superficiais	168,8	204,2	217,5	89,8	93,7	94,3
Corpos hídricos subterrâneos	8,1	7,9	6,7	4,3	3,6	2,9
Concessionárias de abastecimento ou empresas terceirizadas	11,1	5,8	6,4	5,9	2,7	2,8
Totais	188	217,9	230,6	100	100	100

Em 2013, 22 projetos relacionados à implantação e/ou modernização de sistemas de tratamento e drenagem de efluentes se encontravam em andamento. Além disso, temos iniciativas voltadas ao tratamento de efluentes para reúso em diferentes unidades, especialmente as em implantação na Refinaria Duque de Caxias (Reduc), no Rio de Janeiro, e na Refinaria Abreu e Lima (Rnest), em Pernambuco. Destaca-se também, esse ano, o início do funcionamento do sistema de reúso da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), no Paraná, com capacidade de produzir até 240 m³ por hora de água dessalinizada, a ser reutilizada para a produção de vapor, gerando uma economia de até 2 milhões de m³ de água por ano.

MELHORIA DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Para determinar os riscos relacionados à disponibilidade de água para nossas diferentes instalações, elaboramos, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, o índice de risco de escassez hídrica. Ele considera fatores como disponibilidade de água para captação, bem como vulnerabilidades e aspectos de resiliência de nossas unidades operacionais.

Concluímos, ainda, estudos de disponibilidade hídrica para as bacias hidrográficas onde estão localizadas 12 unidades do nosso parque de refino, que avaliaram a situação atual e futura do balanço entre a oferta e a demanda de água nessas regiões. Ainda nesse sentido, avaliamos a disponibilidade hídrica em bacias hidrográficas do Estado da Bahia que concentram atividades de exploração e produção, movimentação, refino e fabricação de fertilizantes. Seus resultados sinalizam as unidades prioritárias para aplicação de medidas de racionalização do uso de água, além de colaborar para o planejamento de expansões e novos empreendimentos. Dessa forma, temos mapeada a disponibilidade hídrica para unidades que, em conjunto, respondem por cerca de 60% do total de água doce que captamos.

Com relação às ações para a racionalização e minimização do uso da água em nossas operações e processos, um dos destaques ocorreu na Unidade de Industrialização do Xisto (SIX), no Paraná, onde um amplo conjunto de ações operacionais e modificações de projeto possibilitou reduzir em mais de 60% o consumo médio mensal de água doce captada, de 2008 a 2013, quando registramos volume inferior a 228 m³ por hora.

Na área de tratamento de efluentes e reúso da água, investimos cerca de R\$ 20 milhões em 11 projetos de pesquisa e desenvolvimento e realizamos estudos e testes de diferentes tecnologias, em parceria com oito universidades brasileiras.

Resíduos



A gestão de resíduos oriundos de nossas atividades busca minimizar a geração, incentivando práticas de reúso e reciclagem, além de identificar e testar tecnologias mais limpas e inovadoras de tratamento, que poderão ser adotadas após análise da viabilidade técnica, econômica e ambiental de todo o processo. No Programa de Minimização de Geração de Resíduos, conduzimos diversas ações, como mecanização de técnicas de limpeza de sistemas fechados, teste piloto de reúso de resíduos oleosos na unidade de coque, além de piloto industrial de tratamento de resíduos oleosos de tanque de armazenamento de petróleo com remoção mecanizada e separação de fases em membranas semipermeáveis.

Em 2013, foram geradas 260 mil toneladas de resíduos sólidos perigosos em nossos processos, 15% abaixo do limite de alerta estabelecido para o período. Além disso, cerca de 40% do total de resíduos perigosos enviados para tratamento e disposição final foram reaproveitados.

Foram transportadas 110 toneladas de resíduo perigoso para tratamento na Suíça, percentual inferior a 0,05% do total gerado nos processos.

Em nossos empreendimentos, são incentivadas, na fase de construção e montagem, práticas de redução, reúso e reciclagem de resíduos. Em 2013, a implantação de uma sistemática de gestão de resíduos de concreto na Unidade de Fertilizantes Nitrogenados III (MS) permitiu a reciclagem de 100% do entulho que foi gerado no ano. Com isso, evitamos o descarte em aterros e reduzimos o consumo de recursos naturais. Práticas como essas contribuíram para elevar o

percentual de reciclagem e reúso de entulho nos empreendimentos, que subiu de 28%, em 2012, para 42% nos empreendimentos sob responsabilidade da área de Engenharia, responsável por 78% do total gerado na companhia.

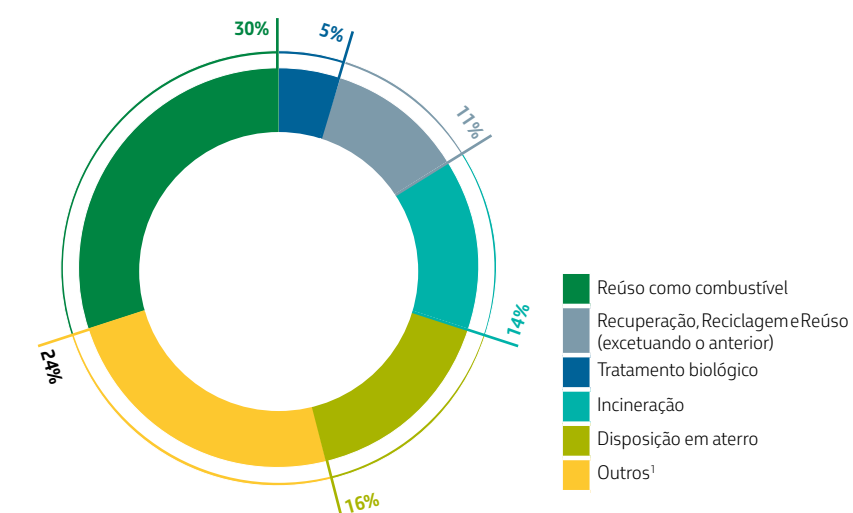
Destacamos, ainda, entre as medidas para a minimização da geração de resíduos, a utilização de limpeza mecanizada do interior de tanques, sem contato humano direto, solubilizando a borra e reprocessando-a para recuperação de óleo e redução do volume de resíduos.

As atividades realizadas por nossos fornecedores de serviços ambientais, em especial, na área de transporte, tratamento, destinação e análises químicas de resíduos, também podem caracterizar riscos ao meio ambiente. Para prevenir e mitigar possíveis impactos com agilidade, dentre as medidas mais relevantes está a realização regular de auditorias nas empresas contratadas. O objetivo é incentivar o aperfeiçoamento dos padrões de operação e promover a melhoria da qualidade da prestação de serviços, reduzindo também riscos de ordem ambiental e econômica. Em 2013, realizamos 1.408 verificações de serviços desta natureza.

PRODUÇÃO DE ÓLEO X RESÍDUOS PERIGOSOS GERADOS		
ANO	PRODUÇÃO (mil m ³ /dia de óleo)	RESÍDUOS PERIGOSOS GERADOS (mil t/ano)
2011	321	285
2012	315	261
2013	307	260

De acordo com critérios técnicos estabelecidos pelo órgão ambiental licenciador das atividades marítimas, apenas os resíduos de fluido de perfuração à base de água e cascalhos podem ser descartados no mar. Outros resíduos são enviados para tratamento ou disposição final por empresas especializadas e licenciadas, segundo a legislação brasileira. A fim de reduzir a geração de resíduos nesse tipo de operação, investimos no reúso de fluidos de perfuração de base não aquosa e de insumos do processo de fabricação de fluidos não aquosos. Na atividade em terra, também são realizadas práticas de incorporação, coprocessamento e reciclagem de resíduos de cascalho.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DE RESÍDUOS POR DESTINAÇÃO



¹ Resíduos devolvidos aos fornecedores, submetidos a tecnologias não convencionais de destinação ou a mais de um tipo de tratamento.

Produtos e serviços

Nossos produtos e serviços têm potencial para gerar impactos ao meio ambiente e à saúde humana, que podem ocorrer desde o processo produtivo até a etapa final de consumo, incluindo o transporte. Os riscos estão associados, sobretudo, ao uso de recursos naturais, consumo de materiais e de energia, a emissões atmosféricas e à geração e ao descarte de resíduos e efluentes, bem como possíveis vazamentos. A prevenção se dá por meio de sistemas de gestão compostos por documentos de orientação, padrões e processos estruturados e investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias.

A qualidade dos combustíveis que fabricamos é uma de nossas prioridades. A gasolina produzida em nossas refinarias não contém chumbo. Quanto ao benzeno, na Argentina e no Japão é permitido o nível de 1% em todos os tipos de gasolina e é exigida a retirada integral do diesel. Com relação ao enxofre, em atendimento a acordo firmado em 2008 com o Ministério Público Federal, a distribuição de diesel com 10 partes por milhão (ppm) no Brasil priorizou esse ano as principais regiões metropolitanas e capitais, alinhada à renovação da frota de veículos. Atualmente, oito refinarias no país já produzem o combustível. Há, ainda, oito unidades aptas a produzir gasolina com teor máximo de 50 ppm, com previsão de entrega ao mercado em 2014.

Informações sobre nossos produtos e serviços são amplamente divulgadas aos consumidores. Nos postos de serviço no Brasil, fixamos adesivos de segurança informando sobre cuidados gerais no uso de

nossos produtos, entre outras informações. Nos demais países em que atuamos na comercialização de derivados, disponibilizamos as fichas de segurança de combustíveis ou lubrificantes em endereço eletrônico público, por exemplo, apresentando componentes e propriedades físico-químicas dos produtos e identificando os perigos ambientais. Consumidores em todos os países podem obter informações pelos serviços de atendimento aos clientes.

Na etapa de transporte, destacamos os resultados da Petrobras Distribuidora. Quanto ao vazamento de óleos e derivados, o volume foi de 90 m³, frente ao limite de alerta estabelecido de 270 m³ para o ano.

Com relação aos cuidados na fase final do ciclo de vida de nossos produtos, destacamos o trabalho desenvolvido com os botijões para distribuição de GLP na Liquigás. Estes recipientes têm, em média, vida útil de 27 anos, passando periodicamente por lavagem, pintura e inspeção visual das condições de uso e, quando atingem 15 anos de uso, são requalificados. Em 2013, aproximadamente 2,8 milhões de botijões passaram por esse processo, dos quais 129,8 mil não tinham condições de recuperação e foram destinados ao sucateamento. Os demais foram requalificados com a recuperação ou substituição de 100% de suas válvulas. Obtivemos redução de 26% no consumo de tinta para pintura dos botijões e conseqüente diminuição de aproximadamente 350 t/ano no volume de emissões de compostos orgânicos voláteis (COV) para a atmosfera, proveniente da evaporação do solvente contido na tinta.



Passivos ambientais



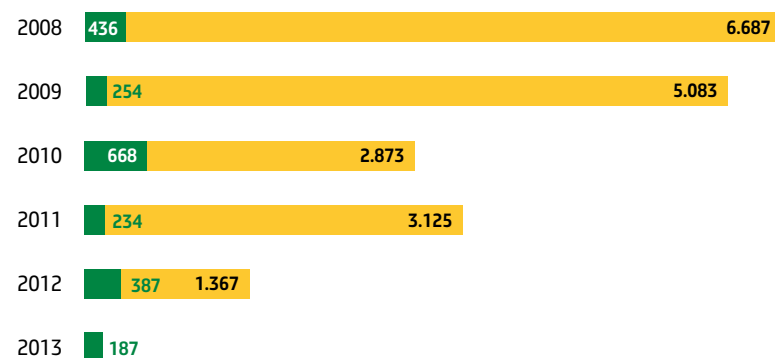
O volume total de derramamentos de petróleo e derivados em consequência de nossas atividades foi de 187 m³, 52% menos do que o registrado em 2012 e 61% abaixo do Limite de Alerta estabelecido para o ano, de 476 m³. O nível de derramamento foi da ordem de 0,25 m³ por milhão de barris de petróleo produzido, o melhor resultado nos últimos dez anos. Nenhum dos 39 vazamentos que registramos é considerado de grandes proporções.

O Plano Vazamento Zero, criado em 2012 com o objetivo de reduzir o risco de derramamento de óleo em nossas operações, consolida um conjunto de ações a serem executadas por nossas diversas áreas e empresas, adequadas às características específicas das operações desenvolvidas em cada local. Essas ações envolvem, em geral, aperfeiçoamento da gestão, melhoria dos processos e garantia da integridade de equipamentos e instalações.

A reformulação, também em 2012, do modelo de comunicação, tratamento e registro de vazamentos tornou possível o monitoramento diário dos incidentes, seus impactos e providências para mitigação.

A continuidade dessas duas iniciativas em 2013 contribuiu significativamente para a melhoria registrada em nossos resultados.

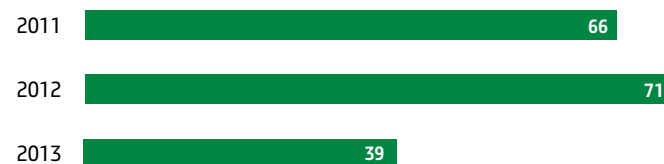
VAZAMENTOS



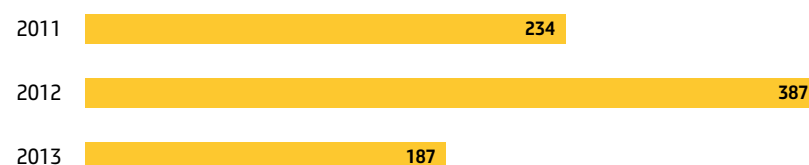
■ Petrobras ■ Média das empresas líderes no segmento

a) São considerados os vazamentos de volumes maiores a 1 barril (0,159 m³) que atingiram o meio ambiente
b) Até o fechamento do Relatório de Sustentabilidade, não havia sido consolidada a média de vazamentos das empresas líderes no segmento em 2013, levantada a partir de relatórios elaborados e divulgados por essas empresas.

NÚMERO TOTAL DE VAZAMENTOS



VOLUME TOTAL DE VAZAMENTOS



1) O limite de alerta para 2013 foi de 476 m³. O total de 187 m³ equivale a cerca de 1.176 barris. São considerados os vazamentos maiores que 1 barril (0,159 m³) que atingiram o meio ambiente.

Mantemos padrões e procedimentos operacionais internos rígidos para prevenir e, se necessário, mitigar acidentes e controlar os riscos inerentes a nossa atuação. Além disso, adotamos as normas brasileiras e internacionais de segurança em nossas instalações e transportes em terra e em mar.

O fechamento imediato de poços em casos de emergência, bem como a desconexão com a plataforma, são aplicados em todas as unidades marítimas de perfuração a nosso serviço, uma vez que estas são equipadas com sistemas de monitoramento e de segurança de poço. Além disso, há detectores de gás nas plataformas, alarmes de aumento de pressão no poço ou de volume de fluido nos tanques de controle, e sistemas de preparação e injeção de fluidos especiais de ataque para seu interior. O fluido de perfuração é uma das barreiras de segurança que asseguram a estabilidade das pressões no poço. As equipes que trabalham nas plataformas possuem certificação pela *International Association of Drilling Contractors* (IADC).

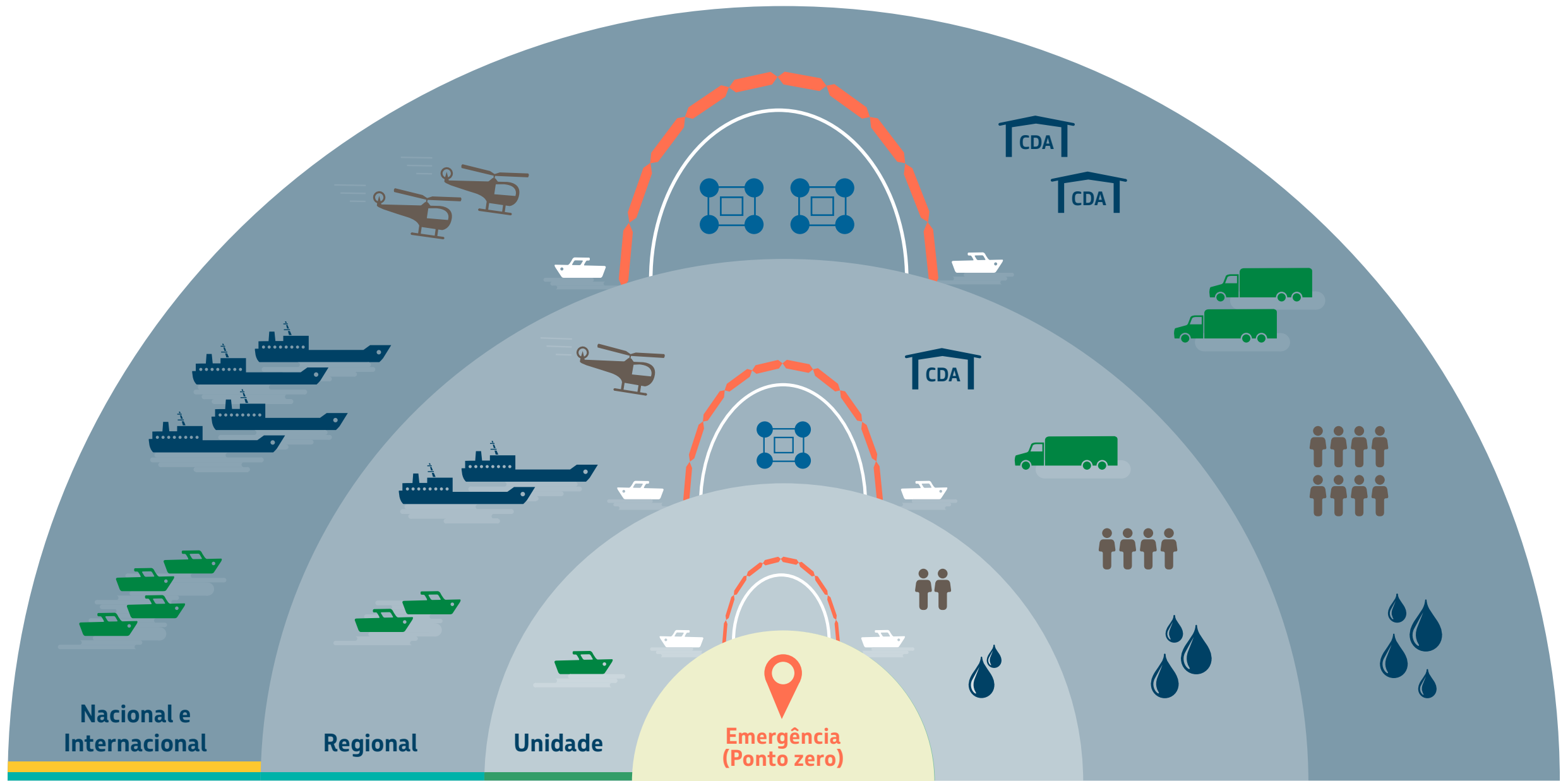
Nosso aparato de resposta a emergências é composto por estruturas em nível local, regional e nacional. Contamos com dez Centros de Defesa Ambiental e 14 bases avançadas, além de equipamentos em unidades de operações, distribuídas por mais de 20 cidades brasileiras. Caso uma emergência não seja solucionada localmente ou possa ser mais bem tratada com o uso de recursos externos, é solicitado o apoio operacional e logístico dos Centros de Defesa Ambiental ou das bases avançadas, que complementam os planos de emergência locais. Seguindo padrões internacionais, eles estão posicionados em pontos estratégicos para atendimento às nossas operações.

Além de serem providas com lanchas, embarcações, equipamentos recolhedores de óleo de alta e média vazão, barreiras de contenção e absorção, equipamentos de comunicação e veículos que podem rapidamente ser deslocados de forma rodoviária ou aérea para combater a emergências em qualquer lugar do Brasil, estas instalações contam, 24 horas por dia, operadores que seguem nossa sistemática de treinamento e certificação para atuar nestas unidades

Realizamos 11 exercícios simulados para combate a emergências, sendo um nacional e os demais regionais. Quando necessário, eles envolveram a Marinha do Brasil, a Defesa Civil, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Militar, órgãos ambientais, prefeituras e comunidades locais.

Em escala global, iniciativas conjuntas fortalecem o controle de riscos e a gestão da contingência em casos de impactos de grandes proporções, ampliando nosso potencial e agilidade de ação. Nesse sentido, somos associados à *Oil Spill Response Limited* (OSRL), organização especializada em prover e complementar recursos para resposta eficaz a vazamentos de petróleo. Realizamos, ainda, trabalho conjunto com outras empresas do setor para desenvolvimento de soluções de engenharia para controle de poços. Destacamos o Programa de Reforço da Segurança Operacional Marítima (SOMAR), por meio do qual atendemos às diretrizes definidas mundialmente pela *International Association of Oil & Gas Producers* (OGP).

CAPACIDADE DE RESPOSTA A EMERGÊNCIAS







Nacional e Internacional





Regional

Unidade

Emergência (Ponto zero)

-  271 embarcações de apoio
-  180 mil metros de barreira de contenção
-  198 mil metros de barreira absorvente
-  39 embarcações de grande porte

-  10 centros de defesa ambiental
-  Caminhão baú
-  500 recolhedores de óleo
-  225 mil litros de dispersantes químicos

-  Pessoas prontas a atuar
-  Plano de Auxílio Mútuo entre empresas do local
-  Acionamento dos CDAs
-  Oil Spill Response Limited (OSRL)

Possíveis ações de respostas a emergências:

- Controle da fonte
- Proteção de áreas sensíveis
- Contenção e recolhimento de óleo

O valor total em multas decorrentes de não conformidades com leis e regulamentos ambientais registrado em 2013 foi de R\$ 15,4 milhões. Dos quatro casos, dois foram movidos pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e os outros pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Com relação ao recebimento de reclamações sobre possíveis impactos ambientais, registramos na Ouvidoria Geral da Petrobras nove casos, dos quais sete foram solucionados no mesmo ano e dois permanecem em tratamento. Na Transpetro, foram recebidos e resolvidos três casos, além de outros três registrados no ano anterior. Os números mais expressivos foram observados na Petrobras Distribuidora, em que houve 133 demandas recebidas e concluídas no ano.

Por meio do Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) da Petrobras, em 2013, recebemos 166 manifestações sobre questões ambientais, sendo 163 delas tratadas no mesmo ano. Adicionalmente, foram solucionados seis casos abertos no final de 2012. Reclamações provenientes de órgãos ambientais são tratadas por meio de sistemática específica nas unidades de operações de refino. Também recebemos denúncias e reclamações por meio dos diferentes telefones que disponibilizamos aos nossos públicos de interesse, que se constituem em canais formais de comunicação. Fora do Brasil, registramos e solucionamos uma reclamação na Petrobras Bolívia e duas na Petrobras Chile.



Anexos

—

Balanço Social

1 – BASE DE CÁLCULO	2013 Valor (R\$ milhões)	2012 Valor (R\$ milhões)
Receita de vendas consolidada (RL)	304.890	281.379
Lucro antes da participação no lucro e impostos consolidados (RO)	29.257	28.758
Folha de pagamento bruta consolidada (FPB)	27.025	23.686

2 – INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	1.063	3,93%	0,35%	890	5,74	0,32
Encargos sociais compulsórios	5.366	19,85%	1,76%	7.707	49,69	2,74
Previdência privada	1.674	6,20%	0,55%	686	4,42	0,24
Saúde	1.266	4,68%	0,42%	2.888	18,62	1,03
Segurança e saúde no trabalho	221	0,82%	0,07%	201	1,30	0,07
Educação	215	0,80%	0,07%	175	1,13	0,06
Cultura	20	0,07%	0,01%	10	0,06	0,00
Capacitação e desenvolvimento profissional	423	1,57%	0,14%	501	3,23	0,18
Creches ou auxílio-creche	39	0,14%	0,01%	99	0,64	0,04
Participação nos lucros ou resultados	1.102	4,08%	0,36%	1.005	6,48	0,36
Outros	90	0,33%	0,03%	82	0,53	0,03
Total – Indicadores sociais internos	11.479	42,51%	3,75%	14.244	91,84	5,07

3 – INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Geração de Renda e Oportunidade de Trabalho	230	0,79%	0,08%	51	0,18	0,02
Educação para a Qualificação Profissional	62	0,21%	0,02%	61	0,21	0,02
Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente ⁽¹⁾	74	0,25%	0,02%	60	0,21	0,02
Cultura	203	0,69%	0,07%	189	0,66	0,07
Esporte	81	0,28%	0,03%	61	0,21	0,02
Outros	25	0,09%	0,01%	29	0,10	0,01
Total das contribuições para a sociedade	675	2,31%	0,22%	451	1,57	0,16
Tributos (excluídos encargos sociais)	101.507	346,95%	33,29%	100.087	348,03	35,57
Total – Indicadores sociais externos	102.182	349,26%	33,51%	100.538	349,60	35,73

4 – INDICADORES AMBIENTAIS	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa ⁽¹⁾	3.219	11,00%	1,06%	2.827	9,83	1,00
Investimentos em programas e/ou projetos externos	104	0,36%	0,03%	101	0,35	0,04
Total dos investimentos em meio ambiente	3.323	11,36%	1,09%	2.928	10,18	1,04

Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa

() não possui metas
 () cumpre de 0 a 50%
 () cumpre de 51 a 75%
 (x) cumpre de 76 a 100%

() não possui metas
 () cumpre de 0 a 50%
 () cumpre de 51 a 75%
 (x) cumpre de 76 a 100%

Balanço Social

(continuação)

5 – INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2013	2012
Número de empregados(as) ao final do período	86.111	85.065
Número de admissões durante o período ⁽ⁱⁱⁱ⁾	2.166	4.017
Número de empregados(as) de empresas prestadoras de serviços	360.180	360.372
Número de estagiários(as) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	1.816	1.887
Número de empregados(as) acima de 45 anos ⁽ⁱⁱⁱ⁾	37.861	37.374
Número de mulheres que trabalham na empresa	14.371	14.536
Percentual de cargos de chefia ocupados por mulheres ⁽ⁱⁱⁱ⁾	15,4%	15%
Número de negros(as) que trabalham na empresa ^(iv)	20.908	20.158
Percentual de cargos de chefia ocupados por negros(as) ^(iv)	25,2%	24,6%
Número de pessoas com deficiência ^(v)	1.127	1.120

6 – INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2013			Metas 2014		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa ^(vii)	30,8			30,8		
Número total de acidentes de trabalho	5.465			6.111		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(X) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): ^(viii)	na empresa 8.197	no Procon 10	na Justiça 28	na empresa 6.500	no Procon 2	na Justiça 3
Percentual de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas: ^(viii)	na empresa 99%	no Procon 10%	na Justiça 25%	na empresa 99,1%	no Procon 50%	na Justiça 33,3%
Valor adicionado total a distribuir (em milhões R\$):	Em 2013: 193.121			Em 2012: 181.789		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	55% governo 14% colaboradores(as) 5% acionistas 19% terceiros 7% retido			58% governo 14% colaboradores(as) 5% acionistas 16% terceiros 7% retido		

7 – OUTRAS INFORMAÇÕES

- I. Inclui R\$ 4,3 milhões de repasse ao Fundo para a Infância e a Adolescência (FIA).
 II. Informações do Sistema Petrobras no Brasil relativas às admissões por processo seletivo público.
 III. Informações relativas aos empregados da Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora, Transpetro, Liqigás, Petrobras Biocombustível e empresas subsidiárias fora do Brasil.
 IV. Informações relativas aos empregados da Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora, Transpetro e Liqigás que se autodeclararam negros (cor parda e preta).
 V. Do total dos cargos de chefia da Petrobras Controladora ocupados por empregados que informaram cor/raça, 25,2% são exercidos por pessoas que se autodeclararam negras (cor parda e preta).
 VI. Informações consolidadas a partir dos ingressos de empregados com deficiência na Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora e Transpetro.
 VII. Informações da Petrobras Controladora.
 VIII. As informações na empresa incluem o quantitativo de reclamações e críticas recebidas pela Petrobras Controladora, Petrobras Distribuidora e Liqigás. As metas para 2014 não contém as estimativas do SAC da Petrobras Distribuidora.
 IX. Alguns valores diferem dos divulgados nas Demonstrações Contábeis de 2013, em função de reavaliações realizadas pelos auditores independentes.
- i. Informação não auditada.

Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes

sobre as informações de
sustentabilidade contidas no
Relatório de Sustentabilidade 2013

*Aos Administradores
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras
Rio de Janeiro – RJ*

Introdução

Fomos contratados pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras ("Companhia" ou "Petrobras") para apresentar nosso relatório de asseguração limitada sobre a compilação das informações de sustentabilidade contidas no Relatório de Sustentabilidade 2013 da Petrobras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Responsabilidades da administração sobre o Relatório de Sustentabilidade 2013

A administração da Petrobras é responsável pela elaboração e adequada apresentação das informações de sustentabilidade contidas no Relatório de Sustentabilidade 2013 de acordo com as diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI-G4) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações de sustentabilidade contidas no Relatório de Sustentabilidade 2013, com base no trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01 – Emissão de Relatório de Asseguração Relacionado com Sustentabilidade e Responsabilidade Social, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade com base na NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão, também emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000 – *Assurance engagements other than audits or reviews of historical financial information*, emitida pelo IAASB – International Auditing and Assurance Standards Board. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de se obter segurança limitada de que as informações contidas no Relatório de Sustentabilidade 2013, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 e a ISAE 3000 consiste, principalmente, de indagações à administração e outros profissionais envolvidos na elaboração das informações de sustentabilidade, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para se obter evidência que possibilite concluir na forma de asseguração limitada sobre as informações tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o levem a acreditar que as informações de sustentabilidade, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações de sustentabilidade contidas no Relatório de Sustentabilidade 2013 da Petrobras e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas onde distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

- (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações contidas do Relatório de Sustentabilidade 2013 da Petrobras;
- (b) o entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores por meio de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;
- (c) aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados nas informações de sustentabilidade contidas no Relatório de Sustentabilidade 2013;
- (d) obtenção de evidências dos indicadores do GRI-G4, selecionados como os mais relevantes (materiais), contidos no Relatório de Sustentabilidade 2013, e apresentados no "Sumário de Conteúdo GRI"; e

Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes

sobre as informações de
sustentabilidade contidas no
Relatório de Sustentabilidade 2013

(continuação)

(e) confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis.

Os trabalhos de asseguração limitada compreenderam, também, a aplicação de procedimentos quanto à aderência com as diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI-G4) aplicáveis na elaboração das informações de sustentabilidade contidas no Relatório de Sustentabilidade 2013.

Acreditamos que a evidência obtida em nosso trabalho é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

Alcance e limitações

Os procedimentos aplicados em um trabalho de asseguração limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados em um trabalho de asseguração razoável, que tem por objetivo emitir uma opinião sobre as informações de sustentabilidade contidas no Relatório de Sustentabilidade 2013. Conseqüentemente, não nos foi possível obter segurança razoável de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em um trabalho de asseguração razoável, que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho com o objetivo de emitir uma opinião, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações de sustentabilidade contidas no Relatório de Sustentabilidade 2013. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre essas informações.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados

estão sujeitas a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os exercícios anteriores, nem em relação a projeções futuras e metas.

Conclusão

Com base nos procedimentos aplicados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações de sustentabilidade contidas no Relatório de Sustentabilidade 2013 da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as diretrizes do Global Reporting Initiative (GRI-G4).

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2014



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Marcos Donizete Panassol
Contador CRC 1SP155975/O-8 "S" RJ

Glossário

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)

Órgão regulador do setor de petróleo e gás natural no Brasil.

Águas profundas

Águas oceânicas situadas em áreas com lâmina d'água, em geral, entre 300 metros e 1.500 metros. De maneira geral, os limites mencionados resultam de aspectos associados ao estado da arte na tecnologia requerida para as unidades estacionárias de perfuração ou de produção, limites de mergulho humano.

Águas ultraprofundas

Águas oceânicas situadas em áreas com lâmina d'água, em geral, acima de 1.500 metros.

Barril de óleo equivalente (boe)

Unidade normalmente usada para expressar volumes de líquidos e gás natural na mesma medida (barris). Um metro cúbico de gás natural nacional é aproximadamente 0,00629 barril de óleo equivalente. Há taxas variadas para cada composição de gás natural e de óleo. A expressão boe equivale a barris de óleo equivalente por dia.

Biocombustível de segunda geração

Combustível produzido com a utilização de biomassa residual de outros processos industriais, especialmente bagaço de cana-de-açúcar.

Biodiesel

Combustível alternativo ao diesel, renovável e biodegradável, obtido a partir da reação química de óleos, de origem animal ou vegetal, com álcool, na presença de um catalisador (reação conhecida como transesterificação). Pode ser obtido também pelos processos de craqueamento e esterificação.

Bloco

Pequena parte de uma bacia sedimentar onde se desenvolvem atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural.

Bpd

Barril por dia.

Brent

Mistura de petróleos produzidos no Mar do Norte, oriundos dos sistemas petrolíferos Brent e Ninian, com grau API de 39,4° e teor de enxofre de 0,34%.

Campo

Área produtora de petróleo ou gás natural a partir de um reservatório contínuo ou de mais de um reservatório, a profundidades variáveis, abrangendo instalações e equipamentos destinados à produção.

Cogeração

Sistemas que produzem, simultaneamente e de forma sequenciada, energia elétrica e energia térmica a partir da queima de combustíveis, tais como derivados de petróleo, gás natural, carvão e biomassa.

Completação

Fase da exploração do petróleo em que se instala, no poço, o equipamento necessário para trazer controladamente à superfície os fluidos desejados, bem como permitir a instalação de equipamentos de monitoração no poço.

Contrato de Cessão Onerosa

Modelo pelo qual nos foi concedido, excepcionalmente, o direito de produção de cinco bilhões de barris de óleo equivalente (boe), contra o pagamento de, em média, US\$ 8,51 por boe. Não há incidência de participação especial e os royalties são menores

que no regime de concessão. Sob esse modelo foram concedidos sete blocos: Franco, Florim, Nordeste de Tupi, Sul de Tupi, Sul de Guará, Entorno de Iara e Peroba, totalizando uma área de 3.865 km². A duração do contrato é de 40 anos, prorrogáveis por mais cinco anos.

Contrato de Partilha de Produção

Modelo estabelecido pelo Congresso Nacional, em 2010, para as licitações das áreas do pré-sal ainda não concedidas, que estabelece que teremos participação mínima de 30% e seremos a operadora de todos os blocos licitados sob esse regime. A partilha de produção prevê o pagamento de um bônus fixo, sendo vencedora a proposta que oferecer o maior percentual de óleo-lucro à União.

Conpet

Programa Nacional de Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural

Conversão

Metro cúbico: 1 m³ = 1.000 litros = 6,28994113 barris
Barril: 1 b = 0,158984 m³ = 158,984 litros.

E&P

Exploração e produção de petróleo e gás natural.

Fixação de carbono

Armazenamento de CO₂ atmosférico pela biomassa via plantio ou reflorestamento, ao absorver o gás para a realização da fotossíntese. Dessa forma, durante seu crescimento, compensa parte das emissões.

FPSO (Floating, Production, Storage and Offloading)

Unidade flutuante de produção, armazenamento e transferência de petróleo, construída a partir de um navio.

Glossário

(continuação)

Gás de folhelho (*shale gas e tight oil*)

Tanto os gases convencionais como os não convencionais – gás de folhelho (*shale gas*), gás de areias impermeáveis (*tight gas sands*) e gás de camada de carvão (*coal-bed methane*) – possuem composição similar. São constituídos basicamente de metano e a diferença está no tipo de reservatório em que são encontrados. O folhelho é um tipo de rocha finamente granulada, capaz de estocar quantidades significativas de hidrocarbonetos.

Gás liquefeito de petróleo (GLP)

Mistura de hidrocarbonetos com alta pressão de vapor, obtida do gás natural em unidades de processo especiais, mantida na fase líquida em condições especiais de armazenamento na superfície.

Gás natural

Todo hidrocarboneto ou mistura de hidrocarbonetos que permaneça em estado gasoso em condições atmosféricas normais, extraído diretamente de reservatórios petrolíferos ou gaseíferos, incluindo gases úmidos, secos, residuais e gases raros.

Gás natural liquefeito (GNL)

Gás natural resfriado a temperaturas inferiores a -160 °C para transferência e estocagem como líquido.

Integração energética

Intercâmbio de energia elétrica, vapor e correntes quentes e frias de processo, entre diferentes unidades industriais, com objetivo de reduzir o consumo de energéticos e os custos operacionais.

Líquido de Gás Natural (LNG)

Parte do gás natural que se encontra na fase líquida, em determinada condição de pressão e temperatura na superfície, obtida nos processos de separação de campo, em unidades de processamento de gás natural ou em operações de transferência em gasodutos.

Joint venture

Associação de empresas, que pode ser definitiva ou não, com fins lucrativos, para explorar determinado(s) negócio(s), sem que nenhuma delas perca sua personalidade jurídica.

Nafta

Derivado de petróleo utilizado principalmente como matéria-prima da indústria petroquímica na produção de eteno e propeno, além de outras frações líquidas, como benzeno, tolueno e xilenos.

Óleo

Porção do petróleo existente na fase líquida nas condições originais do reservatório e que permanece líquida nas condições de pressão e temperatura de superfície.

Óleo combustível

Frações mais pesadas da destilação atmosférica do petróleo. Largamente utilizado como combustível industrial em caldeiras, fornos, etc.

Petróleo

Todo e qualquer hidrocarboneto líquido em seu estado natural, a exemplo do óleo cru e condensado.

Pré-sal

Rochas reservatórios que se encontram abaixo de uma extensa camada de sal, que abrange o litoral do Estado do Espírito Santo até Santa Catarina, ao longo de mais de 800 km de extensão por até 200 km de largura, em lâmina d'água que varia de 1.500m a 3.000m e soterramento entre 3.000 e 4.000 metros.

Pós-sal

Camada do subsolo que se encontra acima da camada de sal situada alguns quilômetros abaixo do leito do mar.

Promef

Programa de Modernização e Expansão da Frota.

Regaseificação

Processo físico em que, por meio da elevação de temperatura, o gás natural na fase líquida (gás natural liquefeito) retorna ao estado original gasoso.

Reservas

Recursos descobertos de petróleo e/ou gás natural comercialmente recuperáveis a partir de determinada data.

Reservas provadas

Reservas de petróleo e/ou gás natural que, com base na análise de dados geológicos e de engenharia, se estima recuperar comercialmente de reservatórios descobertos e avaliados, com elevado grau de certeza e cuja estimativa considere as condições econômicas vigentes, os métodos operacionais usualmente viáveis e os regulamentos instituídos pela legislação petrolífera e tributária brasileira.

Sísmica

Técnica de obtenção de informações geológicas por meio da captação de sinais sonoros refletidos nas camadas subterrâneas.

Usina termelétrica de ciclo combinado

Usina de geração de energia elétrica que associa turbina a gás e a vapor em uma única planta, aumentando a geração elétrica a partir da queima da mesma quantidade de combustível.

Usina termelétrica de ciclo simples

Usina de geração de energia elétrica com uso de turbina a gás ou a vapor, a partir da queima de combustíveis, como derivados de petróleo, gás natural, carvão e biomassa.

Sumário de conteúdo GRI

CONTEÚDOS PADRÃO GERAIS			
CONTEÚDOS PADRÃO GERAIS	PÁGINA	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXTERNA
ESTRATÉGIA E ANÁLISE			
G4-1	5		-
G4-2	15, 34, 35, 36-38, 48, 58 e 60		✓
PERFIL ORGANIZACIONAL			
G4-3	9		-
G4-4	9		-
G4-5	9		-
G4-6	29		-
G4-7	9		-
G4-8	9		✓
G4-9	9 e 23		✓
G4-10	42		✓
G4-11	43		-
G4-12	33		✓
G4-13	Formulário de Referência (capítulos 8.3. "Descrição das operações de reestruturação ocorridas no grupo" e 15.6 "Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor")		-
COMPROMISSOS COM INICIATIVAS EXTERNAS			
G4-14	15		✓
G4-15	12		✓
G4-16	12		✓
ASPECTOS MATERIAIS IDENTIFICADOS E LIMITES			
G4-17	7 Formulário de Referência (capítulo 8.1 "Descrição do Grupo Econômico")		✓
G4-18	7		-
G4-19	7		✓
G4-20	7		-
G4-21	7		-
G4-22	6, 55 e 63		✓
G4-23	6		✓
ENGAJAMENTO DE STAKEHOLDERS			
G4-24	19		-
G4-25	19		-
G4-26	20		-
G4-27	19		-

CONTEÚDOS PADRÃO GERAIS			
CONTEÚDOS PADRÃO GERAIS	PÁGINA	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXTERNA
PERFIL DO RELATÓRIO			
G4-28	6		✓
G4-29	6		✓
G4-30	6		✓
G4-31	7		-
G4-32	6		-
G4-33	7		✓
GOVERNANÇA			
G4-34	10 Formulário de Referência (capítulo 12.1 "Descrição da estrutura administrativa")		-
G4-35	12		-
G4-36	12		-
G4-37	Formulário de Referência (capítulo 12.2 "Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais")		-
G4-38	12		✓
G4-39	12		-
G4-40	12 Formulário de Referência (capítulo 12.2 "Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais")		-
G4-41	12 Formulário de Referência (capítulos 12.2 "Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais", 12.4 "Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração" e 16.3 "Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado")		-
G4-42	Formulário de Referência (capítulo 12.1 "Descrição da estrutura administrativa")		-
G4-43	12		-
G4-44	Formulário de Referência (capítulo 12.1 "Descrição da estrutura administrativa")		-
G4-45	Formulário de Referência (capítulos 5.2 "Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado" e 12.1 "Descrição da estrutura administrativa")		-

Sumário de conteúdo GRI (continuação)

CONTEÚDOS PADRÃO GERAIS			
CONTEÚDOS PADRÃO GERAIS	PÁGINA	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXTERNA
GOVERNANÇA			
G4-46	Formulário de Referência (capítulo 5.2 "Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado")		-
G4-47	Formulário de Referência (capítulo 12.4 "Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração")		-
G4-48	O Relatório de Sustentabilidade é analisado e aprovado pela Subcomissão de Elaboração e Avaliação de Relatórios de Responsabilidade Social, coordenada pela Gerência Executiva de Responsabilidade Social.		-
G4-49	12		-
G4-50	12		-
G4-51	12 Formulário de Referência (capítulo 13.1 "Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária")		✓
G4-52	Formulário de Referência (capítulo 13.1 "Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária")		-
G4-53	Formulário de Referência (capítulo 13.1 "Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária")		-
G4-54	63		✓
G4-55	Indicador não consolidado para o Relatório de Sustentabilidade 2013.	Não disponível	-
ÉTICA E INTEGRIDADE			
G4-56	12 e 16 Formulário de Referência (capítulo 12.2 "Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais")		✓
G4-57	16		-
G4-58	16		-

CONTEÚDOS PADRÃO ESPECÍFICOS				
ASPECTOS MATERIAIS	INFORMAÇÕES SOBRE A FORMA DE GESTÃO E INDICADORES	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXTERNA	
Prevenção de acidentes e vazamentos	Segurança de processo e integridade de ativos (pág 44)		✓	
	G4-EN24 (pág 58)		✓	
	G4-OG13 (pág 44)		✓	
Uso de recursos naturais e consumo de materiais	Materiais (pág 33)		-	
	Água (pág 54)		-	
	G4-EN1 (A aquisição de bens e serviços é descentralizada, estando sob a responsabilidade das diversas áreas e unidades no Sistema Petrobras.)	Não disponível	-	
	G4-EN2 (A aquisição de bens e serviços é descentralizada, estando sob a responsabilidade das diversas áreas e unidades no Sistema Petrobras.)	Não disponível	-	
	G4-EN8 (pág 54)		✓	
	G4-EN9 (pág 54)		-	
	G4-EN10 (pág 55)		✓	
	Gestão de impacto nas comunidades	Direitos dos povos indígenas e tradicionais (pág 37)		✓
		Comunidades locais (pág 38)		✓
		Reassentamento involuntário (pág 38)		✓
G4-EC7 (pág 36)			✓	
G4-HR8 (pág 37)			✓	
G4-SO1 (pág 38)			✓	
G4-SO2 (págs 36 e 38)			✓	
G4-OG10 (pág 37)			✓	
G4-OG12 (pág 38)			✓	
Pesquisa e desenvolvimento tecnológico		(pág 17)		✓
Gestão de efluentes e resíduos	Efluentes e resíduos (pág 56)		✓	
	G4-EN22 (pág 55)		✓	
	G4-EN23 (pág 56)		✓	
	G4-EN25 (pág 56)		✓	
	G4-EN26 (pág 54)		-	
	G4-OG5 (Indicador não consolidado para o Relatório de Sustentabilidade 2013.)	Não disponível	-	
	G4-OG7 (Indicador não consolidado para o Relatório de Sustentabilidade 2013.)	Não disponível	-	
	Viabilização dos negócios a longo prazo	Reservas (pág 22)		✓
G4-OG1 (pág 22)			✓	

Sumário de conteúdo GRI (continuação)

CONTEÚDOS PADRÃO ESPECÍFICOS			
ASPECTOS MATERIAIS	INFORMAÇÕES SOBRE A FORMA DE GESTÃO E INDICADORES	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXTERNA
Impactos econômicos	Desempenho econômico (pág 31)		✓
	Impactos econômicos indiretos (págs 31, 32, 35 e 36)		✓
	G4-EC1 (pág 31 e capítulo "Demonstração do Valor Adicionado" das Demonstrações Contábeis)		✓
	G4-EC8 (págs 32, 33 e 36)		✓
Biodiversidade	Biodiversidade (pág 52)		✓
	G4-EN11 (pág 52 e 53)		✓
	G4-EN12 (pág 52)		✓
	G4-EN13 (pág 53)		✓
	G4-EN14 (pág 53)		✓
	G4-OG4 (Indicador não consolidado para o Relatório de Sustentabilidade 2013.)	Não disponível	-
Transparência e prestação de contas	Conformidade (EN) (pág 60)		✓
	Mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a impactos ambientais (pág 60)		✓
	G4-EN31 (pág 47)		-
	Mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a práticas trabalhistas (pág 43)		✓
	Mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a direitos humanos (pág 35)		✓
	Políticas públicas (pág 16)		✓
	Conformidade (SO) (pág 38)		✓
	Mecanismos de queixas e reclamações relacionadas a impactos na sociedade (pág 36)		✓
	G4-EN29 (pág 60)		✓
	G4-EN34 (pág 60)		✓
	G4-LA16 (pág 43)		✓
	G4-HR12 (pág 35)		✓
	G4-SO6 (pág 16)		✓
	G4-SO8 (pág 38)		✓
	G4-SO11 (pág 36)		✓

CONTEÚDOS PADRÃO ESPECÍFICOS			
ASPECTOS MATERIAIS	INFORMAÇÕES SOBRE A FORMA DE GESTÃO E INDICADORES	OMISSÕES	VERIFICAÇÃO EXTERNA
Saúde e segurança dos trabalhadores	Saúde e segurança no trabalho (pág 44)		✓
	G4-LA5 (págs 43 e 44)		✓
	G4-LA6 (pág 44)		✓
	G4-LA7 (Indicador não consolidado para o Relatório de Sustentabilidade 2013.)	Não disponível	-
	G4-LA8 (pág 44)		✓
Gestão de emissões de gases de efeito estufa	Emissões (pág 50)		✓
	G4-EC2 (pág 48)		✓
	G4-EN15 (pág 50)		✓
	G4-EN16 (pág 50)		✓
	G4-EN17 (págs 50 e 51)		✓
	G4-EN18 (págs 48 e 50)		✓
	G4-EN19 (pág 48)		✓
	G4-EN20 (pág 51)		-
	G4-EN21 (pág 51)		✓
	G4-OG6 (pág 51)		✓
Eficiência energética e de processos	Energia (pág 49)		✓
	G4-EN3 (pág 49)		✓
	G4-EN4 (Indicador não consolidado pela Petrobras.)	Não disponível	-
	G4-EN5 (O resultado do índice de intensidade energética da Petrobras está sujeito a restrições de confidencialidade por parte da empresa responsável pelo seu desenvolvimento e metodologia de cálculo. O indicador foi criado para a comparação do desempenho energético entre refinarias de todo o mundo.)	Confidencial	-
	G4-EN6 (pág 49)		✓
	G4-EN7 (pág 49)		✓
	G4-OG2 (pág 17)		✓
	G4-OG3 (pág 25)		✓

Administração

DIRETORIA EXECUTIVA

Maria das Graças Silva Foster

Presidente

Almir Guilherme Barbassa

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Alcides Santoro Martins

Diretor de Gás e Energia

José Antonio de Figueiredo

Diretor de Engenharia, Tecnologia e Materiais

José Carlos Cosenza

Diretor de Abastecimento

José Eduardo de Barros Dutra

Diretor Corporativo e Serviços

José Miranda Formigli Filho

Diretor de Exploração e Produção

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Guido Mantega

Presidente

Francisco Roberto de Albuquerque

Jorge Gerdau Johannpeter

José Maria Ferreira Rangel

Luciano Galvão Coutinho

Márcio Pereira Zimmermann

Maria das Graças Silva Foster

Mauro Gentile Rodrigues da Cunha

Miriam Aparecida Belchior

Sergio Franklin Quintella

CONSELHO FISCAL

Titulares

Marisete Fátima Dadald Pereira

César Acosta Rech

Paulo José dos Reis Souza

Reginaldo Ferreira Alexandre

Walter Luis Bernardes Albertoni

Expediente

PARA MAIS INFORMAÇÕES:

Responsabilidade Social /
Gerência de Avaliação de Desempenho

rs2013@petrobras.com.br

Av. República do Chile, 65 sala 1601

Centro - Rio de Janeiro - RJ

CEP: 20031-912

www.petrobras.com.br/rs2013

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES

Armando Ramos Tripodi

Gerência Executiva de Responsabilidade Social

Marcos Menezes (CRC-RJ 35.286/0-1)

Gerência Executiva de Contabilidade

COORDENAÇÃO, PRODUÇÃO E EDIÇÃO DE CONTEÚDOS Responsabilidade Social

PRODUÇÃO DIGITAL E DIVULGAÇÃO Comunicação Institucional

Redação

Adriano Lima

Bruno Moreira Cazonatti

Carla Duarte

Maria Augusta Seixas

Projeto Gráfico e Diagramação

Flávia da Matta Design

Revisão

Easy TS

FOTOGRAFIAS

Banco de Imagens Petrobras

Página 08 – Steferson Faria

Página 10 – João Luiz Gitahy Gaudenzi

Página 13 – Cris Isidoro

Página 15 – André Motta de Souza

Página 17 – André Valentim

Página 18 – Agência Petrobras

Página 19 – Maria Augusta Seixas

Página 21 – André Motta de Souza

Página 23 – Taís Peyneau

Página 24 – Juarez Cavalcanti

Página 25 – André Motta de Souza

Página 26 – Antonio Milena

Página 27 – Patrícia Santos

Página 28 – André Motta de Souza

Página 30 – Laércio Miranda

Página 32 – Manuel Aguiar/Galp

Página 36 – Bruno Veiga

Página 37 – Rogério Reis

Página 39 – Taís Peyneau

Página 41 – André Valentim

Página 42 – André Valentim

Página 45 – André Valentim

Página 46 – Geraldo Falcão

Página 47 – André Motta de Souza

Página 50 – Taís Peyneau

Página 52 – Banco de Imagens Petrobras

Página 53 – Geraldo Falcão

Página 54 – Laércio Miranda

Página 57 – André Valentim

Página 60 – Rogério Reis

Relatório de Sustentabilidade 2013

www.petrobras.com.br

